

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

**A IDEOLOGIA TARDIA DA BURGUESIA BRASILEIRA:
CRÍTICA A “O CAPITALISMO TARDIO”**

VITOR HUGO TONIN

Florianópolis, junho de 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A IDEOLOGIA TARDIA DA BURGUESIA BRASILEIRA:
CRÍTICA A “O CAPITALISMO TARDIO”**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção da carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia, como requisito obrigatório para a aquisição do grau de Bacharelado.

Por: Vitor Hugo Tonin

Orientador: Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

Área de Pesquisa: História do Pensamento Econômico

Palavras-chave:

1. O capitalismo tardio
2. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
3. Teoria Marxista da Dependência
4. Partido dos Trabalhadores

Florianópolis, dezembro de 2009.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 ao aluno Vitor Hugo Tonin na disciplina CNM 5420 – Monografia, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques
Orientador

Prof. Dr. Silvio Antônio Ferraz Cario

Prof. Dr. Ronivaldo Steingraber

À memória de meu pai

Viver sob o signo da revolução é a maneira mais rica de ser brasileiro na presente época do meu país. Confesso que, por temperamento, sou comodista. A tensão revolucionária contraria os meus humores, minhas idiossincrasias glandulares. Como Salvador Dali, gostaria de viver em época em que não houvesse reivindicações a fazer, onde as coisas e as pessoas estivessem nos devidos lugares. Nasci, porém, num País e numa época, em que a revolução é a única maneira de conferir dignidade à existência. A maior humilhação que pode sofrer um intelectual consiste em se surpreender abaixo das virtualidades de seu tempo e de sua circunstância. Sou revolucionário por orgulho. Por uma questão de ética, de ética intelectual. A vocação da inteligência é a verdade. Se a vida do intelectual tem de ser um experimento da verdade, no Brasil de hoje é compelida a tornar-se revolucionária.

Este é um livro imprudente. Os amigos que o leram me desaconselharam a publicá-lo, temerosos de suas conseqüências em minha vida particular. O Brasil tem de sobra intelectuais prudentes. Entre eles, não poucos alardeiam ser até revolucionários. O que não lhes impede, todavia, de “estar em todas”, como se costuma dizer. São prudentes. Creio, porém, que um pensamento revolucionário jamais poderá vingar historicamente, se os que o professam nele não empenharem a sua biografia. A revolução não constitui assunto acadêmico ou literário. É tarefa concreta, em que me considero lançado sem restrições.

Alberto Guerreiro Ramos, 1961

AGRADECIMENTOS

Agradeço à toda minha família pela formação de vida que me deram antes de entrar na universidade e pelo apoio incondicional depois, ainda que nem sempre concordassem com tudo que eu faço e penso. Principalmente à minha mãe por me mostrar que a ternura e a paciência podem conviver com força, caráter e obstinação.

Agradeço também aos colegas do Centro Acadêmico Livre de Economia por serem os primeiros a me ensinar a importância da atividade política como transformação da nossa realidade concreta, e ao Coletivo 21 de Junho por me mostrar quantos olhos, mentes, braços e pernas uma organização pode ter nesta tarefa.

Ao Nildo Ouriques, por me ensinar a inquietude e autonomia intelectual; por mostrar, como exemplo concreto, a necessária unidade entre teoria e prática; e, acima de tudo, a me manter, sempre, à esquerda.

Aos amigos que fiz e que com certeza levarei para toda a vida, em especial, Jojo, Elder, Jiló, Bozo, Guga, Portela, Capita, Kino, Tiozão, Frotinha, Prestes, Gersolinha, Arland, Fernando Prado, Luís Felipe, Gaiotto, Léo, Midiã, Almeidão, Mário, Lucas, Ceará, Poka, Vandresa e Tião.

]Mais do que uma amiga, agradeço também à Deise por ser com seu carinho, companheirismo e exemplo de vida a síntese do povo brasileiro, tal como descreveu Darcy Ribeiro. Espero ter sempre você perto de mim.

À Simara, minha paixão, que *shakesperianamente* tem me mostrado as turbulências no curso do verdadeiro amor.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a influência da Escola de economia de Campinas sobre o governo petista. Por isso faz uma análise crítica da interpretação desta escola sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil sintetizado na tese de João Manuel Cardoso de Mello, *O capitalismo tardio*. Esta análise é precedida da recuperação do movimento teórico político brasileiro entre os anos pré-golpe militar de 1964 até o surgimento daquela tese, relacionando-a assim com o seu devido contexto histórico. A análise crítica é realizada tendo como pano de fundo a Teoria Marxista da Dependência – auge da formulação teórica latino-americana e para qual contribuíram vários brasileiros, entre eles Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos – que no Brasil foi sistematicamente boicotada pelo esquema CEBRAP-USP/Unicamp. Estas instituições, parte do sistema de dominação da classe dominante brasileira, contribuíram enormemente para impedir a penetração da Teoria Marxista da Dependência. A análise crítica revelou que a tese do capitalismo tardio cumpriu a função de ocultar ideologicamente as raízes do nosso capitalismo dependente – as transferências de valor e a superexploração da força de trabalho – recolocando assim no cenário político uma alternativa capitalista ao desenvolvimento do país. Por fim, procurou-se evidenciar como esta interpretação orienta e legitima muitas das políticas do governo federal.

Palavras-chave: O capitalismo tardio, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Partido dos Trabalhadores. Teoria Marxista da Dependência.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. IDEOLOGIA, CIÊNCIAS SOCIAIS E LUTA DE CLASSES.....	14
3. O CAPITALISMO TARDIO É UMA HISTÓRIA.....	28
3.1 Auge e crise do nacional desenvolvimentismo burguês.....	28
3.2 TMD: origens e combates.....	35
4. O CAPITALISMO TARDIO É UMA TESE.....	59
4.1 As raízes do capitalismo retardatário.....	59
4.2 A industrialização retardatária.....	77
5. CONCLUSÕES.....	91

1 INTRODUÇÃO

O governo da recém eleita presidenta Dilma Roussef mantém e manterá várias características de seu antecessor Luis Inácio Lula da Silva. Entre as continuidades destaca-se o nosso objeto de estudo: a influência da “Escola de Campinas” - nome dado ao pensamento de um grupo de intelectuais ligados à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), primeiramente através do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), e depois, no Instituto de Economia (IE). Esta Escola de pensamento social e econômico ostenta com orgulho a “marca” de “escola crítica” de economia e se auto-caracteriza pelo caráter histórico, heterodoxo e eclético de seus cursos. Um dos seus principais expoentes, Wilson Cano, professor da Unicamp desde 1975, sintetizou assim as principais características que justificam esta “marca”:

Por outro lado, a marca de Campinas consiste ainda, desde o início, no fato de que a maior parte dos nossos programas e disciplinas contemplam sempre forte conteúdo de Economia Política, História Econômica, Economia Brasileira, e onde couber, o confronto com a situação internacional.

Em 1974 (...). Já então éramos conhecidos como a escola crítica de Campinas, constituindo assim uma raridade no Brasil, não só por sua postura crítica à política e à economia política do regime militar; pela estrutura curricular, intensidade de leitura; pela pluralidade teórica de estudar os grandes mestres, notadamente Kalecki, Keynes, Marx e Schumpeter; pela visão crítica no estudo histórico do sistema capitalista de produção; pela grande importância que sempre demos ao estudo da história econômica do Brasil e de sua evolução. (CANO, 2007, p.201).

Já Fernando Nogueira da Costa, professor da Unicamp desde 1985, acrescenta ainda um “terceiro plano” extremamente importante a “marca” desta Escola.

O terceiro plano, característica muito particular da Escola de Campinas (e também da Federal do Rio, cuja raiz é a Escola de Campinas), é chamada a “Arte da Economia”, pois não estudamos economia por razões acadêmicas, para fazer “pontinho” [referindo-se aos critérios do Qualis]. Eu pelo menos vim para cá por razão política. No regime autoritário, existia determinada questão política que unia todos da oposição, que era a conquista da democracia. Então, era fundamental fazer proposições alternativas de política econômica para o debate nacional. Fazer primeiro o que se chama de Economia Positiva (não “positivista”), que significa analisar “o que é”, “como funciona”, como é o relacionamento com empresários, com sindicatos, com o governo. Mas também era exigido propor Economia Normativa, ou seja, “o

que deveria ser”, propor política econômica. Ter diálogo com a opinião pública e ter posição democrática nos debates era fundamental. É por isso que a Economia de Campinas ficou notável, por sua participação política. Entre meus professores, vários eram assessores de Ulisses Guimarães, presidente do MDB. Minha geração foi mais para o PT...(NOGUEIRA DA COSTA, 2010)

No campo da intervenção política revelam-se duas outras características marcantes desta Escola: o nacionalismo e seu horizonte utópico. Este último condiciona, estabelece os limites e as potencialidades do primeiro, ou seja, é o horizonte utópico que orienta o nacionalismo unicampista. Este horizonte está claramente colocado por Renato Pompeu em resenha ao livro de Gonzaga Belluzzo:

Belluzzo demonstra como as teses de Marx sobre o capitalismo como uma sucessão de crises são confirmadas pelo dia-a-dia da economia capitalista e sugere como soluções, enquanto não se criam a longuíssimo prazo as condições para o socialismo tal como foi previsto por Marx, os diques de contenção à anarquia capitalista propostos pelo economista inglês John Maynard Keynes. (Caros Amigos, 2010)

Não tendo condições atuais para a construção do socialismo, exceto no longuíssimo prazo – um *petitio principii* do pensamento de Campinas – só resta ao pensamento que seja comprometido socialmente a construção de um capitalismo civilizado: a construção de um país onde a maioria de sua população tenha condições sociais satisfatórias dentro e através do sistema capitalista. Este é o objetivo final da atuação política da Escola de Campinas. Todas as análises, interpretações e teorias formuladas por esta Escola têm, portanto, este pano de fundo.

Nos tempos atuais, em que as ilusões desenvolvimentistas retornaram com força ao cenário ideológico brasileiro esta escola de pensamento não poderia deixar de se encontrar no centro da disputa política pelo projeto novo-desenvolvimentista. Sua influência é evidente na personificação da própria presidenta da República Dilma Roussef: economista formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul frequentou os bancos dos programas de mestrado e doutorado do Instituto de Economia da Unicamp. Não é a única, todavia. Outros intelectuais unicampistas ocupam importantes centros de decisão da nossa vida econômica: Luciano Galvão Coutinho de formação uspiana construiu sua carreira docente no IE onde lecionou, pesquisou e publicou sobre Teorias do Oligopólio (NOGUEIRA DA COSTA, 2010) e ocupa hoje a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) onde pratica uma política de investimentos e financiamentos consoante com seu pensamento formulado em Campinas. Aloizio Mercadante é professor do IE e atualmente Ministro de

Ciência e Tecnologia; Márcio Pochmann, também professor do IE é atualmente presidente do IPEA.

Além destes importantes cargos diretos existe ainda uma plêiade de profissionais de segundo escalão formados e influenciados pela Escola de Campinas. O já citado professor Fernando Nogueira da Costa, por exemplo, foi vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal e também diretor-executivo da Federação Brasileira de Bancos durante o governo Lula entre 2003 e 2007.

Há ainda outros expoentes da Escola de Campinas que exercem sua influência de maneira indireta no governo. Entre eles podemos destacar Luiz Gonzaga de Melo Belluzzo e Maria da Conceição Tavares. Aquele, fundador do IE e consultor econômico pessoal do ex-presidente Lula, foi cotado para assumir a presidência do Banco Central diante de uma possível demissão de Henrique Meirelles no auge da crise de 2008. Maria da Conceição Tavares também professora fundadora da Escola de Campinas é considerada junto com João Manuel Cardoso de Mello e Wilson Cano responsável pela interpretação da Escola de Campinas sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ela também exerce influência no governo do Partido dos Trabalhadores, pelo qual foi deputada federal entre 1994 e 1998.

No entanto, Dilma Roussef, Luciano Coutinho, Aloizio Mercadante, Márcio Pochmann, Gonzaga Belluzzo, Nogueira da Costa e Conceição Tavares são apenas personificações da relação existente entre a ideologia unicampista e o governo petista. São, portanto, expressões acabadas e incontestáveis de um movimento histórico cujas raízes se encontram no movimento ideológico e sua base: o atual momento do capitalismo brasileiro e sua inserção na acumulação mundial de capital. Queremos com isto dizer que a demissão ou admissão de um ou outro cargo político deve ser analisado dentro de um contexto mais amplo de vinculação entre Estado, classes sociais e intelectuais, ou seja, a partir da categoria de totalidade, pois os mecanismos de propagação e dominação ideológica são diversos e não se restringem à nomeação de cargos, mas dependem antes de tudo de uma base material para existirem.

Nossa intenção neste momento é simplesmente justificar a escolha de nosso objeto de pesquisa. A necessidade de uma apreciação crítica da interpretação do capitalismo brasileiro elaborado pela Escola de Campinas é acima de tudo uma exigência da conjuntura política brasileira. Afinal, não somos os únicos a perceber e afirmar a influência da Escola de Campinas no governo petista, seus próprios discípulos o atestam:

Nossa visão, pelo contrário, vinda de nossa tradição cepalina, era que tínhamos que construir a nação com a nossa especificidade, buscar a autonomia nacional no relacionamento com o resto do mundo. Até hoje, a tradição nacional-desenvolvimentista tem esse propósito: inserção internacional autônoma. Hoje, no final do governo Lula, isso está muito claro, quando temos política externa muito diferente da anterior, porque busca relacionamento diplomático independente – negocia com o Irã, com os outros BRIC, a África, o Oriente Médio, o Sudeste Asiático –, ou seja, busca autonomia na inserção internacional. No governo anterior, o de Fernando Henrique Cardoso, aliás, o autor mais conhecido da Teoria da Dependência, achava que a globalização era muito positiva! Assim, não tinha jeito, a inserção seria subordinada mesmo. Não havia essa busca da autonomia nacional, que era bandeira de luta da ideologia nacional-desenvolvimentista desde os anos 50, no segundo governo Vargas, com a campanha popular “O Petróleo é Nosso”. (NOGUEIRA DA COSTA, 2010)

“Uma década depois, Maria da Conceição Tavares ingressou no Partido dos Trabalhadores, e foi eleita deputada federal, pelo Rio de Janeiro, em 1994. Hoje, olhando em perspectiva, se pode ver com clareza o papel decisivo que as suas idéias tiveram na formação do “pensamento econômico da Unicamp”, que hoje é hegemônico dentro do Segundo Governo Lula; e também, na inflexão tardia e “desenvolvimentista” do PT, partido que se formou no início dos anos 80 sem nenhuma concepção econômica própria e sob forte influência das ideias antestatistas, antinacionalistas e antigetulistas de quase toda a intelectualidade paulista, liberal e marxista, desde os anos 50.” (FIORI, 2010)

É importante salientar que muito antes de exercer esta influência a Escola de Campinas já exercia certa hegemonia na interpretação da história do capitalismo brasileiro. É nítido que economistas e cientistas sociais de maneira geral não caracterizem mais o Brasil como um país subdesenvolvido, periférico ou dependente, mas como um país de capitalismo tardio, de industrialização retardatária. A utilização generalizada destes conceitos expressa a forte influência desta escola nas ciências sociais brasileira.

Em um livro recente, escrito junto com Fernando Novais, Cardoso de Melo é taxativo:

Num período relativamente curto de cinquenta anos, de 1930 até o início dos anos 80, e, mais aceleradamente, nos trinta anos que vão de 1950 ao fim da década dos 70, tínhamos sido capazes de construir uma economia moderna, incorporando os padrões de produção e de consumo próprios aos países desenvolvidos. Fabricávamos quase tudo. (MELLO; NOVAIS. 2009, p. 105)

Para verificar como foi possível o Brasil alcançar a situação anunciada por esta formulação tipicamente unicampista os autores nos remetem em nota: “Para as linhas gerais da interpretação da industrialização brasileira, cf. J.M. C. de Mello, *O capitalismo tardio*; M. da Conceição Tavares, *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, e W. Cano, *Raízes da concentração industrial em São Paulo*.” (MELLO; NOVAIS. 2009, p. 105).

Aceitamos a sugestão dos autores e tomamos esta tríade como síntese da interpretação unicampista. Todavia aí está presente mais do que a interpretação da industrialização brasileira, pois *O capitalismo tardio* se propõe a tarefa de “pensar até as últimas conseqüências, a História latino-americana como formação e desenvolvimento de um certo capitalismo” (CARDOSO DE MELLO, 2009, p. 26). Neste livro, na verdade sua tese de doutorado defendido em 1975 na própria Escola que fundara 11 anos antes, Cardoso de Mello faz uma reinterpretação de toda história brasileira, desde a época colonial até 1933; e expõe também as “linhas gerais” do processo de “industrialização restringida” (1933-1954) e “industrialização pesada” (1955-1961) – este último período contemplado pela obra já citada de Conceição Tavares.

Diante do caráter limitado deste trabalho torna-se evidente centrar como objeto de nossa crítica a obra de Cardoso de Mello, principalmente em razão do período histórico coberto por ele: é nesta obra que se encontrará a interpretação sobre o período de nascimento do capitalismo ou “de um certo capitalismo” brasileiro. Nosso objeto de pesquisa, portanto, é a crítica de *O capitalismo tardio*, a crítica de um produto do pensamento humano, e como todo produto do humano tem suas raízes no movimento histórico ideológico e material. Por isso que *O capitalismo tardio* é muito mais que uma tese, é também uma história como afirmou acertadamente Luiz Gonzaga Belluzo, e para compreendermos globalmente devemos, portanto, ir muito além da tese e investigar o movimento histórico-intelectual que resultou na construção de *O capitalismo tardio*, com um instrumental teórico apropriado.

No capítulo seguinte apresentamos um pequeno ensaio em torno do nosso referencial teórico, onde buscamos dar conta da relação entre ideologia, ciências sociais e a luta de classes. No capítulo 3 busca-se reconstruir o movimento político-ideológico brasileiro no que tem de fundamental para resgatarmos a importância Teoria Marxista da Dependência - o primeiro de nossos objetivos específicos - e entendermos a história de *O capitalismo tardio*. No capítulo 4, apresentamos nossa crítica às teses fundamentais de *O capitalismo tardio*, contemplando assim nosso segundo objetivo específico. Nas conclusões, por fim, buscamos demonstrar como estas teses baseiam muitas das atuais políticas de governo, nos aproximando assim de nosso objetivo geral: evidenciar a influência da Escola de Campinas sobre os últimos governos do Brasil.

2 IDEOLOGIA, CIÊNCIAS SOCIAIS E LUTA DE CLASSES

Nosso objeto de pesquisa, *O capitalismo tardio*, é uma interpretação da história, ou seja, a expressão ideal de uma realidade histórica. Este objeto, portanto, é resultado de uma dupla capacidade humana: a capacidade de fazer história e de compreender a sua própria história. É óbvio que para compreender a história é preciso primeiro criá-la, no entanto, anteriormente a isso, “os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33), precisam comer, se proteger do frio, dormir, enfim, produzir seus próprios meios de subsistência. Todavia, essa necessidade de viver antes de realizar qualquer coisa é comum a todos os seres vivos; desde as algas mais simples até o animal mais desenvolvido precisam, antes de qualquer coisa, de condições para viver. Qual seria a diferença então entre os homens e os outros seres vivos? A diferença está exatamente no *como* o homem faz isso.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87)

É, portanto, esta capacidade de na sua relação com a natureza produzirem seus próprios meios de vida que coloca os homens em uma situação diferente dos seus primos do reino animal. Esta relação, que chamamos de trabalho, é condicionada pela própria organização corporal, mas ao mesmo tempo influi sobre ela, ou seja, ao trabalhar para obter seus meios de subsistência o homem produz e modifica sua própria vida, inclusive biológica.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e perna, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (KOSIK, 1976, p. 211)

A produção de meios de subsistência é o pressuposto de toda existência humana e portanto é o primeiro ato histórico. Este ato persiste até os dias de hoje, pois a cada minuto os

homens antes de qualquer coisa precisam estar em condições de viver para fazer qualquer coisa, precisam produzir ou já ter produzido seus meios de subsistência.

Para produzir sua vida os homens necessitam também estabelecer relações entre si, relações que aparecem desde a necessidade mais simples, a procriação, até a mais complexa das sociedades. Estas relações permitem que se aumente a produção de sua própria vida (a população) e também cria condições e exige uma organização social para aumentar a produção dos meios de subsistência. A divisão do trabalho e o desenvolvimento de instrumentos que facilitam o trabalho aparecem e são o segundo pressuposto histórico do homem:

Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que* produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições naturais de sua produção. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Em síntese, da necessidade de produzir sua vida os homens estabelecem uma relação com a natureza, ou seja, consigo mesmos, pois os homens são parte da natureza, através do trabalho, de acordo com suas condições naturais e históricas de produção, mas que permite ao mesmo tempo libertar-se delas e recolocar-se num outro patamar. Com isso cria instrumentos de produção e estabelece relações sociais, organiza todo um mundo material e social através do trabalho e assim constrói a si mesmo. O homem e seu trabalho - sua relação com a natureza derivada da necessidade de reproduzir sua vida –, portanto, são as células básicas de todas as sociedades:

Na base do trabalho, no trabalho e por meio do trabalho o homem criou a si mesmo não apenas como ser pensante, qualitativamente distinto dos outros animais de espécies superiores, mas também como único ser do universo, por nós conhecido, que é capaz de criar a realidade. O homem é parte da natureza e é natureza ele próprio. Mas é ao mesmo tempo um ser que na natureza, e sobre o fundamento do domínio da natureza – tanto a “externa” como a própria – cria uma nova realidade, que não é redutível à realidade natural. O mundo que o homem cria como realidade humano-social tem origem em condições independentes do homem e sem elas é absolutamente inconcebível; não obstante, isso diante delas apresenta uma qualidade diversa e é irredutível a elas. O homem se origina da natureza, é uma parte da natureza e ao mesmo tempo ultrapassa a natureza; comporta-se livremente com as próprias criações, procura destacar-se delas, levanta o problema do seu significado e procura descobrir qual o seu próprio lugar no universo. Não fica encerrado em si mesmo e no próprio mundo. Como cria o mundo humano, a realidade social objetiva e tem a capacidade de superar uma situação dada e determinadas condições e pressupostos, tem ainda

condições para compreender e explicar o mundo não-humano, o universo e a natureza. O acesso do homem aos segredos da natureza é possível sobre o fundamento da criação da realidade humana. A técnica moderna, os laboratórios experimentais, os ciclôtrônicos e os foguetes refutam a opinião de que o conhecimento da natureza se baseia na contemplação. (KOSIK, 1976, p.127)

O trabalho é a atividade na qual o homem se humaniza, na qual o homem cria o mundo humano-social e também na qual o homem consegue desvendar a realidade natural. Essa concepção materialista do homem e do trabalho é premissa fundamental para que possamos compreender a nossa realidade. Sem ela, cairemos em uma série de equívocos tomando como fenômenos naturais criações do próprio homem. Ao nos perguntarmos *quem é o homem?*, estamos tratando da problemática filosófica da ontologia do homem também conhecida como natureza ou essência humana. Percebemos que o homem, por natureza, não é lobo nem cordeiro, não é mau nem bom, não é egoísta nem solidário, mas um animal que precisa satisfazer suas necessidades, mas que se diferencia dos outros animais pela forma com que faz isso. No trabalho estabelece relações sociais de produção e cria meios de produção que o humanizam, que o torna um ser social.

Vimos como o trabalho é a atividade pela qual o homem se contrapõe à natureza e supera-a produzindo seus próprios meios de vida. Este que consideramos o primeiro fato histórico continua a existir até os dias de hoje quando a gigantesca maioria da humanidade trabalha apenas para obter suas necessidades básicas. O trabalho, portanto, ainda está preso no reino das necessidades e dessa forma se antepõe ao não-trabalho. O trabalho nas atuais relações sociais aparece como oposto à liberdade. Ou seja, vivemos ainda simplesmente para nos reproduzir, para reproduzir nossa sociedade, e todas as outras atividades que realizamos ou que gostaríamos de realizar, atividades que também são trabalhos, mas estão fora da reprodução do capitalismo, aparecem como não-trabalho. E assim,

Nessa distinção fica oculta uma ulterior característica essencial da especificidade do trabalho como um agir humano que não abandona a esfera da necessidade *mas ao mesmo tempo a supera e cria nela* os reais pressupostos da *liberdade humana*. (KOSIK, 1976, p. 207)

Esta característica do trabalho como criador dos pressupostos da liberdade humana está oculta pela forma social com que o trabalho aparece na sociedade capitalista. A divisão do trabalho faz com que cada um se especialize numa determinada função fixando a nossa atividade social consolidando “nosso próprio produto num poder objetivo situado acima de nós, que foge ao nosso controle” (MARX; ENGELS, 2007, p. 38) que passa a dominar-nos.

Ou seja, o trabalho que é a atividade que permite aos homens situar-se numa relação superior com a natureza e liberta-o das subjugações naturais mais primitivas, volta-se contra ele.

E tem de ser assim, num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Na religião, o ser humano é dominado por criações de seu próprio cérebro; analogamente, na produção capitalista, ele é subjugado pelos produtos de suas próprias mãos. (MARX, 2006, p. 724)

Esta dominação, no entanto, não é resultado natural da divisão do trabalho e do desenvolvimento material da produção. Ao contrário, vimos que ambas são criações dos próprios homens que também criam as relações sociais específicas a cada momento da história. A divisão do trabalho somente *permite* que se criem relações que façam do produto do trabalho dominador do próprio trabalhador, mas, como vimos, permite também a sua superação.

Além do mais, é completamente indiferente o que a consciência sozinha empreenda, pois de toda essa imundície obtemos apenas um único resultado: que esses três momentos, a saber, a força de produção, o estado social e a consciência, podem e devem entrar em contradição entre si, porque com a divisão do trabalho está dada a possibilidade e até a realidade, de que as atividades espiritual e material – de que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes, e a possibilidade de que esses momentos não entrem em contradição residem somente em que a divisão do trabalho seja novamente supracumida. (MARX; ENGELS, 2007, p. 36).

Todavia, enquanto a divisão do trabalho não é novamente supracumida as relações dominantes de produção vão se espalhando por todo o globo terrestre transformando e dominando todas as formas antigas de produzir a vida espalhando assim a mesma forma de dominação do homem sobre o homem.

Na história que se deu até aqui é sem dúvida um fato empírico que os indivíduos singulares, com a expansão da atividade numa atividade histórico-mundial, tornaram-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho (...) um poder que se torna cada vez maior e que se revela, em última instância, como *mercado mundial*. (MARX; ENGELS, 2007, p. 40).

Esta é a concepção marxista de história, que se apropria e reinventa o materialismo de Feuerbach e a dialética de Hegel. A história é o movimento criado pelos homens diante da necessidade de produzirem seus meios de subsistência. Diante desta necessidade, os homens

se confrontam com a natureza da qual fazem parte e, portanto, se confrontam consigo mesmos. Essa confrontação, essa oposição, realizada e superada pela atividade humana essencial, o trabalho, reproduz o homem e cria sua história. Neste movimento os homens estabeleceram relações entre si, dividiram tarefas e criaram instrumentos para que pudessem ampliar a produção da própria vida. Esta divisão do trabalho e as forças produtivas passam a ser reproduzidas pelas relações sociais estabelecidas até o momento em que estas passam a limitar o desenvolvimento daquelas, ou seja, as relações sociais estabelecidas passam a entravar o desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho, que significa, na verdade, entravar o avanço da própria produção da vida humana.

O fato é o seguinte, portanto: determinados indivíduos, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si essas determinadas relações sociais e políticas. A observação empírica tem de, necessariamente, provar empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, em cada caso concreto, a relação existente entre a estrutura social e política e a produção (MARX, ENGELS, 2007, p. 93)

A realidade histórica é, portanto, o movimento de um *todo* estruturado resultante da necessidade humana de produzir a própria vida, necessidade realizada através do trabalho. Logo, esta realidade só é cognoscível na sua própria estruturação. Se quisermos compreender e nos aproximar da realidade, portanto, precisamos compreendê-la como totalidade histórica. Chegamos, assim, a uma concepção importantíssima: a categoria de totalidade. Ao nos depararmos com nosso objeto de pesquisa – uma interpretação do homem sobre sua própria história - percebemos que precisávamos compreender o homem. Na compreensão do homem percebemos que o mundo social é configurado por este através e no trabalho. A realidade aparece-nos, agora, como o movimento de um *todo estruturado* e constituído pela atividade dos homens na produção e reprodução da sua vida. Então, respondendo diretamente a pergunta: *O que é a realidade?* É totalidade concreta. A totalidade é categoria, pois existe concretamente. É a forma como se constitui nossa realidade humano-social. Logo, se quisermos compreender qualquer campo de nossa realidade precisamos partir dessa compreensão primeira. Mas é preciso atenção. A concepção de realidade como totalidade tem se “popularizado” e, ao mesmo tempo, se vulgarizado transformando em lugar-comum esta importante categoria:

O sentido principal das modificações introduzidas durante os últimos decênios no conceito de totalidade foi a sua redução a uma exigência metodológica e a uma regra metodológica na investigação da realidade. Esta

degeneração do conceito resultava em duas banalidades: que tudo está em conexão com tudo, e que o todo é mais que as partes. (KOSIK, 1976, p. 42)

Esta degeneração se deve (e leva a) concepção de que a realidade é a *totalidade de todos os fatos*. Se concebermos dessa maneira teremos que aceitar, por consequência, que a realidade não é compreensível, afinal, jamais poderemos conhecer *todos os fatos* da nossa realidade, uma vez que “é possível acrescentar, a cada fenômeno, ulteriores facetas e aspectos, fatos esquecidos ou ainda não descobertos, e mediante este *infinito acrescentamento* é possível demonstrar a abstratividade e a não-concreticidade do conhecimento.” (KOSIK, 1976, p. 43)

Porém, como vimos, não é isso a totalidade concreta. A realidade é totalidade concreta, pois se fundamenta na atividade dos homens – o trabalho – na produção e reprodução de suas vidas. Neste processo, a partir dele, engendra-se historicamente toda uma estrutura social articulada, cognoscível somente na sua própria estruturação.

Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo. O concreto, a totalidade não é, por conseguinte, todos os fatos, o conjunto dos fatos, o agrupamento de todos os aspectos, coisas e relações, visto que a tal agrupamento falta ainda o essencial: a totalidade e a concreticidade. Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos – conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si (KOSIK, 1976, p. 44)

Anotamos, assim, a única possibilidade de alcançarmos a concreticidade do mundo humano-social: reconhecendo a realidade como totalidade concreta. Este reconhecimento traz, por sua vez, outra importante concepção materialista da realidade, fundamental para qualquer investigação sobre a história: se a base da configuração da realidade como totalidade concreta são os homens em sua atividade específica, como é que passamos de uma determinada configuração social para outra? É neste ponto que à concepção de totalidade é imanente a de revolução:

Veremos mais adiante que a realidade pode ser [enfatizamos: a realidade “deve” ser] mudada de modo *revolucionário* só porque e só na medida em que nós mesmos produzimos a realidade, e na medida em que saibamos que a realidade é produzida por nós. A diferença entre a realidade natural e a

realidade humano-social está em que o homem pode mudar e transformar a natureza; enquanto pode mudar de modo *revolucionário* a realidade humano-social porque ele próprio é o produtor *desta última* realidade. (KOSIK, 1976, p. 22-23)

Enfatizamos aquela determinação por uma questão muito simples: se o fato de ser produto do homem coloca a *opção* da transformação revolucionária da sociedade; o fato de ser produzida como totalidade *exige* que sua transformação, como transformação autêntica, seja revolucionária. Mudanças parciais numa totalidade social são impossíveis pelo exato fato de ser uma totalidade. Se a totalidade permanece como tal, a “transformação” parcial não ultrapassou a forma e a aparência do fenômeno.

Lo que distingue a un movimiento revolucionário de un movimiento burgués e incluso de un movimiento “revolucionario” reformista, es precisamente el hecho de que el movimiento verdaderamente revolucionario ataca a la sociedad en su centro, considerándola como un todo coherente; ataca al nudo central de la red, único modo de subvertir a la red entera. En cambio, el reformismo se contenta con retoques más o menos superficiales que dejan intacta la estructura atacada. (SILVA, 1975, p.23)

A transformação revolucionária, a superação de determinadas relações sociais por outras é, portanto, parte constitutiva da história humana se partirmos da concepção materialista da história, pois é o próprio desenvolvimento material, da produção que tornará os homens conscientes da necessidade de uma nova forma de produção, afinal “A produção de idéias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 93). Neste fato, na determinação material da consciência está a sorte e o azar da humanidade. Pois nela reside, ao mesmo tempo, as causas da dominação e de sua superação.

Ocorre que os homens diante da necessidade de reproduzir seus meios de existência passam a viver coletivamente e a estabelecer relações sociais entre si. Desta existência coletiva surge a necessidade de se comunicar, surge a linguagem que “nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 35). Vimos que estas relações sociais, bem como a consciência que os homens têm delas, desenvolvem as forças produtivas e a divisão do trabalho que acaba por separar os que produzem daqueles que consomem, separação que é à base da separação seguinte que divide o trabalho material e o trabalho espiritual. Não à toa, a

figura do “feiticeiro” ou do “pajé” está presente nas mais variadas formações sociais primitivas. Esta separação é fundamental, pois a partir deste momento, “a consciência *pode* realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria” (idem, p. 35).

Acontece que a realidade humano-social não se apresenta como realmente é, afinal, se aparência e essência coincidissem a ciência não seria necessária. Assim como foi através da ciência que se descobriu que a terra girava em torno do sol embora apareça invertido, também no mundo humano-social a realidade é unidade de aparência e essência tornando necessária a ciência para revelar a articulação entre as duas.

O homem ao se relacionar com a natureza se objetiva nela. Em um arco e flecha guarani encontramos as determinações passadas e presentes da relação do homem guarani com a natureza, bem como a sua condicionalidade futura. O mesmo ocorre com uma AK-47. Acontece que o trabalho passado materializado numa AK-47 é tão infinitamente maior em relação ao arco e flecha que ao utilizá-la sequer pensamos na quantidade de mecanismo e de técnicas desenvolvidas no passado para chegar a tal objetivação. Simplesmente aprendemos a usá-la e a manejá-la como se fosse uma simples relação homem-coisa quando, na verdade, trata-se de uma relação homem-homem, do homem com o seu passado objetivado. Essa característica, essa possibilidade, que como vimos deriva da divisão do trabalho - do homem ser dominado pelo produto do seu próprio trabalho se apresenta como causa de acontecimentos importantes da história. O movimento ludista inglês, por exemplo, encontrava na máquina fabril as razões de sua miséria, quando na verdade ela é somente trabalho objetivado. O mesmo acontece hoje em dia nas esgotantes campanhas pelo desarmamento e seus *slogans* afirmando que “a arma mata”.

Esta fundamental característica do trabalho humano – a objetivação - ao mesmo tempo em que é o acesso ao “reino da liberdade” se torna seu obstáculo ao coisificar relações que são humanas. A tradicional frase resignadora “Fazer o que? As coisas são assim mesmo” que se apresenta como realista, nos aparece agora como fruto dessa ilusão. As “coisas” não são assim, simplesmente porque todas as coisas, desde a relação social mais básica até a mais avançada, desde o objeto mais simples ao mais complexo são frutos única e exclusivamente da atividade humana. O modo de produção capitalista é o estágio mais desenvolvido das sociedades humanas e por isso é também o momento em que as relações sociais aparecem mais mistificadas. As relações que estabelecemos entre nós aparecem como relações entre coisas, entre objetos produzidos por nós mesmos: as mercadorias. Este fetiche da mercadoria

é a base para o fetiche do capital. O capital aparece como o verdadeiro produtor de tudo ocultando e invertendo a essência: que o capital é produto histórico do trabalho humano. A realidade aparece aos homens, então, de maneira invertida exatamente porque ela mesma está invertida na aparência. Afinal, por mais que a ciência revele que o capital é uma simples relação entre pessoas que aparece coisificada, não se conseguirá produzir nada no capitalismo sem essa coisa, ou seja, sem o capital, sem a mercadoria-dinheiro. Esta inversão existe, portanto, concretamente na produção da vida.

Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico. (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

A ideologia é a forma com que a consciência apreende a aparência da realidade. Se esta apreensão é invertida, se deve ao fato da realidade concretamente se apresentar invertida. É comum, portanto, que as ideias dominantes sejam “a expressão ideal das relações materiais dominantes” (idem, 47). No capitalismo, por exemplo, a relação social dominante é o assalariamento, em que o salário é, na aparência, o pagamento do trabalho. Embora esta seja sua forma aparente ela não é falsa, ela é real, e é através dela que concretamente se expressa a essência: o valor da força de trabalho.

Compreende-se, assim, a importância decisiva da metamorfose do valor e do preço da força de trabalho em salário ou em valor e preço do próprio trabalho. Nesta forma aparente, que torna invisível a verdadeira relação e ostenta o oposto dela, repousam todas as noções jurídicas do assalariado e do capitalista, todas as mistificações do modo capitalista de produção, todas as suas ilusões de liberdade, todos os embustes apologeticos da economia vulgar. (MARX, 2006, p. 620)

Portanto a ideologia dominante do assalariamento não é resultado da divulgação de ideologias absurdas produzidas por salafreiros merceeiros do pensamento. Embora estes existam, uma ideologia só se torna dominante na medida em que é expressão de algo real e concreto. Por isso Paul Baran está correto ao afirmar que “A história do pensamento revela os desígnios da História” (BARAN, 1986, p. 35).

A importância da concepção materialista da história para a análise das ideias reside em revelar que toda ideologia principalmente a ideologia dominante, por mais ocultadora e mistificadora que seja, tem uma base real concreta, ou como afirmava Ludovico Silva, “El

ideólogo se caracteriza por hacer pasar por estructura de la realidad social aquello que no es sino una mera apariencia fenomênica” (SILVA, 1979, p. 206). Afirmamos, com isso, que a ideologia não é a expressão equivocada da realidade no pensamento, mas sim a expressão da aparência.

Entretanto, dissemos que nisto reside também a sorte da humanidade. Se a divisão do trabalho, por um lado, permite a subordinação do trabalhador ao produto do próprio trabalho, por outro permite o desenvolvimento da sua consciência e é o desenvolvimento desta capacidade única do ser humano que permite a ele colocar-se diante da realidade e compreendê-la enquanto unidade de essência e aparência.

No modo de produção capitalista o aprofundamento da divisão do trabalho aprofunda também seu duplo caráter, a dominação do homem pelo produto do seu próprio trabalho e a criação das condições materiais para a superação definitiva deste modo de produção. Ou seja, ao mesmo tempo em que reforçam as ideologias das classes dominantes e criam as condições para varrê-las da terra. Para isso, no entanto, os homens precisam compreender também a essência da realidade, mas não é a isso que somos compelidos a realizar em nossa atividade diária dentro da sociedade. O homem, já antes de nascer, é inserido numa realidade histórica muito bem definida, numa totalidade social com suas relações de produção, com sua divisão do trabalho, leis, ética, moral, religiões, já estabelecidas e aprende a se mover dentro destas relações. Não procura refletir sobre a razão de existir ou como se constituíram estas relações, mas sim estabelecer sua sobrevivência nelas da melhor maneira possível.

A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém, a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais. Portanto, a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo pólo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo; apresenta-se como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade. No trato prático-utilitário com as coisas – em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas – o indivíduo “em situação” cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade. (KOSIK, 1976, p. 13-14).

Embora os aspectos fenomênicos da realidade - a realidade na sua manifestação aparente - sejam diferentes da sua essência e em alguns momentos até o seu inverso, o senso-comum que deriva permite ao homem se orientar no mundo com relativa precisão. A partir disso o homem cria uma *práxis* própria que não somente reconhece o mundo a partir das suas aparências, mas que também o recria. Este é mundo da *pseudoconcreticidade* e da *práxis utilitária imediata*. A um capitalista não interessa saber a origem do lucro, interessa saber como ampliar o lucro, como aumentar sua acumulação. Se lhe dissermos que para isso é necessário reduzir custos, reduzir a folha salarial através de um aperfeiçoamento técnico na produção permitindo assim uma margem maior entre preço de mercado e os custos de produção, jamais irá contestar dizendo que este aperfeiçoamento técnico irá, em essência, permitir uma maior apropriação de mais-valia extraordinária. Isto somente é possível porque a aparência também é parte da realidade, o fenômeno também é real. Mas ao mesmo tempo em que apresenta imediatamente o real, o esconde, por isso “o mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano”. Como a essência da coisa não se dá imediatamente ao homem, este se move no mundo da pseudoconcreticidade.

Ao mundo da pseudoconcreticidade é necessário contrapor uma *práxis* revolucionária que se baseia numa compreensão científica da realidade. Esta compreensão é possibilitada, como já vimos, pela própria divisão do trabalho, que separa a atividade material da espiritual. Esta divisão permite que a ciência seja elaborada, mas ao mesmo tempo a inviabiliza, afinal, a divisão do trabalho também separa os produtores dos consumidores. A classe dominante, consumidora, interessa manter sua condição de classe dominante e embora não tenha domínio científico das razões que a tornam dominante, tem seu domínio material o que permite controlar e reforçar materialmente seu domínio ideológico.

A divisão do trabalho, que já encontramos acima como uma das forças principais da história que se deu até aqui, se expressa também na classe dominante como divisão entre trabalho espiritual e trabalho material, de maneira que, no interior dessa classe, uma parte aparece como os pensadores dessa classe, como seus ideólogos ativos, criadores de conceitos, que fazem da atividade de formação da ilusão dessa classe sobre si mesma o seu meio principal de subsistência, enquanto os outros se comportam diante dessas idéias e ilusões de forma mais passiva e receptiva, pois são, na realidade, os membros ativos dessa classe e têm menos tempo para formar ilusões e idéias sobre si próprios. (MARX; ENGELS, 2007, p. 48).

À classe dominante não interessa mostrar a essência desta realidade, mas tão somente justificá-la e proptose, para isso coloca todos os recursos possíveis na construção de centros acadêmicos e universitários, laboratórios de pesquisa, fundações, institutos para produzir

através dos intelectuais a ciência e a ideologia que lhes são úteis. No caso das ciências exatas e naturais, lhe importa se apropriar individualmente dos avanços científicos para com isso aumentarem a acumulação de capital. No caso das ciências humanas e sociais lhe importa produzir uma série de elucubrações que sirvam para justificar a realidade, ocultando assim a sua essência. Por isso Álvaro Vieira Pinto foi preciso ao afirmar que na essência a universidade é “um dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente no terreno ideológico, sobre a totalidade do país.” (PINTO, 1960, p. 19).

Para isso concorre com grande importância a Ciência Econômica que sendo a ciência que deveria tratar especificamente da essência de nossa sociedade, a produção e distribuição dos meios de subsistência, ou seja, a ciência da produção material da vida –nosso primeiro pressuposto histórico - é justamente onde se faz mais necessário a “ocultação dos verdadeiros fundamentos de nosso vale de lágrimas” (PINTO, 2008). A história do pensamento econômico e a supremacia que cada teoria econômica adquire em determinado momento histórico são demonstrações cabais de que captam somente a aparência da realidade econômica.¹ O fato é que a trajetória da Economia Política que atinge seu ápice na crítica de Marx teve que ser substituída pela “Ciência Econômica” onde a substituição da “política” pela “ciência” seria expressão da neutralidade desta última. Nesta linha residem as formulações desde Marshal à Schumpeter e Keynes. Ao mesmo tempo, marginalmente, operou-se uma ecletização da economia política que utiliza em alguma medida as categorias marxistas de análise, mas misturando-as com outras correntes teóricas, justificando-se numa impossibilidade de utilizar somente as abstratas categorias do marxismo para analisar uma realidade concreta. Estas últimas formulações são recorrentes na intelectualidade de países periféricos do sistema capitalista mundial que nutrem o eterno ideal de se transformarem em sociedades capitalistas dominantes e para isso se articulam com uma parte da burguesia destes países que dizem estar, em princípio, imbuídas da mesma pretensão e buscam se apresentar como portadores do interesse comum até o momento em que diante da necessidade de salvar-se ainda que enquanto burguesias periféricas abandonam suas ideologias deixando seus antigos aliados, os intelectuais, prostrados.

No interior dessa classe, essa cisão pode evoluir para uma certa oposição e hostilidade entre as duas partes, a qual, no entanto, desaparece por si mesma a cada colisão prática em que a própria classe se vê ameaçada, momento no qual

¹ Para uma síntese da história do pensamento econômico como expressão da história real ver BARAN, 1986, p. 35-40)

se desfaz também a aparência de que as idéias dominantes não seriam as idéias da classe dominante e de que elas teriam uma força distinta da força dessa classe. (MARX; ENGELS, 2007, p. 48)

O ecletismo é na verdade o procedimento utilizado pelos ideólogos da burguesia para neutralizar a crítica radical da Economia Política desvinculando-a de seu caráter de classe. Este procedimento é utilizado desde Stuart Mill:

Repercutiu também na Inglaterra a revolução continental de 1848. Aqueles que zelavam por sua reputação científica e não queriam passar por meros sofistas e sicofantas das classes dominantes procuravam harmonizar a economia política do capital com as reivindicações do proletariado, agora impossíveis de ignorar. Surge assim um oco sincretismo que encontra em Stuart Mill seu mais conspícuo representante. É a declaração de falência da economia “burguesa” (MARX, 2006, p. 24).

Nos países subdesenvolvidos as classes dominantes apresentam maior zelo e controle sobre a produção sociológica para que ela contribua com sua dominação. Contam, para isso, com três séculos de colonialismo que se expressa intelectualmente no fenômeno do eurocentrismo, ou seja, a reprodução aqui de teorias e formulações produzidas a partir da realidade específica dos países dominantes sem antes proceder à devida “redução sociológica” (GUERREIRO RAMOS, 1996). Ademais, contam com forte apoio das fundações privadas e órgãos estatais dos países dominantes a quem também interessa manter a situação de dependência. O financiamento de diversos centros universitários e de pesquisa por países estrangeiros se insere naquela dupla finalidade já exposta: ao mesmo tempo em que se apropria dos parques avanços científicos e técnicos produzidos aqui efetivamente comprando nossas melhores mentes, incentiva uma produção sociológica que se apresenta, não obstante, como nacional. Ainda assim, por vezes a dominação ideológica é insuficiente, as massas tomam consciência das razões sociais de seu estado de penúria e passam a pressionar por mudanças e a questionar a posição das classes dominantes. Por isso, nos países dependentes é fundamental que a classe dominante tenha sempre a mão a possibilidade do uso da força e do autoritarismo.

A ciência econômica, portanto, é a legítima representação ideal da burguesia sobre a produção e distribuição da riqueza. Não por excesso, Marx classificava os economistas como representantes teóricos da burguesia. Também não erra Álvaro Vieira Pinto ao afirmar que a economia é a “ancila da sociologia na obra de ofuscação da consciência do país dependente”. (PINTO, 2008, p. 283). Isto se deve ao fato de que a “ciência econômica” é uma determinada compreensão da realidade por parte da consciência humana e como “não é a consciência que

determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94), embora esta influa para reforçar esta determinação, a consciência dominante terá que expressar estas relações dominantes ocultando assim a essência: é, portanto, ideológica. As diferentes ideologia produzidas ficam todas a disposição desta classe que as utiliza de acordo com a necessidade histórica. Assim, a cada crise do sistema capitalista Keynes e Schumpeter renascem na boca da mesma classe que o enterrou na última fase ascendente da acumulação de capital, o tempo suas vidas é diretamente proporcional ao aprofundamento da crise. A única certeza que ambos podem ter ao ressuscitarem é que em maior ou menor tempo serão recolocados em sua tumba.

A definição de ideologia, como apropriação invertida da realidade pelo ser humano em razão da própria realidade se manifestar obscurecida, nos afasta do materialismo vulgar e do idealismo de tipo conspiratório concomitantemente. O desenvolvimento alcançado pela consciência humana devido ao desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho permite que aquela consciência ultrapasse sua condição primitiva de “consciência do meio sensível *mais imediato*” (idem, 35) e se torne um elemento mediador entre a realidade concreta e a concepção que os homens fazem dela. Essa mediação é fundamental pois possibilita aos homens perceberem sua realidade além da aparência, aprofundar-se na sua essência, e então se apropriar corretamente de sua realidade.

É exatamente no capitalismo, onde as condições materiais estão mais desenvolvidos e, portanto, a consciência também, que as classes dominantes necessitam aprofundar a capacidade alienadora das ideologias, tornando assim por a crítica de sua ideologias fundamental para a correta compreensão da realidade e, principalmente, para a construção de uma práxis revolucionária. Embora, sabemos com Marx, que não é a crítica mas a revolução, a luta de classes, a força motriz da história, é também

Precisamente por haber descubierto la raíz práctica de toda alienación, su fundamentación empírica, Marx insistió en demostrar, mediante pensamientos y hechos concretos, el carácter también práctico que debe asumir cualquier combate contra la alienación. Lo que –digámoslo una vez más- no implica el abandono de la lucha teórica. Entre otras razones, porque en definitiva, toda teoría es una práctica. (SILVA, 1979, p. 210)

O motor das idéias é, portanto, o mesmo motor da história: a luta de classes. Esta concepção materialista e dialética da história e da ideologia é o nosso referencial teórico metodológico.

3 O CAPITALISMO TARDIO É UMA HISTÓRIA

“O capitalismo tardio” é uma tese e uma história. Suas páginas desfiam uma hipótese sobre a constituição do capitalismo brasileiro e, ao mesmo tempo, contam a história intelectual do núcleo fundador do Departamento de Economia da Universidade de Campinas.

Luis Gonzaga Belluzzo

Mas, se se relaciona necessariamente com a vida material e é por ela influenciado, o pensamento não deixa por isso de ter sua lógica específica e a sua própria história, concorrendo ele também para determinar as circunstâncias em que os homens vivem.

Ruy Mauro Marini

3.1 Auge e crise do nacional-desenvolvimentismo burguês

O golpe militar deflagrado e encerrado no mesmo 1º de abril de 1964 é o desfecho de uma intensa atividade política e ideológica ocorrida nas três décadas precedentes. À atual geração de jovens tão acostumada à estabilidade econômica e política promovida pelo pacto de classe do Plano Real é inimaginável que este mesmo país tenha passado em pouco mais de três décadas por uma revolução (1930), uma contra-revolução (1932), um levante comunista (1935), um golpe de Estado (1937), uma redemocratização (1945), um golpe de Estado que leva ao suicídio do chefe da nação (1954); uma tentativa de golpe de Estado (1955); uma renúncia presidencial (1961); uma nova tentativa de golpe que leva a mudança do regime político do país para o parlamentarismo (1961); o retorno ao presidencialismo (1963), e, por fim, a instalação de uma ditadura cívico-militar (1964). Citamos somente estes fatos referentes ao mais alto posto de comando político do país, pois representam a magnitude da efervescência política que atravessou o Brasil durante o período. Afinal, se até o mais alto escalão de poder político foi afetado intensamente por este processo, mais profundas eram as lutas locais, camponesas e urbanas. O processo revolucionário por que passava a sociedade brasileira era tão evidente que mesmo um autor não afeito ao tema como Celso Furtado percebeu que a revolução era inevitável e entrou na disputa por seus rumos através de sua influência intelectual (FURTADO, 1962). Não foi o único, todavia. Bastava um pouco de

liberdade intelectual e compromisso popular para perceber-se que estávamos passando por um momento decisivo da história brasileira.

Quem conseguiu captar e analisar melhor estes acontecimentos no calor do momento foi sem sombra dúvida o baiano Alberto Guerreiro Ramos que em suas análises demonstra o contrário do que busca apresentar uma historiografia econômica conservadora e idealista: a “instabilidade política” não é a responsável pela crise econômica que irá se abater sobre o Brasil – e sobre toda América Latina – na década de 1960. Justamente o contrário. Esta intensa atividade política é expressão dos antagonismos e modificações estruturais por que vinha passando o capitalismo brasileiro condicionado pela economia capitalista mundial. Estas modificações aceleram e intensificam a luta de classes no país alcançando um nível jamais visto até hoje na nossa história e que só pode ser resolvida pelo uso extremo da força.

Obviamente, que a estas transformações na estrutura econômica e sua intensa luta de classes corresponderá o conflito ideológico devido. É nesta esfera – do pensamento – que se situa nossa análise, a qual por sua vez exige as devidas referências à estrutura econômica que a condiciona e aos acontecimentos políticos que a expressam de maneira concreta. Todavia, estas não passarão de referências com o objetivo de demonstrar que, embora tenha o pensamento “sua lógica específica e sua própria história” é sempre condicionado e “influído pela vida material”. Queremos dizer com isso, que não é nosso objeto analisar o movimento real do desenvolvimento capitalista no Brasil neste período, mas tão somente demonstrar como este movimento se expressou na luta ideológica e como esta expressa um inexorável caráter classista.

O estrangulamento externo exercido sobre a economia exportadora brasileira durante o período que vai da 1ª Guerra Mundial até o fim da 2ª Guerra Mundial passando pela crise de superacumulação de 1929 tornou inevitável a consolidação de um setor industrial dentro do próprio país, a despeito da vontade e da consciência que disso tinham as burguesias locais. Sobre isso Prebisch e Bielschowsky são complementares:

Antes da Primeira Guerra Mundial, já haviam ocorrido, nos países de produção primária, algumas manifestações incipientes dessa nova etapa. Mas foi preciso que sobreviessem, com o primeiro conflito bélico universal, graves dificuldades de importação, para que os fatos demonstrassem as possibilidades industriais daqueles países, e, em seguida, foi preciso que a grande depressão econômica dos anos 1930 corroborasse a convicção de que era necessário aproveitar essas possibilidades, para assim compensar, mediante o desenvolvimento de dentro para fora, a notória insuficiência do impulso que até então havia estimulado de fora para dentro a economia latino-americana,

corroboração esta que foi ratificada durante a Segunda Guerra Mundial, quando a indústria da América Latina, com todas as suas improvisações e dificuldades, transformou-se, ainda assim, numa fonte de emprego e de consumo para uma parcela apreciável e crescente da população. (PREBISCH, 2000, p. 140).

A solução estrutural para a crise do modelo primário-exportador estava, portanto, em pleno curso, independentemente da consciência que dela tinham as elites políticas, técnicas e empresariais do país, mas alimentando essa consciência. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 253)

Ao retornarmos aos “tempos de paz”, por sua vez, esta burguesia industrial em formação deixará de contar com a proteção automática do estrangulamento externo e com os auxílios estatais de uma “economia de guerra” e terá que enfrentar a ideologia liberal da forte burguesia agroexportadora brasileira: o monetarismo. Mas não quedará desamparada nesta tarefa, pois diversos países subdesenvolvidos e recém emancipados começam a se questionar sobre as causas de sua situação atrasada e das grandes diferenças com os países desenvolvidos:

Neste sentido, os países capitalistas centrais passam a desenvolver teorias destinadas a explicar essas disparidades, que os beneficiam de modo gritante, e a tratar de oferecer perspectivas para os novos Estados, teorias que –sob a denominação genérica de teoria do desenvolvimento – se iniciam em órgãos governamentais, passam às agências internacionais e se estendem às universidades e centros de pesquisa. (MARINI, 1992, p. 74).

A criação destas agências encontrará na América Latina, portanto, uma burguesia industrial nascente carente de tal aparato, adquirindo assim a sua especificidade: não será mera difusora da teoria do desenvolvimento, mas também criadora de um arcabouço teórico condizente com a realidade latino-americana em consonância com os interesses da fração industrial em germinação. É neste contexto internacional e nessa situação de luta de classes interna que se cria a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) sob a chefia do argentino Raúl Prebisch.

Partindo da concepção de economia mundial como totalidade “orgânica” a CEPAL divide o mundo em dois blocos de países: centro e periferia. Ao contrário, portanto, do que afirmava a teoria do desenvolvimento estadunidense², para a CEPAL, subdesenvolvimento não é uma etapa anterior de um processo natural e linear, mas a contraparte do desenvolvimento. A unidade de ambos e as relações entre eles conformam “o processo de

² ROSTOW, W. W. Etapas do crescimento econômico: um manifesto anti-comunista. É a referência mais popular destas teorias estadunidenses do desenvolvimento.

desenvolvimento orgânico da economia mundial” (PREBISCH, 2000) deixando claro que o centro se apóia na periferia. Todavia, o paradigma que organiza o pensamento cepalino é seu ponto de unidade com as teorias do desenvolvimento: a percepção de que, depois de identificadas e corrigidas as causas do subdesenvolvimento, é possível desenvolver um capitalismo de tipo central. A contradição entre uma interpretação que admite ser o subdesenvolvimento resultado do desenvolvimento da economia mundial e coloca como proposta a possibilidade de dentro desta economia mundial todos os países serem desenvolvidos, acompanhará toda a história da Cepal. A ênfase colocada em cada um dos pólos desta contradição na interpretação cepalina será expressão da intensidade da luta de classes em cada período, mas a contradição se manterá até os dias atuais e se radica na análise do mecanismo concreto identificado como causador do subdesenvolvimento.

Este mecanismo é uma evidência empírica: a deterioração dos termos de troca. Prebisch apresenta que a relação entre os preços de exportação da periferia para o centro e de importação das mercadorias produzidas pelos países centrais tende historicamente a cair e identifica como causa fundamental deste processo a difusão desigual do progresso tecnológico entre os países. O raciocínio, em sua essência, é simples: em uma economia primário-exportadora o desenvolvimento do setor industrial é obstaculizado pela transferência de renda da periferia para o centro através da deterioração dos termos de troca no comércio mundial. O não desenvolvimento da indústria leva a um acúmulo de mão de obra no setor primário que ao mesmo tempo freia o aumento de produtividade e rebaixa os salários deste setor. A redução salarial no setor primário, além de concorrer também para frear sua produtividade, é responsável pela limitação do mercado interno que, por sua vez, não estimula a expansão de indústrias de consumo, contribuindo assim para a manutenção da primazia do setor primário.

Somando-se esta análise ao paradigma de desenvolvimento capitalista autônomo, é normal que a industrialização se apresente como panacéia dos problemas econômicos e sociais da periferia e por isso ela é central para a ideologia desenvolvimentista (BIELCHOWSKY, 2000, p.250). Através dela, unicamente, promover-se-ia a distribuição da força de trabalho entre os setores produtivos, a elevação dos salários, a expansão do mercado e o progresso técnico contrariando, assim, as transferências de renda no mercado internacional.

por um longo período, até o início dos anos 60, o debate econômico centrou-se na problemática do desenvolvimento das forças produtivas, deixando-se em plano secundário as questões mais diretamente sociais, como distribuição da renda e da propriedade. (BIELCHOWSKY, 2000, p. 264)

Ou nas palavras do próprio Prebisch:

O problema econômico essencial da América Latina consiste em acrescentar sua renda real *per capita*, graças ao aumento da produtividade, pois a elevação do nível de vida das massas, mediante a redistribuição das rendas tem limites muito estreitos. (PREBISCH *apud* MARINI, 1992, p. 105)

Notamos, portanto, que embora a Cepal não compartilhe da visão etapista das teorias desenvolvimentistas estadunidenses onde o subdesenvolvimento é a etapa anterior do desenvolvimento, mantêm a utopia desenvolvimentista de que é possível construir na periferia um capitalismo autônomo como o dos países centrais. Portanto, a finalidade de ambas é comum.

O pragmatismo dos intelectuais da CEPAL salvava-os de qualquer concepção idealista sobre a ciência e a consciência. Sabiam muito bem que somente a análise por mais próxima da realidade que possa ser, é incapaz, por si só, de modificar concretamente o mundo real. É preciso que ela se torne consciência de uma classe social que a coloque em prática, que lute por ela. Furtado nos dá um testemunho valioso de a qual classe social estava colocando seus serviços intelectuais:

Foi nos anos 30 que se começou a questionar o modelo de economia “essencialmente agrícola” defendido pela classe dominante brasileira. Fui um dos primeiros a denunciar o agrarismo como causa de nosso atraso. (...). Não que o país fosse totalmente destituído de indústrias. O que não havia era sistema industrial capaz de autogerar o seu dinamismo. O ritmo da atividade econômica era comandado do exterior, portanto, pelas atividades primárias. O problema não se limitava a depender da importação de tecnologia e de equipamentos para crescer, e sim dispor de uma classe dirigente capaz de formular um projeto de transformação do país. Foi quando me convenci de que a classe industrial nascente podia assumir esse papel histórico que me pus a trabalhar para forjar os instrumentos de que ela necessitava para desempenhá-lo. (FURTADO, 2007, p.17).

A caracterização de MARINI, portanto, parece-nos perfeita:

O desenvolvimentismo foi a ideologia da burguesia industrial latino-americana, especialmente daquela que, respondendo a um maior grau de industrialização e compartilhado já o poder do Estado com a burguesia agrário-exportadora, trata de ampliar seu espaço a expensas desta, recorrendo para isso à aliança com o proletariado industrial e a classe média assalariada. Ao mesmo tempo em que acena para estes com a ampliação da oferta de emprego e maiores salários, o desenvolvimentismo, mediante a crítica do esquema tradicional de divisão internacional do trabalho, exige dos grandes

centros capitalistas o estabelecimento de um novo tipo de relações e, rechaçando o modelo primário-exportador, abre fogo contra a velha classe dominante. Evita, porém, no contexto da luta inter-burguesa, colocar como premissa do modelo industrial a reforma agrária, tanto mais que a política da burguesia industrial não passava pela aliança com o campesinato. (MARINI, 1992, p. 79).

Desta maneira, a burguesia industrial estava amparada ideologicamente para enfrentar a resistência da burguesia liberal agro-exportadora, mas não estará sozinha neste processo. Conterá com a importante ajuda do Partido Comunista Brasileiro (PCB) neste embate.

A esquerda latino-americana se encontrava desarmada teoricamente para enfrentar a conjuntura que se apresentava. O avanço do processo soviético juntamente com o forte controle ideológico da III Internacional contribuiu para coibir a difusão e o aprofundamento do marxismo crítico latino-americano surgido na década de 1920, de tal maneira, que os PCs latino-americanos faziam apenas reproduzir a análise generalista da III Internacional sobre o mundo colonial.

Esta análise caracterizava a sociedade brasileira como submetida a um duplo constrangimento: pelo imperialismo no plano externo e internamente pelos traços feudais da nossa agricultura. Estes dois traços, segundo o PCB, eram os principais obstáculos do desenvolvimento econômico e social do país. A estratégia anti-feudal e antiimperialista para construção de um capitalismo democrático e nacional é seu corolário político. Obviamente, a principal classe responsável por essa tarefa histórica era a burguesia industrial nacional.

Tratando-se de mera reprodução sobre a realidade brasileira da análise e estratégia formuladas pela III Internacional o PCB estava órfão de quadros teóricos capazes inclusive aplicar sobre a realidade concreta latino-americana a sua própria concepção tornando-os reféns das formulações cepalinas que como sintetiza Marini, convergiam:

A ascensão da burguesia industrial no pós-guerra e principalmente, o brilho da sua expressão ideológica – o desenvolvimentismo – apanham os comunistas desarmados. O débil desenvolvimento do marxismo no período anterior – quando ficara confinado sobretudo à historiografia – leva, então a que a teoria geral adotada pelos comunistas seja a que propõe a burguesia industrial. E isto é compreensível: correspondendo ao período em que os PCs se batem pela criação de uma frente única entre a burguesia e o proletariado, a Cepal lhes oferece de bandeja uma burguesia nacional e uma teorização sobre os mecanismo de exploração capitalista internacional próxima à teoria do imperialismo. (MARINI, 1992, p.86).

Conformava-se então o bloco histórico que possibilitou à ideologia desenvolvimentista se tornar dominante durante a década de 1950 e permitiu à burguesia industrial exercer seu

comando sobre o país. Este bloco era integrado pelo capital estrangeiro, pela burguesia agro-exportadora, burguesia industrial e por parte do proletariado sob influência do PCB. Este movimento adquire expressão acabada na política econômica do governo de Juscelino Kubitschek, o Plano de Metas (BIELSCHOWSKY, 2000, 408-409).

Todavia, a concretização da ideologia desenvolvimentista irá desvelando os seus próprios limites. Promove uma profunda transformação da estrutura produtiva brasileira e avança na industrialização guiada por um planejamento estatal (Plano de Metas) que coloca em primeiro plano a burguesia nacional e que orienta o capital estrangeiro. Nada disso, porém, parece resolver os problemas estruturais da economia brasileira: a inflação crescente, a manutenção dos déficits no balanço de pagamentos e os baixos salários se mantêm ao lado do aprofundamento das desigualdades sociais na cidade e no campo (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 403 e 411). Assim, ao eclodir-se a crise de produção e realização dos anos 1960, a panacéia da industrialização se desnuda aos olhos de todas as classes sociais, obrigando a CEPAL a focalizar as reformas de base como processo necessário para o avanço do desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 409, 410).

O conteúdo social das reformas e a massiva mobilização das classes populares em torno delas concomitantemente ao aprofundamento da crise econômica irão colocando cada vez mais a burguesia industrial nacional ao lado das outras frações da classe dominante. A aliança com os trabalhadores não apenas havia se esgotado, pois não se refletia em aumento dos níveis de acumulação, como havia se tornado perigosa: a radicalização e massificação da participação popular nas decisões políticas sempre assustaram as burguesias de todo o mundo, ainda que o conteúdo político de tal participação não seja anti-capitalista. Assim, nada tendo a perder, a burguesia industrial brasileira demonstra a sua verdadeira função histórica frustrando as ilusões cepalinas e comunistas de que seria capaz de implantar um capitalismo nacional, democrático e autônomo. A esquerda brasileira surpresa e despreparada para tamanha “traição” nada pode fazer senão assistir a instalação de uma ditadura cívico-militar na maior e mais “desenvolvida” economia latino-americana sem a necessidade de um único tiro.

O golpe militar de 1 de abril de 1964 é, portanto, o resultado histórico-concreto do desenvolvimento capitalista no Brasil dirigido pela ideologia desenvolvimentista. O fato de que os desenvolvimentistas não façam parte do golpe em si e, ao contrário, tenham sido derrotados por ele, não reduz em nada o fato de que o golpe militar é o resultado concreto, final, da luta de classes desencadeada pelo processo liderado pelos desenvolvimentistas

juntamente com os comunistas. O argumento de que não eram essas suas intenções e de que até tentaram combatê-lo serve apenas para o tribunal do reino dos céus.

Nosso objeto de estudo não é analisar o tamanho da responsabilidade de ambos neste processo. O importante, para nossos fins, é salientar que o processo histórico em que pareciam estar se concretizando as condições para o surgimento de um capitalismo nacional, democrático e autônomo e de superação das condições subdesenvolvidas culminou em um golpe cívico-militar em torno do qual se realinhavam todas as frações da classe dominante brasileira contra as camadas populares. As decisões econômicas imediatas do governo golpista e a repressão política são seus fatos incontestáveis.

Revelou-se então, concretamente, o caráter utópico da proposta de construção de um capitalismo autônomo e incluído na periferia do sistema. E com ele caem todas as ilusões sobre o papel do Estado e da burguesia nacional. Importante perceber que este processo encontra uma formidável semelhança em todos os países da América Latina tornando evidente que suas razões se encontram nas causas profundas da divisão internacional do trabalho necessária para a acumulação mundial de capital.

A nova conjuntura limpa o terreno da disputa política na medida em que elimina uma de suas alternativas. O desenvolvimentismo nacional como proposta popular e democrática de superação do subdesenvolvimento perde seu posto de ideologia dominante ao ser derrotado na prática. Muitos de seus expoentes, inclusive, impactados por essa derrota apresentarão análises estagnacionistas como Celso Furtado, por exemplo, que interpretará o golpe como o início de um processo de pastorização e estagnação da economia brasileira. Ressaltamos este fato pois a “pecha” de estagnacionista tentará ser vinculada à Teoria Marxista da Dependência durante o processo de distensão política, como veremos mais a frente.

O que nos interessa neste momento é que a polarização e as verdadeiras opções da periferia do sistema se mostram muito mais claramente: manutenção do subdesenvolvimento ou socialismo. É sob a influência profunda de todo este processo que se gestará no Brasil e na América Latina uma nova corrente de pensamento: a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

3.2 TMD: origens e combates

Vimos como a década de 1950 e início dos 1960 foi marcada pelo auge da teoria nacional-desenvolvimentista, pelo lado da Cepal, e pela estratégia reformista democrático burguesa,

pelo lado do PCB. No entanto, nem só de ideologia vive a realidade e já no fim do governo JK começam a surgir análises críticas ao processo de industrialização que se implantava e sobre a crise do poder que se avizinhava. Sem dúvida, o intelectual a exercer esta crítica foi Alberto Guerreiro Ramos cuja independência e capacidade crítica permitiu-lhe iniciar um processo de crítica ao Plano de Metas já em 1958 quando num texto intitulado *O controle ideológico da programação econômica* advertia:

A deficiência fundamental da programação brasileira consiste talvez na inobservância dessa norma geral de projetamento. Ela foi demasiadamente apoiada em recursos-dólares. Nosso programador, no projetamento das metas, contou com uma receita de dólares que o tempo vem mostrando não poderá ser obtida pelo Brasil, a menos que os proprietários de moeda forte sejam generosos conosco, o que não é provável. (Guerreiro Ramos, 1960, p. 199).

Percebia, já em plena euforia dos anos JK e muito antes que qualquer teórico cepalino ou pecebista que,

A nação brasileira, quanto ao seu estatuto bruto, já é uma das primeiras potências médias do mundo contemporâneo. Para tornar significativo esse estatuto, precisa, porém, de capacidade política. **O recurso escasso por excelência no Brasil, hoje, é capacidade política.** Tal deficiência é menos do povo em geral do que propriamente dos quadros que formalmente o representam. (idem, p. 210).

Em 1961, ainda antes da surpreendente renúncia de Jânio Quadros, torna público um livro em que anuncia *A crise do poder no Brasil*, onde analisa as condições que permitiram Jânio Quadros a se colocar acima da sociedade política, configurando-se um governo bonapartista. Todavia, “a realidade econômica e social do país, ao que tudo indica é desfavorável à vigência de um bonapartismo duradouro” (Guerreiro Ramos, 1961, p. 38) e portanto a eleição de Quadros seria a demonstração de que

a estrutura partidária do País está em crise, está desajustada à realidade social. Revela, assim, uma crise de representatividade de nossas instituições político-partidárias e, agora, com o Sr. Jânio Quadros investido nas funções de Presidente da República – uma crise de poder. (idem, p. 35).

Crise de poder que se resolveria, provavelmente, diante da inflação, pois

se o governo pretende corrigir a inflação sem afetar os níveis de renda do setor estacionário da economia, terá de recorrer à política de força, a um regime ditatorial e, portanto, colocará os empresários de vanguarda e os assalariados diante de um desafio que terá de ser conjurado pela revolução, a menos que

busque, em tempo útil, os seus suportes sociais nessas últimas categorias. (idem, p. 41)

A influência deste potente pensador sobre uma geração de jovens militantes universitários que seriam responsáveis nos anos seguintes pela quebra do monopólio do marxismo no Brasil foi importantíssima. Ruy Mauro Marini, após tentar a sorte na Faculdade Nacional de Direito decide aproveitar a oportunidade que a FGV com o apoio da OEA estava dando a jovens interessados a se dedicar em tempo integral aos estudos de administração pública na EBAP (Escola Brasileira de Administração Pública). Lá conheceu Guerreiro Ramos de quem seria professor assistente no ano seguinte na Escola de Serviço Público do DASP:

Frente ao clima intelectual tradicionalista e rarefeito que privava na Universidade de então, a EBAP abria amplo espaço às ciências sociais e recrutava seu corpo docente na intelectualidade mais jovem, que a universidade mandarinesca excluía, ou no exterior. Figura marcante era ali Alberto Guerreiro Ramos, professor de Sociologia, crítico irreverente de tudo que cheirasse a oficialismo, eclético incorrigível, aberto às novas idéias que se originavam de Bandung e da CEPAL; **sua influência sobre mim, naqueles anos, foi absoluta.** (MARINI, 2005, p. 60).

A influência de Guerreiro Ramos se dava também através do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) criado por JK e responsável por difundir para todo o país a ideologia desenvolvimentista, criando ao mesmo tempo condições para o nascimento da sua crítica. Foi assim que Guerreiro Ramos chegou à Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, então, universitários e militantes em Minas Gerais:

Os ilustres membros do ISEB, com exceção de Hélio Jaguaribe, que pronto renunciou à direção do mesmo, por não compactuar com o que chamou de “nacionalismo sectário”, foram todos convidados, mais de uma vez, a fazerem conferências para os bolsistas. Por lá desfilaram Roland Corbisier, Gilberto Paim, Álvaro Vieira Pinto e, sobretudo, Guerreiro Ramos, que se transformou em nosso amigo e padrinho de casamento. (BAMBIRRA, 1991, p. 9)

A influência de Guerreiro Ramos naqueles que seriam os principais expoentes da corrente marxista da dependência foi fundamental. Isso, no entanto, não autoriza a conclusão de que a TMD surge como crítica acadêmica da Cepal. A crítica às teses cepalinas é desdobramento do enfrentamento político que estes universitários e militantes estavam fazendo ao reformismo pecebista, pois, como vimos, as teses cepalinas serviam como luvas na estratégia democrático-burguesa importada da III Internacional pelo PCB. Antes de tudo,

portanto, a teoria marxista da dependência é resultado da luta política que se trava na América Latina, e sobre isso Marini e Bamberger são unânimes:

Por lá desfilaram Roland Corbisier, Gilberto Paim, Álvaro Vieira Pinto e, sobretudo, Guerreiro Ramos, que se transformou em nosso amigo e padrinho de casamento. Todos esses mestres (Nelson Werneck Sodré só fomos conhecer já na Universidade de Brasília) foram intensamente sabatinados por nós, questionados ou glorificados. Éramos contestatórios num sentido positivo. Já por essa época, se começava a gestar na cabeça de alguns de nós, pelo questionamento da teoria “cepalina” e da sua congênera, a “isebiana”, os germes ainda muito embrionários da teoria da dependência. A partir de tal questionamento, encontrávamos as bases mais seguras para impugnar a concepção teórico-metodológica e a estratégia e a tática que inspirava o Partido Comunista. (...) Nós decididamente pensávamos que anti-imperialismo e anti-capitalismo eram sinônimos, pois as nossas burguesias estavam se integrando ao grande capital monopólico internacional, particularmente ao norte-americano. (Bamberger, 1991, p. 9-10)

Na realidade, e contrariando interpretações correntes, que a [TMD] vêm como subproduto e alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da CEPAL, a teoria da dependência tem suas raízes nas concepções que a nova esquerda -particularmente no Brasil, embora seu desenvolvimento político fosse maior em Cuba, na Venezuela e no Peru- elaborou, para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas. A CEPAL só se converteu também em alvo na medida em que os comunistas, que se haviam dedicado mais à história que à economia e à sociologia, se apoiaram nas teses cepalinas da deterioração das relações de troca, do dualismo estrutural e da viabilidade do desenvolvimento capitalista autônomo, para sustentar o princípio da revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e anti-feudal, que eles haviam herdado da Terceira Internacional. (MARINI, 2005, p. 66)

Tendo origem na luta política podemos concluir que a principal influência sobre os futuros formuladores da TMD no Brasil foi a Organização Revolucionário Marxista – Política Operária (ORM-Polop). Organização pioneira entre a “nova esquerda” e onde as formulações teóricas mais rigorosas apareceram, desde a crítica ao desenvolvimentismo e ao nacionalismo burguês do PCB e ISEB até análises de conjuntura internacionais. Em LEAL (1992) encontramos um precioso estudo sobre esta organização e sua influência na formação dos futuros teóricos da dependência, e principalmente, na esquerda brasileira. Serão seus militantes, além dos já citados Marini, Bamberger e dos Santos, também Moniz Bandeira, Eder e Emir Sader, Michel Lowy, e principalmente, Eric Sachs – o quadro mais preparado da organização naquele momento (LEAL, 1992).

Outra influência importante vem da Revolução Cubana, pois era justamente a comprovação concreta, histórica, do equívoco comunista:

O questionamento da linha política do PC foi, também, de imediato um resultado do impacto, seguida da profunda influência, que a Revolução Cubana exerceu sobre nós. (BAMBIRRA, 1991, p. 10)

Todavia, também não se autoriza a conclusão de que a teoria marxista da dependência é mera reprodução ideológica da Revolução Cubana para toda América Latina nem, no caso, para o Brasil. Marini que acompanhava os impactos da Revolução Cubana na França qualifica melhor o caráter de sua influência na “nova esquerda” brasileira:

Cabe observar, aqui, que o interesse que a Revolução cubana despertara na França, dando lugar a intensa cobertura da imprensa e à publicação de livros significativos, como o de Sartre, era muito maior que o que se verificava no Brasil - fato que constato com surpresa, ao regressar. Essa situação só se modificará depois da tentativa de invasão norte-americana e da decorrente posição cubana, em favor do marxismo e da URSS. A gestação da esquerda revolucionária brasileira e latino-americana -particularmente na Argentina, no Peru, na Venezuela e na Nicarágua- **não é, como se pretende, efeito da Revolução cubana, mas parte do mesmo processo que deu origem a ela** - independentemente de que passe a sofrer forte influência sua, nos anos 60. (MARINI, 1992, p. 63, grifo nosso).

Torna-se evidente, portanto que a crítica dirigida ao desenvolvimentismo através da Polop e mais tarde pela teoria marxista da dependência (TMD) contribuiu com a sua crise; que como vimos, é um processo histórico demarcado no Brasil pelo golpe militar de 1964 – e, em quase toda América Latina, já que o processo brasileiro foi onde o desenvolvimentismo e o reformismo atingiram sua maior expressão. Como processo histórico esta crise não deixaria de se refletir no âmbito político e teórico: como embate político ao reformismo do PCB e como crítica teórica ao desenvolvimentismo da Cepal:

Contraopondo-se a isso, a “nova esquerda” caracterizava a revolução como, simultaneamente, anti-imperialista e socialista, rechaçando a idéia do predomínio de relações feudais no campo e negando à burguesia latino-americana capacidade para dirigir a luta anti-imperialista. Foi no Brasil da primeira metade dos 60 que essa confrontação ideológica assumiu perfil mais definido e que surgiram proposições suficientemente significativas para abrir caminho a uma elaboração teórica, capaz de enfrentar e, há seu tempo, derrotar a ideologia cepalina -não podendo ser, pois, motivo de surpresa o papel destacado que nesse processo desempenharam intelectuais brasileiros ou ligados, de alguma forma, ao Brasil. (MARINI, 2005, p.66)

Além do espaço da Polop, outro cenário importante ainda no Brasil será a UnB. O projeto audacioso de Darcy Ribeiro reunirá a jovem intelectualidade brasileira e lá pela

primeira vez terão oportunidade de conviver Marini, Bambirra e dos Santos e de conhecerem André Gunder Frank:

Integrando-me à UnB em setembro de 1962, como auxiliar de ensino -em 1963, passaria a professor assistente- realizei ali uma das experiências mais ricas da minha vida acadêmica, já como docente, lecionando com Victor Nunes Leal, Lincoln Ribeiro e Theotônio dos Santos, as cadeiras de Introdução à Ciência Política e Teoria Política, em nível de graduação, e co-dirigindo o seminário de pós-graduação sobre Ideologia Brasileira; já como estudante, preparando minha tese de doutorado sobre o bonapartismo no Brasil (cujo texto e materiais se perderiam em 1964, quando da primeira invasão da Universidade pelo exército); já participando das atividades diversas que a Universidade promovia, tanto internamente como no plano da extensão; já, finalmente, convivendo com os colegas já mencionados, além de outros - como Andre Gunder Frank, que ali aportou em 1963. Cabe assinalar, aqui, que, embora já possuísse um pensamento inquieto e original, formado ao calor de seu contacto com Paul Baran, Paul Sweezy, Harry Huberman, em *Monthly Review*, foi então que Frank - absorvendo os novos elementos teóricos, que surgiam no seio da esquerda revolucionária brasileira -amadureceu as teses que exporia, de maneira provocativa e audaz, em seu *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, publicado em 1967, livro que representa um marco do que viria a chamar-se de "teoria da dependência" (BAMBIRRA, 1991)

A importância e o “marco” de Frank residem no pioneirismo e na radicalidade com que desmontou as principais teses pecebistas e principalmente pelo apelo e popularização de sua fórmula: “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Esta fórmula que ainda hoje é diuturnamente deturpada demonstra, por seu caráter geral, que o desenvolvimento do capitalismo mundial produziu aqui - sempre - o subdesenvolvimento. Baseando-se numa ampla descrição histórica demonstra que submetidos à divisão internacional do trabalho os países da América Latina podem apresentar altíssimas taxas de crescimento, mas não conseguirão jamais superar as amarras da divisão internacional do trabalho e a situação do subdesenvolvimento. Assim colocada, esta formulação tornou-se o pretexto necessário para acusar TMD de catastrofista e estagnacionista. O fundamental é que a reunião na UnB de todos estes jovens militantes e intelectuais foi de extrema importância para o desenvolvimento posterior da TMD. Gunder Frank chegou, inclusive, a participar do primeiro congresso nacional da Polop em 1961 (LEAL, 1992) e Brasília tornou-se uma das principais cidades de atuação da Polop através do sindicato dos professores da UnB, do movimento estudantil, do sindicato dos sargentos, entre outros.

Não foi à toa, portanto, que o golpe militar caiu com mãos de ferro sobre a UnB. Os militares sabiam que grande parte da intelectualidade da esquerda revolucionária se

encontrava lá. A Universidade foi invadida pelo exército e seu reitor se demitiu. O substituto indicado pelo governo - Zeferino Vaz - foi responsável pelo início da degeneração do projeto universitário de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira e pela “maior diáspora intelectual” já realizada. Os militantes da Polop foram radicalmente perseguidos. Ruy Mauro Marini integrava a lista dos primeiros 14 professores demitidos. Foi perseguido e preso duas vezes. Ainda assim conseguiu apresentar para o Comitê Central da Polop uma análise de conjuntura brasileira onde se apresentavam pela primeira vez os elementos da análise que desenvolveria durante seu exílio no México e materializado no texto “Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil”, terceiro capítulo de seu grandioso livro, *Subdesarrollo y Revolución*, até hoje não traduzido para o português.

O exílio ao reduzir, inicialmente, a atividade militante destes jovens possibilitou que se dedicassem em tempo integral à tarefa de compreender a realidade latino-americana. Isto, por si só já permitiu o desenvolvimento de uma série de estudos fundamentais e que convergiam para analisar a dependência latino-americana com o instrumental teórico metodológico marxista o que foi impulsionado quando o próprio exílio juntou novamente grande parte deles nas universidades chilenas e, novamente, sob uma conjuntura política efervescente: o governo da Unidade Popular no Chile.

Esta conjuntura permitirá que se realizem todas as potencialidades que já estavam sendo desenvolvidas desde o Brasil no início da década de 60 e que culminará na formação de uma corrente de pensamento na América Latina que influenciará inclusive os grandes centros de pensamento dos países centrais. Sem dúvida, seus principais autores foram Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini. O primeiro se destaca pelo pioneirismo de suas publicações e pela abrangência histórica de suas análises. Entretanto, há um certo consenso de que cabe à Marini o papel de destaque, pois foi quem conseguiu chegar às determinações da dependência num nível de abstração mais elevado tirando-a da vala comum empirista através de uma análise marxista ortodoxa – entendida como “rigor conceitual e metodológico” – sobre a realidade latino-americana; combinada a uma intensa e fecunda prática política tanto na Polop brasileira quanto no MIR chileno. Sua principal contribuição teórica na análise da realidade Latino-Americana é “Dialética da dependência” (DD):

“Tal como ficou, *Dialética de la dependencia* era um texto inegavelmente original, tendo contribuído para abrir novo caminho aos estudos marxistas na região e colocar sobre outras bases o estudo da realidade latino-americana.” (MARINI, 2005, P.90)

E isto se deve por que foi nesse texto que resolveu **“a questão fundamental, isto é, o modo como o capitalismo afetava o cerne da economia latino-americana – a formação da mais-valia”** (MARINI, 2005, p. 91). Sigamos, então, os passos de Marini.

A América Latina é ao mesmo tempo criatura e criadora do mercado mundial. Criatura porque antes da conquista européia, nem os europeus, nem os povos autóctones tinham a noção de unidade sobre o continente, pois de fato ela não existia. A conquista mercantil européia dará uma unidade a estes povos na medida em que os subjugava a cumprirem a mesma função no mercado mundial: expandir a oferta de mercadorias e meios de pagamento, desenvolvendo assim o capital comercial e o capital bancário europeus tornando possível o surgimento do seu sistema manufatureiro, base necessária ao surgimento da grande indústria. E é, ao mesmo tempo, criadora do mercado mundial, pois nas palavras de Marx e Engels:

A grande indústria estabeleceu o mercado mundial que o descobrimento da América preparara. O mercado mundial deu ao comércio, à navegação, às comunicações por terra, um desenvolvimento imensurável. Este, por sua vez, reagiu sobre a extensão da indústria, e na mesma medida em que a indústria, o comércio, a navegação, os caminhos-de-ferro se estenderam, desenvolveu-se a burguesia, multiplicou os seus capitais, empurrou todas as classes transmitidas da Idade Média para segundo plano. (MARX, 198-?, p. 23).

Este processo pode parecer muito distante, longínquo, e já superado para quem observa o mundo contemporâneo à primeira vista. Este é um erro comum que devemos, através da história, esforçar-nos por desfazer, pois este processo iniciada há cinco séculos deixará sua marca definitiva nas formações sociais latino-americanas. Não à toa Marx dedicou um capítulo de sua obra máxima a resgatar a história e revelar o “pecado original da economia burguesa”, a chamada acumulação primitiva:

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albos da era da produção capitalista. Esses processo idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva. (MARX, 2006, p.864)
Hoje em dia, a supremacia industrial traz a supremacia comercial. No período manufatureiro, ao contrário, é a supremacia comercial que proporciona o predomínio industrial. Então, o sistema colonial desempenhava o papel preponderante. Era o “deus estrangeiro” que subiu ao altar onde se encontravam os velhos ídolos da Europa e, um belo dia, com um empurrão,

joga a todos eles por terra. Proclamou a produção de mais-valia último e único objetivo da humanidade. (MARX, 2006, p. 867)

Enquanto Marx analisa o sistema colonial preocupado em mostrar como contribuiu para a acumulação primitiva na Europa, nós estamos – com Marini – preocupados em estudar como este processo afetou a constituição do capitalismo latino-americano. Vimos que para desenvolver a grande indústria foi necessário desenvolver o sistema manufatureiro – o capital comercial e bancário – que impescindia da expansão da circulação de mercadorias e meios de pagamento para qual a América Latina contribuiu. Ao instalar-se a grande indústria, no entanto, as funções da América Latina no mercado mundial se alteram, embora aparentemente continuem sendo as mesmas, pois o valor de uso das mercadorias exportadas continua semelhantes – produtos agropecuários e minerais. Todavia, agora, cumprem funções diferentes, pois as necessidades do modo de produção capitalista são diferentes.

Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas; como bem afirmou Canguilhem, “o caráter progressivo de um acontecimento não exclui a originalidade do acontecimento”. A dificuldade da análise teórica está precisamente em captar essa originalidade e, sobretudo, em discernir o momento em que a originalidade implica mudança de qualidade. No que se refere às relações internacionais da América Latina, se, como assinalamos, esta desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (principalmente com sua produção de metais preciosos nos séculos 16 e 17, mas sobretudo no 18, graças à coincidência entre o descobrimento de ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês), somente no curso do século 19, e especificamente depois de 1840, sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente. Isto se explica se considerarmos que é com o surgimento da grande indústria que se estabelece com bases sólidas a divisão internacional do trabalho. (MARINI, 2005, p. 141-142).

Os dois motivos que impulsionam essa mudança se encontram no desenvolvimento da economia européia. A grande indústria necessitava de grande quantidade de força de trabalho. Para isso necessitou da prévia e forçada transferência dos camponeses para as cidades através dos cercamentos, como analisou Marx, e do aumento de produtividade no campo. Todavia, isto não foi suficiente e a América Latina foi convocada juntamente com outras regiões a fornecer os “bens-salários”, isto é, os alimentos necessários para o trabalhador da grande indústria européia. Mas não só isso, pois o gigantesco aumento de produtividade causado pela Revolução Industrial necessitava também da expansão no fornecimento de matérias-primas.

Esta função, que chegará mais tarde a sua plenitude, é também a que se revelará como a mais duradoura para a América Latina, mantendo toda sua

importância mesmo depois que a divisão internacional do trabalho tenha alcançado um novo estágio. (MARINI, 2005, p. 144)

Analizamos até agora as relações entre América Latina e Europa do ponto de vista do valor de uso. Façamos agora a análise a partir do duplo caráter da mercadoria: o valor e valor de uso. A revolução industrial ao aumentar a produtividade elevaria amplamente o capital inicial investido se fossem mantidas as condições de oferta de bens salário e de matérias-primas anteriores acarretando um gigantesco decréscimo da taxa de lucro. Assome-se a intensa luta dos trabalhadores europeus pela redução da jornada de trabalho e teremos uma combinação de aumento da composição orgânica do capital com redução das taxas de exploração o que inviabilizaria o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Era necessário, portanto, ao mesmo tempo, reduzir os preços dos elementos do capital constante – como as matérias-primas por exemplo -, e elevar o tempo de trabalho excedente, isto é, a mais valia, sem aumentar a jornada de trabalho e até reduzindo-a. É neste sentido que a revolução industrial reorganiza e requalifica o mercado mundial. Portanto, fornecendo matérias-primas e bens alimentícios a preços baixos

a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais valia absoluta para a de mais valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. (MARINI, 2005, p.144)

A questão a analisarmos agora como a América Latina se organiza internamente para cumprir com esta função? A DTT é a comprovação empírica de que o fenômeno ocorreu, isto é, a América Latina conseguiu executar sua participação na DIT. Prebisch captou muito bem um fenômeno importante das relações econômicas internacionais, no entanto, sua análise ricardiana por excelência, foi incapaz de chegar às raízes, a essência do problema. A pesquisa de Prebisch mostra que enquanto os preços dos produtos industrializados tendem a estabilizar ou cair levemente, os preços dos produtos primários tendem a se depreciar fortemente. Ora, sabemos que quanto maior a produtividade menos tempo de trabalho, e portanto, menos valor contém uma mercadoria. Sendo os produtos industrializados os que mais sofrem um aumento de produtividade e, portanto, contém unitariamente menor quantidade de valor, enquanto os produtos primários encerram maior quantidade de valor, porque é que o fenômeno se apresenta invertido?

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporaram. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis de troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. Convém distinguir os mecanismos que operam no interior de uma mesma esfera de produção (tratando-se de produtos manufaturados ou de matérias-primas) e os que atuam no marco de distintas esferas que se interrelacionam. No primeiro caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis de troca; no segundo, adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas (...). No segundo caso – transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas – o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. (MARINI, 2005, p. 151-152)

Mas se isto se deve ao fato de algumas nações produzirem mercadorias que outras são incapazes a proposta cepalina continuaria válida: bastaria industrializar-se para inibir o mecanismo de transferência de valor. Porém, como esclarece Marini, estas também acontecem e são mais frequentes ainda entre nações industrializadas. Trata-se daquele “primeiro caso” mencionado acima:

É assim como, por conta de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribui para fixar. Isso se expressa, para a nação favorecida, em um lucro extraordinário, similar ao que constatamos ao examinar de que maneira os capitais individuais se apropriam do fruto da produtividade do trabalho. É natural que o fenômeno se apresente sobretudo em nível da concorrência entre nações industriais (...) já que é entre as primeiras que as leis capitalistas da troca são exercidas de maneira plena (...). (MARINI, 2005, p.151-152)

Ora, se as nações estão transferindo valor para outras de onde o capitalista da nação desfavorecida pode retirar o aumento de sua lucratividade? Esta pergunta pode ser respondida junto com outro fato paradoxal evidenciado por Prebisch: se os preços dos produtos primários caem, por que a sua produção aumenta? O que leva os capitalistas a aumentarem sua oferta sabendo das baixas cotações de seus produtos?

Frente a esses mecanismos de transferência de valor, baseados seja na produtividade seja no monopólio de produção, podemos identificar – sempre no nível das relações internacionais de mercado – um mecanismo de compensação. Trata-se do recurso ao incremento do valor trocado, por parte da nação desfavorecida: sem impedir a transferência operada pelos mecanismos já descritos, isso permite neutralizá-la total ou parcialmente mediante o aumento do valor realizado. (...)

O que importa assinalar aqui é que, para aumentar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração da força de trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos. (...) Factualmente, todos contribuem para aumentar a massa de valor realizada, e por isso a quantidade de dinheiro obtida através da troca. Isso é o que explica, neste plano da análise, que a oferta mundial de matérias-primas e alimentos aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor real da produção. (MARINI, 2005, p. 153)

Portanto, em vez de corrigir os desequilíbrios entre preço e valor das exportações, a burguesia dependente aumenta seus lucros aprofundando a extração de valor e aqui chegamos à “questão fundamental” isto é o modo como o capitalismo afeta o cerne da economia latino-americana: a formação da mais-valia, pois, para aumentar a sua apropriação de mais-valia sem enfrentar a transferência desta para o centro, a burguesia latino-americana é levada a aumentar a massa de valor produzido e realizado, portanto, a aumentar a exploração da força de trabalho. E o faz através de três mecanismos que se fundem: aumento da intensidade do trabalho sem aumento de produtividade; prolongação da jornada de trabalho, e redução do preço da força de trabalho (salário) abaixo de seu valor, reduzindo o consumo do operário além do seu limite normal.

Por fim:

Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana. (MARINI, 2005, p. 162)

É, portanto, através da análise do movimento histórico gerado por esta contradição que podemos nos aproximar de maneira mais correta da realidade latino-americana. O conceito de dependência assume, assim, sua definição mais precisa:

Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 2005, p. 141).

É sobre esta base – a contradição entre centro e periferia resolvida pela superexploração da força de trabalho na economia dependente – da economia exportadora que se levantará o ciclo dependente do capital e a industrialização dependente. Afinal, não só de produção de mais-valia vive a reprodução do capital, embora seja sua essência e a origem do lucro e por isso mesmo os capitalistas queiram reduzir o mundo a ela. O fato é que o ciclo do capital é a unidade de produção e realização de valor. Mostramos, até agora, como ao integrar-se à economia mundial a economia dependente foi afetada na sua essência – produção de mais-valia. Falta ainda analisarmos como esta produção conseguirá se realizar, ou seja, como fará para que o capital-mercadoria assuma a forma capital-dinheiro, necessário para reiniciar o processo de produção de mais-valia.

A contradição entre produção e realização se expressa na dupla oposição entre capital e trabalhador. Ao mesmo tempo em que o trabalhador é colocado diante do capital como consumidor de capital constante (máquinas e matérias primas) é também colocado como consumidor de mercadorias. No primeiro, consome para produzir mais-valia; no segundo consome para realizar valor. Todavia, ao capitalista interessa aumentar o primeiro consumo, mais especificamente, a parte que apropria deste processo de consumo – o tempo de trabalho excedente. Porém, quanto mais aumenta o TTE de maneira absoluta maior será a massa de valor que necessitará realizar e para isso terá que contar com o auxílio do consumo individual dos trabalhadores para repor o valor da sua força de trabalho. A contradição entre realização e produção aparece exatamente aqui: no momento em que para realizar o valor produzido pela maior exploração do trabalhador necessita do salário deste mesmo trabalhador.

Vimos como a expansão do mercado mundial auxiliou para que nos países centrais essa contradição - mediada pela luta entre trabalhadores e patrões em torno do salário - resultasse no aumento generalizado de produtividade e da supremacia da mais-valia relativa na produção. Nestes países, o consumo individual do trabalhador será um elemento decisivo na formação da demanda, ou seja, o mercado interno é base da realização de sua produção.

Nos países dependentes ocorre justamente o contrário. Uma vez que em sua gênese está a produção para exportação ocorre a separação dos dois momentos do ciclo do capital: a

produção de valor é interna mas sua realização é externa. Isso significa que o consumo do trabalhador não interfere na realização embora determine a taxa de mais-valia, resolvendo aquela contradição entre os dois tipos de consumo do trabalho em direção ao aumento da superexploração do trabalho. Ora uma vez que o salário do trabalhador numa economia dependente contribui pouco para a realização do valor gerado por ele próprio, não haverá nenhum problema em rebaixar ao máximo seu salário. Este movimento deprime o mercado interno de massas e hipertrofia o consumo de bens de luxo, na medida em que permite o aumento da mais-valia não acumulada (lucro dos capitalistas não reinvestido). Surge assim uma estratificação do mercado interno que se divide em esfera baixa de consumo, onde se encontram os trabalhadores baseada na produção interna e restringida pela superexploração da força de trabalho, e esfera alta, onde se encontram os não trabalhadores e que o sistema tende a ampliar.

A harmonia que se estabelece, no nível do mercado mundial, entre a exportação de matérias-primas e alimentos, por parte da América Latina, e a importação de bens de consumo manufaturados europeus, encobre a dilaceração da economia latino-americana, expressa pela cisão do consumo individual total em duas esferas contrapostas. (MARINI, 2005, p.165)

A “Economia exportadora dependente” é portanto uma formação social que coagida pela divisão internacional do trabalho configura de maneira específica suas relações de produção – a superexploração da força de trabalho – e erige um ciclo de capital que reproduz em escala ampliada a superexploração da força de trabalho e a transferência de valor para o mercado mundial. Tal Economia jamais conseguirá se industrializar, pois a industrialização será sempre uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários.

Todavia sofrerá uma mudança qualitativa ao enfrentar-se com as crises comerciais e o chamado “estrangulamento externo” provocados pelas duas guerras mundiais e pela crise de 1929. Durante este período a esfera alta da circulação será obrigada a voltar-se para a produção interna. Este movimento aparentemente semelhante ao processo ocorrido nos países centrais é a base real que permitiu a ideologia desenvolvimentista tornar-se dominante. Mas, como dissemos, as semelhanças eram somente superficiais. Aqui, ao contrário dos países centrais, a formação deste “novo mercado interno” não é uma contrapartida da expansão da acumulação. Trata-se de uma demanda já existente, com sua estrutura definida pelos produtos

exportados dos países centrais e que não pode mais ser satisfeita com a importação.³ Ocorre, portanto, uma aproximação da esfera alta da circulação com a esfera baixa, enquanto nos países centrais esta divisão nunca existiu. Lá, ao contrário, os bens de luxo tendem a se popularizar, e mesmo quando ocorre um aumento deste mercado, tem como pré-condição o aumento de produtividade dos bens de consumo dos trabalhadores.

Nossa indústria passa a se constituir para atender uma demanda pré-existente, não depende, portanto, do aumento do consumo dos trabalhadores ou do aumento de produtividade da economia para sua realização. No entanto, ao preencher toda esta demanda o capital industrial irá se encontrar com as limitações de mercado impostas pela superexploração da força de trabalho. Este movimento, poderia levar a alteração do eixo de acumulação para a mais-valia relativa, mas é neutralizado por dois outros movimentos: a saída imediata utilizada pelos capitalistas de jogar com a margem de preço de mercado e de produção que sua situação monopólica lhe garante; e a ampliação do consumo das classes médias, criado pela mais-valia não acumulada e por um relativo aumento da produtividade do trabalho. Assim,

A transição de um modo de acumulação para outro se torna, portanto, difícil e é realizada com extrema lentidão, mas é suficiente para desencadear um mecanismo que atuará no longo prazo no sentido de obstruir a transição, desviando para um novo meio a busca de soluções para os problemas de realização encarados pela economia industrial. (MARINI, 2005, p.173)

É neste momento que a nova divisão internacional do trabalho, proporcionada pela reorganização da economia mundial e o correspondente restabelecimento da acumulação mundial influirá, novamente, decisivamente na economia dependente. O mecanismo sugerido por Marini é:

O avanço conseguido pela concentração de capital em escala mundial coloca então nas mãos das grandes corporações imperialistas uma abundância de recursos que necessitam buscar aplicação no exterior. O traço significativo do período é que esse fluxo de capital para a periferia se orienta de forma preferencial para o setor industrial.

Para isso concorre o fato de que, enquanto durou a desorganização da economia mundial, desenvolveram-se bases industriais periféricas, que ofereciam – graças à superexploração do trabalho – possibilidades atrativas de lucro. Mas não será o único fato, talvez não seja o mais decisivo. No curso do mesmo período, verificara-se um grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais. Isso levou, por um lado, a que os equipamentos ali produzidos, sempre mais sofisticados, tivessem de ser

³ Aqui se inicia o processo criticado por Furtado como dependência cultural e tendência a imitação dos padrões de consumo do centro. FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico, 1974.

aplicados no setor secundário dos países periféricos; surge então, por parte das economias centrais, o interesse de impulsionar nestes o processo de industrialização, com o propósito de criar mercados para sua indústria pesada. Por outro lado, na medida em que o ritmo do progresso técnico reduziu nos países centrais o prazo de reposição do capital fixo praticamente à metade, colocou-se para esses países a necessidade de exportar para a periferia equipamentos e maquinário que já eram obsoletos antes de que tivessem sido amortizados totalmente. (MARINI, 2005, p.174)

Operando, portanto, na base da superexploração da força de trabalho a economia dependente se fará atrativa aos novos investimentos disponíveis em abundância do mercado mundial. A industrialização se fará, assim, não apesar, mas por causa da superexploração, o que repõe as causas da separação entre as esferas alta e baixa de circulação:

Pois bem, ao se concentrar de maneira significativa nos setores produtores de bens supérfluos, o desenvolvimento tecnológico acabaria por colocar graves problemas de realização. O recurso utilizado para solucioná-lo tem sido o de fazer a intervenção do Estado (por meio da ampliação do aparato burocrático, das subvenções aos produtores e do financiamento ao consumo supérfluo), assim como fazer intervir na inflação, com o propósito de transferir poder de compra da esfera baixa para a esfera alta da circulação; isso implicou em rebaixar ainda mais os salários reais, com o objetivo de contar com excedentes suficiente para efetuar a transferência de renda. (MARINI, 2005, p.177)

Porém estes dois recursos não serão suficientes, afinal a absorção do progresso técnico aprofunda a restrição do mercado interno já existente desde a velha economia exportadora.

Isso colocará, a partir de certo momento (que se define nitidamente em meados da década de 1960) a necessidade de expansão para o exterior, isto é de desdobrar novamente – ainda que agora a partir da base industrial – o ciclo de capital, para centrar parcialmente a circulação sobre o mercado mundial. A exportação de manufaturas, tanto de bens essenciais quanto de produtos supérfluos, converte-se então na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afligem. Desde os projetos de integração econômica regional e sub-regional até o desenho de políticas agressivas de competição internacional, assiste-se em toda a América Latina à ressurreição do modelo da velha economia exportadora. (MARINI, 2005, p. 179)

Temos assim as linhas gerais da interpretação da teoria marxista da dependência. Trata-se sem sombra de dúvidas de uma contribuição extremamente original. A utilização rigorosa das categorias marxistas para analisar uma realidade concreta diferente da européia, a variação entre diferentes níveis de abstração durante a análise, a presença da categoria de totalidade e o completo domínio do ciclo do capital são algumas de suas características que tornaram possível a elaboração deste ensaio. Pela primeira vez se apresenta uma síntese de

interpretação ortodoxa marxista do processo histórico latino-americano, isto é, sem apelar a ecletismos e sem deturpações do processo histórico concreto.

A dependência, fenômeno que se apresenta como relação subordinada entre nações formalmente independentes, é uma formação econômica social marcada pela sua integração à acumulação mundial de capital. Para cumprir a função a que eram convocadas as nações latino-americanas configuraram aqui a sua forma de peculiar de extração de excedente: a superexploração da força de trabalho. **Esta é a questão fundamental**, a essência da dependência latino-americana, a forma como o capitalismo afeta a formação da mais-valia. A realização que completa o ciclo do capital se estabelecerá mantendo e reproduzindo esta relação fundamental. A industrialização dependente também. As relações de exploração estão na base da dependência e são, ao mesmo tempo, reproduzidos por ela. Por isso, o fim da dependência depende da supressão destas relações sociais.

Utilizar esta linha de análise para estudar as formações sociais concretas da América Latina, orientar esse estudo no sentido de definir as determinações que se encontram na base da luta de classes que ali se desenvolve e abrir assim perspectivas mais claras para as forças sociais empenhadas em destruir essa formação monstruosa que é capitalismo dependente: este é o desafio teórico que se coloca hoje em dia para os marxistas latino-americanos. A resposta que lhe dermos influirá sem dúvida de maneira não desprezível no resultado a que chegarão finalmente os processos políticos que estamos vivendo. (MARINI, 2005, p. 180).

Aprofundar os estudos da dependência latino-americana com o rigor teórico metodológico do marxismo é a linha de análise que seguirão também Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, e que influenciarão até a década de 1980 no Chile e no México uma grande quantidade de jovens intelectuais a trilharem ao menos parcialmente o mesmo caminho. É por esta unidade teórico-metodológica e política que podemos afirmar existir uma corrente de pensamento marxista da dependência.⁴

Estas características fizeram com que a TMD adquirisse repercussão mundial, como afirmam Marini e Bambirra:

Cabe concluir insistindo num traço peculiar da teoria da dependência, qualquer que seja o juízo que dela se faça: sua contribuição decisiva para alentar o estudo da América Latina pelos próprios latino-americanos e sua capacidade para, invertendo por primeira vez o sentido das relações entre a região e os grandes centros capitalistas, fazer com que, ao invés de receptor, o pensamento latino-americano passasse a influir sobre as correntes

⁴ Para uma análise mais aprofundada da TMD cf. OURIQUES, 1995.

progressistas da Europa e dos Estados Unidos; basta citar, neste sentido, autores como Amin, Sweezy, Wallenstein, Poulantzas, Arrighi, Magdoff, Touraine. (MARINI, 2005, p. 134)

Porém, o que considero mais relevante é o fato de que a minha contribuição à teoria da dependência, somada a de outros autores – em particular Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos – conformou uma corrente de pensamento marxista sobre a interpretação do capitalismo dependente, com grande penetração em quase todos os países latino americanos, em vários países da Europa, na URSS, nos EUA e Japão, exercendo influência na formação das novas gerações. (BAMBIRRA, 1991, p.96).

Não obstante, o país de origem dos três principais expoentes dessa corrente de pensamento não foi atingido por ela: “O paradoxal é que, apesar de que o nosso pensamento tenha percorrido boa parte do mundo afora, no Brasil, a não ser por via oral – aulas e conferências – ele não teve quase nenhuma divulgação e, portanto influência.” (BAMBIRRA, 1991, p. 97).

“Óbvio”, pensarão alguns, afinal o país se encontrava sobre a mais forte censura onde qualquer pensamento crítico era perseguido. De fato, os livros de Marini foram apreendidos pelo governo e muitos de seus escritos foram destruídos pelas ditaduras chilena e brasileira, assim como os escritos dos outros autores. Mas não é tão óbvio assim. Afinal, por que razão autores considerados críticos e que se diziam abertamente como críticos do regime como Octavio Ianni, Francisco Weffort, Bóris Fausto, Francisco de Oliveira, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Maria da Conceição Tavares, Luis Gonzaga de Melo Belluzzo, João Manoel Cardoso de Melo conseguiram se popularizar? Mesmo um dos principais críticos à TMD, o equatoriano Agustín Cueva, reconhece e lamenta o fato paradoxal levantado por Bambirra e dá outras pistas para investigarmos:

En algunos casos, como el de Brasil, los militares simplemente cortaron culturalmente al país del resto de Latinoamérica. Paradoja de la historia: entre 1964 y 1979, mientras esa nación adquiría para nosotros corporeidad y presencia casi cotidiana através de SUS brillantes intelectuales exiliados, para los brasileños “Del interior” nosotros éramos un perfil fantasmagórico, para no decir una pura ausência. De hecho, ni los mismos intelectuales brasileños Del exílio eran conocidos en su tierra, en parte porque la censura dictatorial lo impedía y en parte también – aunque de pena decirlo – porque sus colegas Del interior al principio no querían correr el riesgo de difundirlos y, después, cuando tal riesgo había desaparecido, preferían reinar sin concurrencia. Em todo caso, el corte cultural fue intenso y las ciencias brasileñas están profundamente marcadas por él: la sociología radical, revolucionaria, terminó con la generación que tiene de 45 años para arriba. (CUEVA apud BAMBIRRA, 1991, p. 98)

Marini parece concordar com Cueva de que a responsabilidade pelo isolamento cultural brasileiro com relação à América Latina, não se deve somente a censura do regime, pois:

Essa política teria resultado, porém, menos exitosa se mais e mais intelectuais não houvessem sido cooptados pelo sistema, inclusive aqueles que se situavam em oposição ao regime. Ocorreu no país um fenômeno curioso: intelectuais de esquerda, que chegavam a ocupar posições em centros acadêmicos, ou que os criavam com o fim precípuo de ocupar posições, estabeleciam à sua volta uma rede de proteção contra o assédio da ditadura e utilizavam sua influência sobre a destinação de verbas e de bolsas para consolidar o que haviam conquistado, atuando com base em critérios sumamente grupais. Entretanto, o que aparecia, originalmente, como autodefesa e solidariedade tornou-se, com o correr do tempo - principalmente ao ter início a desagregação do regime, a fins dos anos 70 - uma vocação irresistível para o corporativismo, a cumplicidade e o desejo de exclusão de todo aquele - qualquer que fosse sua conotação política - que ameaçasse o poder das pessoas e grupos beneficiários desse processo. Por outra parte, no ambiente fechado em que sufocava o país, resultava proveitoso, para os que nele podiam entrar e sair livremente, monopolizar e personalizar as idéias que floresciam na vida intelectual da região, adequando-as previamente aos limites estabelecidos pela ditadura. Neste contexto, a maioria da intelectualidade brasileira de esquerda colaborou, de maneira mais ou menos consciente, com a política oficial, fechando o caminho à difusão dos temas que agitaram a esquerda latino-americana na década de 1970, marcada por processos políticos de grande transcendência e concluída com uma revolução popular vitoriosa. (MARINI, 2005, p. 121).

Ambos, portanto, concordam que grande parte da responsabilidade sobre o isolamento cultural e pela não divulgação da TMD no Brasil se deve a atuação decisiva de muitos intelectuais de esquerda. De fato, não se tratava apenas de receio em ver seu nome vinculado ao radicalismo da TMD ou de egocentrismos próprios de intelectuais pequeno-burgueses, pois a intelectualidade de esquerda não somente deixou de divulgar a TMD como também a atacou, digamos assim, academicamente.

Os alvos principais destes são os trabalhos de Frank, pois é onde o rigor conceitual e metodológico, tão característico desta corrente, menos aparece facilitando a crítica oportunista, ainda que se possa fazer um bom – quanto inútil – debate se Frank faria ou não parte da corrente marxista da dependência. Outro grande alvo, porém, foi o trabalho de Marini, *Dialética da Dependência*. Provavelmente por ser um dos trabalhos mais importantes e fecundos da TMD a reação precisava ser imediata. Seu ponto alto no Brasil se expressa na publicação do texto de Cardoso e Serra, *As desventuras da dialética da dependência*, pela revista *Novos Estudos CEBRAP* – órgão ligado a USP, dirigido por Cardoso e financiado pela Ford Foundation. O início do artigo já deixa claro os procedimentos a que recorreriam os

autores: “Oxalá possamos neste artigo, senão propor alternativas (que seria pedir muito), pelo menos colocar trancas que fechem as falsas saídas”. (CARDOSO; SERRA, p. 36)

As trancas foram colocadas inclusive nesta revista que não publicou a resposta de Marini: “As razões do neodesenvolvimentismo: por que me ufano de minha burguesia” que ficou, assim, desconhecida no Brasil até o ano 2000. Procedimento exemplar teve a Revista Latinoamericana de Sociologia que atrasou uma edição especial e publicou os dois textos juntos. Não queremos aqui expor as evidentes debilidades e falsificações realizadas por Serra e Cardoso, pois basta-nos para nosso fim demonstrar que a intelectualidade dita de esquerda, consentida pela ditadura brasileira, e financiada por empresas estadunidenses atacou decididamente a TMD.

Não era o bastante, todavia. O esgotamento do milagre econômico e a correspondente distensão política exigiam a construção de algo novo no cenário ideológico que fosse capaz de atrair a crítica da esquerda. Não bastava somente impedir que o pensamento revolucionário chegasse era necessário e mais efetivo colocar algo em seu lugar e isso se realizou através, principalmente, do Cebrap e da Unicamp. A criação das duas instituições está, portanto, intimamente ligada à necessidade do surgimento de uma esquerda não radical, a famigerada “esquerda que a direita gosta”. Como nosso trabalho consiste em analisar uma parte da produção intelectual desta última torna-se necessário uma rápida digressão para mostrar como sua criação se deu concretamente.

A Universidade de Campinas foi fundada em 1966 e teve como seu primeiro reitor Zeferino Vaz, indicado pelo governador Adhemar de Barros. É, no mínimo curioso que o mesmo regime político que destruiu a principal experiência universitária do Brasil – a UnB – tenha permitido livremente a criação de uma Universidade no centro econômico do país justamente no início de seu período mais repressivo – o próprio Ato Institucional nº 5 seria outorgado apenas dois anos depois - e ao que parece a Unicamp passou ilesa por todo ele. Nossa curiosidade se transforma em perplexidade quando vemos que o designado por sua implantação foi o mesmo responsável pelo início da repressão aos professores da UnB e que hoje empresta seu nome ao campus principal da Unicamp: Zeferino Vaz

É nesta conjuntura e dentro deste projeto que surge o IFCH, comandado por João Manuel Cardoso de Mello e Luis Gonzaga de Mello Belluzzo. É nele que se desenvolverão as teses neodesenvolvimentistas da *Escola crítica de Campinas* que se apresentará como uma alternativa político-ideológica democrática e, portanto, crítica ao regime militar, mas cuja horizonte político se insere dentro dos marcos capitalistas. É este fato, o de retomar o horizonte de desenvolvimento de um capitalismo nacional e autônomo que permite liberdade

às idéias unicampistas durante o período mais repressivo da ditadura brasileira e sua proeminência durante a distensão política. O mesmo podemos afirmar sobre o Cebrap.⁵

Ambos, portanto, tinham a dupla função de atacar as teses da TMD e de colocar algo em seu lugar desfazendo a polarização ideológica e política: ditadura e esquerda revolucionária. E esta função era exercida conscientemente pelos intelectuais da esquerda democrática. João Manuel Cardoso de Mello nos fornece um depoimento exemplar sobre isso. Ao ser perguntado, no fim do mandato de FHC, sobre a importância teórica da obra do presidente responde que “não tem nenhuma idéia verdadeiramente original, e, hoje, não tem importância alguma, não fica em pé.” Todavia,

teve grande importância na época, ao lado de outros trabalhos que escreveu sobre o tema, por que ajudou a libertar o pensamento crítico da disjuntiva da ultra-esquerda ‘socialismo ou fascismo’, que levava a consequências políticas desastrosas, à justificação da luta armada. (MANTEGA; REGO. 1999. p. 193.)

Sua opinião, no entanto, parece ter-se alterado bastante, pois já no prefácio de *O capitalismo tardio*, escrito em 1982, Gonzaga Belluzzo é explícito:

O autor reconhece a grande contribuição de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto no aprofundamento crítico do conceito de dependência na medida em que avançam as perguntas para o terreno da formação e do desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina e, mais que isto, trazem a idéia “de que a dinâmica social latino-americana é determinada, em primeira instância por fatores internos e, em última instância, por fatores externos, a partir do momento em que se estabelece o Estado Nacional”. (CARDOSO DE MELLO, 1984, p. 10)

De fato, o próprio Cardoso de Mello antes de apresentar propriamente sua interpretação passa em revista algumas das interpretações mais correntes da época onde admite:

Deste ponto de vista, a primeira vertente da Dependência – representada pelos trabalhos de A. G. Frank, centrados na idéia de desenvolvimento, centrados na idéia de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, que se entende nuclearmente como uma contínua rearticulação de uma relação de exploração entre metrópoles e Satélites – consiste, de modo cristalino, numa mera **reprodução radicalizada da problemática cepalina** e, por isto, não apresenta maior interesse teórico. Ao contrário, a formulação de F. H. Cardoso e E. Falleto merece um exame cuidadoso, por sua importância decisiva. (idem, p. 24)

⁵ Para mais informações sobre o boicote à TMD no Brasil, cf. PRADO, 2011.

Fica explícito, portanto, a operação intelectual que estava em curso na época: importava menos a qualidade teórica do trabalho do que sua contribuição em bloquear a entrada e divulgação da TMD no Brasil e para isto estavam empenhados conjuntamente teóricos do Cebrap e da Unicamp, e é esta uma função cumprida também por *O capitalismo tardio*. A capacidade deste mecanismo se apresenta exemplarmente na tese de doutorado, também publicada em livro em 1986, do também professor do IE Wilson Suzigan. No seu trabalho busca debate e contribuir com a interpretação da origem e desenvolvimento da indústria brasileira. Para isso, no primeiro capítulo apresenta as principais contribuições do desenvolvimento industrial brasileiro onde afirma que o

Com relação à teoria da dependência, o enfoque do desenvolvimento do subdesenvolvimento “(Frank, 1969) é tido como uma “mera *reprodução radicalizada da problemática cepalina* e, por isso, não apresenta maior interesse teórico” (Melo, 1975:13, ênfase no original). A teoria da dependência formulada por Cardoso & Faletto (1979), no entanto, é de grande interesse. (SUZIGAN, 2000, p. 27).

Salta á vista esta crítica que faz Cardoso de Mello e que reproduz Suzigan – e que reproduzirão a grande maioria de intelectuais e quadros técnicos formados nos bancos da USP e da Unicamp - ao que chamam de “primeira vertente” da dependência. O primeiro fato a assinalar é que citam apenas Gunder Frank, num momento em que já estava publicada e em debate formulações muito mais precisas desta teoria, como o próprio *Dialética da Dependência*. O segundo fato é o próprio argumento utilizado para descartar esta vertente de uma análise mais detida: por ser a “reprodução radicalizada da problemática cepalina”. De fato, temos que concordar com esta caracterização, afinal, como afirma Marini,

A Cepal dirá que isso não se passa assim. Por um lado, demonstrará empiricamente que, a partir de 1870, se registra no comércio mundial uma tendência permanente à deterioração dos termos de troca, em prejuízo dos países exportadores de produtos primários. Por outro lado, afirmará que isso propicia transferência de renda – na realidade, transferências de valor, conceito que a Cepal não maneja com muita precisão – as quais implicam que os países subdesenvolvidos, que exportam esses bens, são submetidos constantemente a uma sangria de riqueza em favor dos mais desenvolvidos, o que acarreta a descapitalização dos primeiros. **Radicalizando mais tarde esta proposição**, a teoria da dependência lhe dará uma formulação mais acabada, através da teoria da troca desigual, cuja pedra angular é a idéia de que o desenvolvimento de alguns países resulta precisamente do que determina o subdesenvolvimento dos demais. (MARINI, 1992, p. 75, grifos meus)

O que nos surpreende é o fato de justamente a formulação mais radicalizada não “apresentar maior interesse teórico”. Afinal, sendo mais radical deve ir até as raízes, ou ao menos, ser mais aprofundada que as outras vertentes e por isso deveria ser justamente a que mereceria maior interesse teórico ainda que fosse apenas para mostrar suas debilidades. Afinal, se seguirmos a metodologia proposta por Cardoso de Mello, deveríamos jogar fora a teoria do valor de Marx e nos contentarmos com a de Smith ou de Ricardo!

A história de *O capitalismo tardio* é a história do boicote à teoria marxista da dependência e da construção por parte dos intelectuais da burguesia brasileira de uma nova ideologia, necessária no novo contexto histórico brasileiro de crise econômica e polarização política, é a história, portanto, da ideologia tardia da burguesia brasileira. É a história da (re)construção ideológica de uma saída capitalista para a dependência e o subdesenvolvimento. Esta reconstrução não será obviamente mecânica nem linear, dependerá de fatores históricos concretos para se viabilizar. Evidenciar minuciosamente estes fatores é necessário, mas não cabe neste trabalho. Nosso objetivo era expor as linhas gerais do movimento político-ideológico em que se insere a retomada neodesenvolvimentista e desvelar a função ideológica que cumpriu - e ainda cumpre - a intelectualidade de esquerda, pois isto era fundamental para compreendermos claramente as teses presentes na reinterpretação elaborada pela Unicamp.

O livro de Cardoso de Mello é uma peça importante nesta reconstrução, pois é justamente sua “reinterpretação da história da América Latina” que fundamentará todos os trabalhos posteriores desta Escola. Podemos dizer que é o marco-histórico do neodesenvolvimentismo. A partir de sua publicação, principalmente de sua influência acadêmica radicada na posição de poder que ocupa, não se falará mais em subdesenvolvimento, periferia ou dependência, mas sim em capitalismo tardio, ou formação capitalista retardatária. E isto traz conseqüência para a vida política brasileira, pois, se como vimos, uma concepção feudal-imperialista coloca como saída uma transformação democrático-burguesa (PCB); uma concepção dualista arcaico-moderna apresenta a saída desenvolvimentista (Cepal); uma concepção dependentista define a transição socialista como necessária; da mesma maneira, a criação do conceito “capitalismo tardio” colocará a sua proposta, que de maneira geral, centra-se na busca pela criação de um capitalismo nacional autônomo, civilizado, que integre a maioria da sua população no consumo de massas, ou seja, a mesma proposta cepalina mas agora requeitada por uma análise que parte de um país industrializado e de um mercado internacional monopolizado. A crítica a interpretação

histórica que fundamenta esta proposta política, hegemônica no governo petista, é a nossa tarefa a partir de agora.

4 O CAPITALISMO TARDIO É UMA TESE

Eu acho que “O Capitalismo Tardio” é uma tentativa mais bem-sucedida de fazer a reinterpretação marxista do desenvolvimento capitalista no Brasil, mostrar a especificidade do capitalismo periférico.

Luiz Gonzaga Belluzzo

Para mí el modelo de crítica es la que cuestiona, de una manera sólida, el núcleo central de los argumentos criticados. Ese modelo de crítica lo encontramos en Marx, en Engels, en Lenin, como mejores expresiones de polémica. Son sólidos, por ejemplo, los argumentos de Marx en contra de Proudhon, como los de Engels en contra de Dühring, y los de Lenin en contra de los populistas o de Kautsky. Los marxistas cuando trataban de destruir pensamientos complejos no se dedicaban a raspa la costra del razonamiento de sus adversarios. Se entrañaban en el núcleo de su armazón teórico para poder desmontarlo piedra por piedra. Es por esto que las grandes obras críticas resultaron ser libros o una serie de publicaciones. Y mucho más que eso, las obras críticas de los clásicos resultaron ser obras fundamentales para la comprensión de su propio pensamiento (...). Aquí queremos hacer una consideración esencial para enmarcar en ella una limitación definitiva de los críticos y que para mí es una actitud teórica y política básica: sólo se puede lograr una crítica sistemática de un pensamiento, de una interpretación, si uno es capaz de situarse desde una perspectiva de conocimiento, de análisis y de interpretación superior, es decir, cuando uno puede situarse desde una concepción analítico-explicativa coherente que supere con creces el pensamiento criticado. Y la verdad es que hasta hoy ese pensamiento superior, que sea capaz de entregar una explicación global, coherente y fundamentada de la realidad latinoamericana aún no ha aparecido, ninguno de los críticos de la teoría de la dependencia lo ha formulado...La crítica tiende a ser subjetiva, ideológica y sobre todo destructiva, y como no puede apuntar hacia la superación analítica de las tesis y por tanto hacia la apertura de nuevas etapas de lucha política, apunta hacia atrás, hacia el pasado, hacia concepciones estratégico-tácticas que llevaron al fracaso, a la derrota de las luchas por la liberación nacional y social en el continente.

Vânia Bambirra

O objetivo da tese é criar uma nova interpretação do desenvolvimento capitalista na América Latina a partir do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Como vimos, a necessidade desta interpretação surge para ocupar o espaço ideológico deixado pelo desenvolvimentismo da década de 1960. Explicar por que a industrialização não trouxe a superação do subdesenvolvimento, recolocando uma alternativa de superação do subdesenvolvimento dentro dos marcos capitalista é, em essência, a tarefa que se coloca aos intelectuais da burguesia. A interpretação de que na América Latina se produziu um “capitalismo tardio” define os seguintes períodos da história do capitalismo no Brasil: Economia colonial – economia mercantil escravista cafeeira nacional – economia exportadora

capitalista – origem e consolidação do capital industrial – industrialização restringida – industrialização pesada. Na primeira parte, Cardoso de Mello demonstra como transitamos do colonialismo para o capitalismo através da *Economia mercantil escravista cafeeira nacional*. É nela que deveremos encontrar “as raízes do capitalismo retardatário” brasileiro. Na segunda parte interpreta como se industrializou este capitalismo retardatário. Nossa crítica se fará correspondentemente em duas partes, pois permitirá um maior grau de clareza na exposição. É preciso, contudo, advertir desde já: é - e sempre é - nas raízes que se encontra a essência. Portanto é nas “raízes do capitalismo retardatário” que se encontrará a essência de nossa crítica.

4.1 As raízes do capitalismo retardatário

Na primeira parte de *O capitalismo tardio*, João Manuel Cardoso de Melo busca descrever e periodizar a passagem da Economia Colonial à Economia exportadora capitalista contrapondo-se à interpretação cepalina, onde a “diferencia específica” entre a economia primário-exportadora e a economia colonial encontra-se:

Indiscutivelmente, no modo de inserção das economias **nacionais** latino-americanas na **nova divisão internacional do trabalho que se vai estruturando a partir da Revolução Industrial**. Antes, colônia, produtora de metais preciosos e produtos agrícolas coloniais, porque assim o determinavam os interesses da burguesia mercantil metropolitana, e sujeita a mecanismos compulsórios de comércio, quer dizer ao monopólio de comércio metropolitano. Depois, Estado-Nação produzindo alimentos e matérias-primas para os países industriais, economia reflexa porque atrelada aos tempos e contratempos da demanda externa. Antes e depois, estrutura produtiva pouco diferenciada, periferia subordinada ao centro, economia dependente. Não é de espantar, portanto, que a passagem da economia colonial à economia primário-exportadora seja vista quase como resultado puro e simples das transformações ocorridas no nível do mercado mundial, comandadas pelos países centrais, **verbi gratia** pela Inglaterra. (Cardoso de Mello, 1984, p. 21. A partir de agora todas as citações que somente indicarem a página se referirão a esta mesma publicação.)

Cardoso de Mello tentará então rejeitar este “formalismo” cepalino mostrando que, no caso do Brasil, por exemplo, “há, mesmo, duas e não uma economia primário-exportadora, a apoiada no trabalho escravo e a organizada com trabalho assalariado” (31) e que “a diferença fundamental entre economia colonial e economia primário-exportadora encontra-se, exatamente, nas distintas relações sociais básicas que lhes estão subjacentes: trabalho

compulsório, servil ou escravo, de um lado, e trabalho assalariado de outro” (31) e que “Isto posto, não é difícil compreender que o surgimento das economias exportadoras organizadas com trabalho assalariado deve ser entendido como o nascimento do capitalismo na América Latina.” (31).

É assim que diante do formalismo cepalino Cardoso de Mello propõe uma reperiodização “da passagem da economia colonial à economia exportadora capitalista no Brasil, através da economia mercantil escravista nacional” (88) assumindo assim “a passagem da economia colonial à economia exportadora capitalista em toda sua complexidade, tomando o movimento como determinado, em primeira instância, por ‘fatores internos’ e, em última instância por ‘fatores externos’.” (52).

Analisar criticamente sua interpretação deste período é fundamental, pois é o momento em que, segundo Marini, se definem as relações de dependência:

A revolução industrial, que dará início a ela [grande indústria, VHT], corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a colônia um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. (...)
É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, **que determinará o sentido posterior da região**. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência (“...”) (MARINI, 2005, 141, grifo meu).

Estamos analisando, portanto, um momento decisivo das formações sociais latino-americanas. Vejamos cuidadosamente o tratamento dado por Cardoso de Mello:

A Economia colonial compõe “uma única totalidade, ou melhor, um único processo, em que o ‘sentido’ e os rumos são determinados pelas contradições que animam as economias metropolitanas” (42). Nesta totalidade, “a economia colonial organiza-se, pois, para cumprir uma função: a de instrumento de acumulação primitiva.” (39):

Dever-se-iam estabelecer, portanto, mecanismos capazes de ajustar a economia colonial à sua razão de ser, mecanismos de exploração que permitissem: 1) produzisse a economia colonial um excedente que se transformava em lucros ao se comercializar a produção no mercado internacional; 2) a criação de mercados coloniais à produção metropolitana; e 3) que o lucro gerado na colônia fosse apropriado quase que integralmente pela burguesia metropolitana. (39)

Esta apropriação era garantida pelo mecanismo do monopólio de comércio do pacto colonial: “o exclusivismo metropolitano, era o mecanismo fundamental pelo qual o excedente gerado na colônia se transferia à burguesia comercial metropolitana”. Assim,

Em última análise, o movimento próprio da economia colonial foi-lhe retirado pela impossibilidade de acumular autonomamente ao se estabelecerem a apropriação e o controle do excedente pela burguesia comercial metropolitana. (41)

O movimento desta totalidade “leva à Revolução Industrial, ao nascimento do modo especificamente capitalista de produção” que “propõe e estimula a liquidação da economia colonial (...). Economia Colonial e capitalismo passam a guardar, de agora em diante, relações contraditórias” (44): existe contradição entre capitalismo industrial e trabalho compulsório porque “só o trabalho assalariado poderia significar mercados os mais amplos possíveis e, **simultaneamente**, produção mercantil complementar em massa”; e há contradição entre capitalismo industrial e monopólio do mercado colonial, porque “só sua remoção permitiria que os mercados coloniais (depois periféricos) pudessem ser apropriados diretamente, eliminando-se o lucro comercial monopolista” (45).

Todas estas contradições derivam do fato de a produção complementar exigida pela Revolução industrial ser outra, diferente da anterior:

Não mais produtos agrícolas coloniais e metais preciosos, e sim, alimentos e matérias-primas produzidos em massa (pelo conjunto da periferia), porque só a produção em massa pode significar preços baixos. Não mais produção mercantil para fomentar a acumulação primitiva, senão produção mercantil complementar para rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho e para baratear o custo dos elementos do capital constante. (44, 45)

Todavia, estas contradições lógicas aparecem no nível de abstração do “capital em geral” e se materializam de maneira desigual nas distintas formações sociais:

Na América Latina, o capitalismo industrial traz consigo o início da crise das economias coloniais: não se destrói seu fundamento último, o trabalho compulsório, mas, tão somente se estimula decisivamente a ruptura do Pacto Colonial e a constituição dos Estados Nacionais. Não se liquida o trabalho compulsório, em primeiro lugar, porque a ele em nada afetava a entrada dos produtos industriais ingleses e, em segundo lugar, porque a transformação do trabalho compulsório era, agora, uma decisão nacional. Em outras palavras (...) com o conseqüente nascer do Estado Nacional, a História latino-americana deixa de ser ‘reflexa’, e o industrialismo livre-cambista pode, no máximo, assestar baterias contra o tráfico negreiro e usar de toda sorte de

pressões, mas é impotente para fazer valer ‘por si próprio’ seus objetivos. (46, 47)

No Brasil, a crise da Economia colonial dá lugar a Economia mercantil escravista cafeeira nacional (a qual me referirei como emecafena) que “marca, ao mesmo tempo, a revitalização do caráter mercantil da economia e o revigoramento da escravidão, dentro, no entanto dos quadros de uma economia controlada nacionalmente.” (53):

Produzindo “muito” e “barato”, o Brasil, já em 1830, pudera bater a concorrência do Ceilão e de Java, tornando-se o primeiro produtor mundial, e o café se alçara a primeiro produto de exportação brasileira e sul-americana. Neste mesmo momento, a economia mercantil-escravista cafeeira assumira seus traços definitivos: grande empresa produzindo em larga escala, apoiada no trabalho escravo, articulada a um sistema comercial-financeiro, controlados, uma e outro nacionalmente.

Estava, portanto, estabelecida no Brasil uma economia nacional. A queda do “exclusivismo metropolitano” e, em seguida a formação do Estado Nacional criaram a possibilidade de que se nacionalizasse a apropriação do excedente e de que se internalizassem as decisões de investir. (57-58)

A diferença concreta, no Brasil, entre economia colonial e emecafena é portanto a queda do exclusivismo metropolitano e a formação do Estado nacional, que permitem a nacionalização do excedente e a internalização das decisões de investir, configurando uma economia nacional. É patente aqui a diferença com a interpretação exposta por Marini, pois, enquanto para este estaríamos no momento de transição para uma economia dependente, subordinada; para Cardoso de Mello é o momento de constituição de uma economia nacional autônoma. Vejamos, mais de perto, como isso ocorreria na ideia de Cardoso de Mello.

Cardoso de Mello embasa sua emecafena no exame de três elementos: i) as origens do capital-dinheiro que a ela se dirigiu; ii) a existência e a mobilização dos recursos produtivos; e iii) o nascimento e o sentido da demanda externa por café. A sua própria caracterização nos fornece os elementos necessários para discordar do nascimento de uma economia nacional, por isso, vejamo-la.

Começemos pela segunda característica. Cardoso de Mello argumenta que havia fatores produtivos – terra e escravos - subutilizados internamente o que possibilitou a formação da emecafena. Bem, sabemos que o problema do Brasil não está na escassez natural de terras, portanto, este fator produtivo estava obviamente garantido. Mas é necessário nos atermos no segundo fator produtivo: o escravo. Embora seja certo que havia uma quantidade disponível para iniciar a produção, não é esta quantidade que tornará possível ao Brasil a

expansão produtiva ocorrida durante a primeira metade do século XIX. Afinal, como afirma o próprio autor, o desgaste físico em que o escravo foi submetido nos cafezais foi gigantesco, diminuindo seu tempo de vida e exigindo uma oferta de mão de obra que reduzisse seu preço. O fornecimento externo de mão de obra escrava foi fundamental, portanto, para a expansão da emecafena. Não por coincidência, a burguesia brasileira “importou” 1.712.800 “peças de escravos” entre 1800 e 1850, ano em que a Lei Eusébio de Queiróz foi promulgada (IPEADATA). Essa gigantesca imigração forçada fez a população de escravos passar de um milhão em 1800, ou seja, um terço de uma população estimada em 3 milhões para 2,5 milhões em 1850 sob uma população de 8 milhões, ou seja, 31%. (PRADO Jr., 1998, p. 358) A burguesia cafeeira necessitou multiplicar por 2 vezes e meia a população total de escravos durante a expansão inicial da produção cafeeira.

Analisemos agora a primeira característica da emecafena. A origem do capital-dinheiro, segundo Cardoso de Mello é interna pois é obra do

capital mercantil nacional, que se viera formando, por assim dizer, nos ‘poros’ da colônia, mas ganhara notável impulso com a queda do monopólio de comércio metropolitano e com o surgimento de um muito embrionário sistema monetário nacional, conseqüências da vinda para o Brasil da Família Real, o passo decisivo para a formação do Estado Nacional. (54)

E seria esse Estado nacional um passo importante para a “apropriação do excedente” e a “internalização das decisões de investir”. Vejamos, o autor fala em “capital formado nos poros da colônia”, ou seja burguesia colonial produtora de cana-de-açúcar e de ouro, e burguesia comercial exportadora juntamente com traficantes de escravos. Fala também em impulsão gerada pela vinda da família real, que significa coroa portuguesa e burguesia comercial portuguesa. Em suma, trata-se da mesma classe dominante, das mesmas frações de classe que exerceram o poder durante os 300 anos de colonialismo. Por que é que agora estas classes dominantes apresentariam interesse e, principalmente, capacidade em construir uma economia e um Estado nacional? Werneck Sodré é muito claro ao afirmar que “Quando a classe dominante brasileira empresa a autonomia e a realiza com um mínimo de alterações internas, transfere, na realidade, da fase anterior à fase posterior uma estrutura colonial de produção.” (SODRÉ, 1979, p.188). Afinal o interesse dessa classe dominante é simplesmente acabar com o entreposto comercial que representava Portugal, e não uma contradição abstrata entre Revolução Industrial e exclusivismo metropolitano. Ademais esta classe dominante, com a chegada da fugitiva família Real, transferiu para cá grande parte dos que se apropriavam do lucro mercantil lá em Portugal. Por isso, afirma Werneck Sodré, a abertura

dos portos era já “uma imposição da realidade: inexistência de metrópole intermediária. Afinal, não é casualidade que o Estado nacional brasileiro – hipostasiado por nosso autor – não seja resultado de nenhum confronto direto de independência – como no caso de outros países latino-americanos em que houve uma luta entre a burguesia crioula protecionista e a burguesia metropolitana liberal - e ser reconhecido em primeiríssima mão pela potência imperialista da época. Ao contrário, esse Estado é na verdade resultado de uma aliança entre a burguesia colonial e a uma classe dirigente portuguesa que foi incapaz de manter a integridade de seu próprio território. Por isso, mesmo Caio Prado Jr. que também se caracteriza por uma valorização excessiva do processo de independência afirma: “prolongava-se e se agravava assim, embora por efeito de outras circunstância, o sistema econômico colonial a que já nos temos repetidamente referido” (PRADO Jr., 1998, p. 134)

Não há razões, portanto, para que esta configuração de classe dominante apresente, agora, interesse e capacidade para impedir a drenagem de excedente, e para internalizar e comandar autonomamente as decisões de investir. Ao contrário, a formulação de Frank nos parece muito mais precisa:

Como em tantas outras ocasiões na história latino-americana as transformações nas relações coloniais iniciadas no ultramar [guerras napoleônicas] determinaram modificações na estrutura de classes crioula, e estas favoreceram revisões na política do setor dominante da burguesia local – desta vez a luta pela “independência” – revisões que acabaram por fortalecer ainda mais a viragem para novas relações coloniais; quer dizer, relações que, de fato, fortaleceram ainda mais os laços de dependência econômica em função do fortalecimento da economia de exportação e da estrutura do subdesenvolvimento. (FRANK, 1971, p. 50)

Afinal, não podemos tomar a realidade somente pela aparência: o fim do exclusivismo metropolitano decretado pela própria coroa portuguesa em 1808, não significa que seja o fim da transferência de excedente. Basta olhar para o destino da imensa maioria de nossas exportações. Basta também olhar para as relações entre a Inglaterra e a “livre, independente e soberana” Portugal durante a vigência Tratado de Methuen. Ademais, sabemos desde Marx, que transferência de excedente de valor não se faz somente através do poder de monopólio.

Por fim, chegamos à terceira característica levantada por Cardoso de Mello, o caráter da demanda externa. A tese é de que o café deixou de ser um produto colonial e seu consumo se generalizou graças à baixa internacional do preço do café “em grande parte devido ao crescimento da oferta brasileira” e após citar Roberto Simonsen conclui:

A demanda externa, por conseguinte, não foi mero fator independente e inerte, sobre o qual a economia brasileira não teve a menor ação. Ao contrário, é a própria expansão da oferta brasileira que permite, em última análise, que a demanda se amplie constantemente, e ao mesmo tempo, estimule novamente, dentro de certas condições, o crescimento da oferta. (p. 56, 57)

Diante disso, o autor conclui que as condições realização eram “relativamente autônomas”. Vejamos então, o consumo de café se generalizou onde e para quem? A citação de Simonsen apresentada por Cardoso de Mello nos responde:

A sua adoção definitiva pelos núcleos de civilização da Europa ia incrementar seu maior emprego na era industrial do século XIX, quando a humanidade necessitava desenvolver grande atividade física e intelectual. O café, nesse tempo, passou a ser usado por operários e quem facilitou seu uso, proporcionando grande produção e relativa redução de preços, foi o Brasil... (Simonsen, apud Cardoso de Mello, p. 56)

A redução do preço do café é, portanto, uma exigência do mercado mundial. Ou se reduzia o preço, ou seria suprido por outros produtores, ou ainda, substituído por outro estimulante similar qualquer. A questão que se coloca imediatamente é: como a burguesia brasileira conseguiu reduzir tanto e por tanto tempo os preços do café e ainda assim manter sua reprodução ampliada? Pois, sabemos que a produção entre 1821/1830 e 1841/1850 sextuplicou enquanto os preços internacionais caíram cerca de 40% (69). O que explica que uma queda nos preços estimule a oferta? Onde teria ficado as famigeradas leis da oferta e demanda?! Acalmemo-nos, pois nem tudo está perdido no mundo da economia burguesa. Cardoso de Mello nos explica que “os custos foram comprimidos em ‘níveis lucrativos’ por dois outros motivos. De início, o cultivo predatório da terra, sobre o que não preciso me estender aqui; mas além disto era necessário que o custo de reprodução da força de trabalho se situasse abaixo dos salários e isso foi conseguido com **“extraordinária taxa de exploração imposta ao escravo.”** (70).

Podemos compreender, neste momento, porque a empresa cafeeira surge como latifúndio escravista. Como latifúndio, não somente porque existisse uma determinada repartição de terras prévia à sua constituição. Surge como latifúndio também e principalmente porque, dados os preços dos recursos produtivos e se definindo a produção cada vez mais como produção em massa, as margens de lucro eram reduzidas, o que impunha uma escala mínima de produção lucrativa e, reversamente, determinava investimentos vultuosos, que funcionavam como barreira à entrada. Como latifúndio escravista, não somente porque escravos estivessem disponíveis. Surge com

latifúndio escravista também e principalmente porque, tendo em vista, novamente, o caráter da demanda externa e o investimento exigido, o trabalho escravo, superexplorado, mostrou-se mais rentável. Estava excluído, mais uma vez, o trabalho assalariado, não porque nestas plagas e naqueles tempos o capital demonstrasse qualquer vocação escravista. Assim foi porque a taxa de salários dever-se-ia fixar em níveis elevados, pois haveria de compensar aos olhos dos produtores diretos a alternativa de produzirem sua própria subsistência, como posseiros ou pequenos proprietários. E por isto, o custo de reprodução do escravo era menor que o do trabalho livre. (57)

Repassemos então estritamente a argumentação de Cardoso de Mello: o caráter da demanda externa exige, primeiro, um movimento de queda significativa nos preços do café para que o consumo se generalize e depois disso estabelece um preço teto (65), o qual não poderia ultrapassado sob pena de ser substituído por outro fornecedor, por outro produto, ou ainda, simplesmente ser eliminado da cesta de consumo do trabalhador europeu. Diante destas condições, a burguesia brasileira reduziu ao máximo seus custos utilizando predatoriamente as terras e superexplorando a força de trabalho escravo, pois, desta maneira a burguesia cafeeira conseguia contrariar a “tendência à queda da taxa de lucros da economia mercantil-escravista cafeeira” causada pela “tendência à baixa de preços” através da expansão da produção, compensando a diminuição da margem de lucro pelo acréscimo da massa de lucro. (67).

Estas são, segundo Cardoso de Mello as características da emecafena, às quais chegamos ao analisar o caráter da demanda externa. Lembremos que nada mais fizemos até aqui a não ser evidenciar os argumentos de nosso próprio autor, e diante disso perguntamos: como é possível uma conclusão que contraria sua própria caracterização? Como uma economia cuja demanda externa define a relação homem-natureza (utilização predatória da terra), a relação de trabalho (superexploração da força de trabalho escrava) e a relação jurídica de propriedade da terra (grande latifúndio) pode ser uma economia autônoma? É evidente que a divisão internacional do trabalho, ou “o caráter da demanda externa” é determinante nas relações de produção internas: foi por isso que se definiu a utilização predatória das terras, a estrutura latifundiária da nossa agricultura e também a relação de superexploração. Ou seja, desde que fosse produzido algo útil aos trabalhadores europeus sob o latifúndio, depredando a natureza e superexplorando à força de trabalho a classe dominante, agora “independente tinha autonomia pra decidir todo o resto. Ora, onde estará o controle nacional da economia?! A tal “internalização da decisão de investir” está, portanto, fortemente restringida pela divisão internacional do trabalho (DIT), ou seja, excetuando-se a relação de propriedade rural, a relação de trabalho e a relação com a natureza tínhamos autonomia pra definir todo o resto!

O fato de que a burguesia brasileira tenha realizado a tarefa imposta pelo mercado mundial através da superexploração da força de trabalho e dos recursos naturais demonstra que não tem condição material e interesse em constituir uma nação autônoma, civilizada, com condições dignas de vida pra maioria de sua população. Não se pode assim, jamais, falar em uma economia e um estado nacional independentes e, portanto, nos parece completamente equivocado considerá-lo como período de uma *Economia mercantil escravista cafeeira nacional*. Acreditamos, com isso, ter demonstrado através da análise das características fornecidas pelo próprio autor que o conceito de Economia mercantil escravista cafeeira nacional é uma produção ideológica que busca ocultar que se trata na verdade da constituição de um Estado e de uma economia dependentes.

A carga ideológica do conceito de emecafena só aparece completamente, porém, somente ao analisarmos sua argumentação a partir da lei do valor de Marx. Nosso objetivo é evidenciar que as transferências de excedente continuam a existir e se acentuam ainda mais no período cafeeiro, não obstante a queda do “exclusivismo metropolitano”.

Como afirma Cardoso de Mello, para conseguir reduzir os preços do café a burguesia aumenta a superexploração da força de trabalho escrava e utiliza predatoriamente as terras conseguindo assim reduzir também os custos sem aumentar a produtividade – fato que irá se iniciar somente a partir da década de 1860 quando o produto já se generalizou e os preços variam abaixo do preço teto. Nestes termos o aumento de produção absoluta permite aumentar a massa de lucro acumulado sem aumentar a sua taxa e tudo funciona rigorosamente bem no comércio mundial, a cada um cabendo a sua justíssima parte: a burguesia européia consegue reduzir os custos da sua mão de obra, e a burguesia brasileira se apropria justamente de seus lucros.

Devemos, contudo, sair dos marcos do pensamento burguês que só consegue analisar as categorias mais evidentes da economia como preço, custo e lucro e proceder a análise com as categorias mais essenciais da lei do valor de Marx: valor, tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente (mais-valia). Afinal, quem só vê preços não enxerga o valor e acaba produzindo uma análise meramente aparente da realidade. Desçamos então às profundezas da essência da emecafena.

A um observador pouco familiarizado com a teoria marxista este procedimento significaria um transtorno, afinal para a teoria marxista do valor o preço de uma mercadoria, seu valor de troca, é simples expressão do valor determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para reproduzi-la. Assim, o preço só diminuiria se for reduzido o tempo de trabalho de reprodução de uma mercadoria seja através do aumento de

produtividade, ou seja, produzindo maior quantidade de mercadorias no mesmo tempo e na mesma intensidade. Vimos, no entanto, que no período correspondente a queda nos preços de café ocorre exatamente o contrário: é acompanhado pelo aumento da exploração e pela manutenção da produtividade. Como explicar então, partindo da teoria marxista do valor, essa queda nos preços?

Nada mais simples: embora o preço seja expressão do valor sabemos, ao avançar além do tomo 1 de *O capital* que preço não é igual ao valor. Teoricamente, em um alto nível de abstração – do “capital em geral” em que se encontra a análise do tomo 1 – Marx supõe que valor é igual a preço para demonstrar a essência da teoria do valor. Ao descer o nível de abstração para as categorias mais aparentes essa suposição é desfeita. Sabemos, porém, que não se trata de mero suposto lógico, uma vez que Marx demonstra que para que em nível de capital em geral, ou seja, para que na totalidade o preço seja igual ao valor se faz necessário que se apresente particularmente de diversas maneiras, a tal ponto que dificilmente encontramos numa mercadoria específica a coincidência entre as magnitudes do preço e do valor. Existem outras determinações que influenciam o preço concreto de uma determinada mercadoria num determinado momento. É isto que faz com que Marx introduza os conceitos de preços de produção e preço de mercado no tomo III. Não é nosso objetivo, entretanto, expor agora a teoria marxista, mas utilizá-la para analisar a emecafena.

O aumento da exploração da força de trabalho escrava pode significar redução de custo e, portanto, redução do preço, mas jamais redução do valor do café. Este para se reduzir teria que ser resultado da diminuição da quantidade de tempo de trabalho empregada. Sabemos já que isto não ocorre no período analisado. O que ocorre de fato é que ao superexplorar a força de trabalho o cafeicultor aumenta absolutamente a quantidade do tempo de trabalho excedente e pode fazer isso de diversas maneiras: aumentando a jornada de trabalho, aumentando a intensidade do trabalho, ou diminuindo os gastos com sua “manutenção”, ou seja, gastando com a “manutenção” do escravo menos do que o necessário para que se recomponha normalmente. Poderia também reduzir os gastos com “manutenção” de escravos sem aumento da precarização da sua vida, mais isto prescindiria de uma diminuição nos preços dos “insumos” do escravo resultados de um aumento de produtividade da produção de alimentos, roupas, etc., que sabemos não ocorrer na economia cafeeira. Aumentar a exploração da força de trabalho através dos três primeiros mecanismos expostos acima significa obviamente reduzir seu tempo de vida útil, o que exige que o “custo de reposição” seja baixo, ou seja, uma oferta de mão de obra escrava compensatória. O fato de o Brasil ser o último país da América Latina a abolir a escravidão radica nesse fato econômico.

Com o aumento da exploração, portanto, consegue-se aumentar o tempo de trabalho excedente com diminuição dos custos aumentando a diferença entre valor e custos de produção, ou seja, aumentando o intervalo de margem em que o preço de mercado pode ser estabelecido.⁶ A quantidade de valor sobrando além dos preços é a magnitude de valor ofertada no mercado para ser apropriado pelas condições de concorrência. Tanto pode ser transferida para um cafeicultor mais produtivo quanto para o lucro comercial dos países consumidores, entre outras formas de apropriação de mais-valia via concorrência.

Aparece assim o segredo do intercâmbio desigual que permite que a nação dependente consiga aumentar a sua acumulação de mais-valia sem enfrentar a transferência de excedente de mais-valia para o capitalismo central. A redução dos preços do café e a redução dos seus custos ocultam, assim, o aumento da transferência de mais-valia realizada pelo Brasil através da exportação de café com preços abaixo de seu valor e não sua abolição como gostariam os herdeiros e ufanistas da burguesia cafeeira. É desta maneira que, concretamente, o Brasil contribui para a redução do valor da força de trabalho no centro, permitindo a transferência do eixo de sua acumulação para a mais valia relativa. Enquanto, utiliza-se do recurso ao “incremento do valor trocado” para aumentar sua parte na apropriação de mais-valia gerada internamente.

Como nos afirmava Ruy Mauro Marini:

Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: **chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador.** É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana. (MARINI, 2005, p. 162, grifo nosso)

A ocultação realizada por Cardoso de Mello no seu conceito de *Economia mercantil escravista cafeeira nacional* é um procedimento comum a todas ilusões neodesenvolvimentistas. Sob a aparência de Economia nacional autônoma cujas decisões de

⁶ Se o valor de uma mercadoria são 10 horas de trabalho e o custo de produção dela são de 5 horas, o trabalho excedente é também 5 horas. O preço de mercado mínimo para manter a reprodução simples terá de ser igual ao custo de produção, ou seja, 5 horas. Qualquer preço de mercado acima disso significará apropriação da mais-valia pelo próprio capitalista. Por isso quanto maior a redução do custo de produção com aumento da exploração maior é a amplitude sobre a qual pode variar o preço de mercado. Por exemplo se nosso capitalista diminuir o custo para 2 horas poderá continuar vendendo a mercadoria a 5 horas de trabalho, portanto, abaixo de seu valor que mantivemos em 10 horas e ainda assim se apropriar de uma mais valia de 3 horas.

investir estão internalizadas com o apoio de um Estado nacional, se opera ideologicamente o fim da transferência de excedente para o centro. Esta transferência de excedente teria se extinguido ao abolir-se o monopólio colonial e, portanto, nada tem a ver com a necessidade de superexploração da força de trabalho escravo. Sendo a superexploração da força de trabalho escravo uma decisão interna - o recurso utilizado pela burguesia diante do “caráter da demanda externa” - ela poderá desaparecer assim que esta mesma burguesia puder utilizar-se de outros recursos. E isto acontecerá, segundo Cardoso de Mello, com a transição ao trabalho assalariado. Assim, enfim, chegaríamos ao capitalismo civilizado desaparecendo junto com a escravidão a superexploração da força de trabalho, desapareção que sequer é digna de menção. Conclui-se, na verdade, a completa mistificação das relações básicas da economia dependente. Vejamos, detalhadamente, como Cardoso de Mello interpreta esta transição

Será o aumento do preço de escravos gerado pelo fim do tráfico que trará o “momento decisivo da crise da economia colonial” e a necessidade de se substituir o trabalho escravo. Cardoso de Mello, talvez com uma ponta de esperança, utiliza ainda um espaço de sua tese (72-76) analisando as possibilidades de superação da crise com manutenção da escravidão, mas chegará a terrível conclusão de que “there was no alternative”. A relação de trabalho escravo, passados mais de três séculos, começa então a ser um obstáculo a acumulação, e, portanto, à burguesia brasileira. E isto não se deve por uma melhoria nas condições de trabalho do escravo, mas sim porque o fim do tráfico impediu a reposição das “peças” a baixo custo. É exatamente porque precisava continuar com a superexploração da força de trabalho que o trabalho escravo se tornou um empecilho as taxas de acumulação e não o oposto, mas esse fato evidente, conseqüência lógica da própria caracterização anterior feita por Cardoso de Mello é ocultado em sua tese - embora reconheça que não havia homens dispostos a assumir livremente as condições de trabalho na lavoura. A burguesia cafeeira se debaterá, portanto, durante mais de duas décadas em busca desta força de trabalho, enquanto isso “não havendo condições para a transformação da força de trabalho em mercadoria” lançará mão do aumento de produtividade, e para isso contará com o apoio do Estado e do capital estrangeiro:

Não é difícil entender que a estrada de ferro, muito especialmente, e a grande indústria do beneficiamento **reforçam** a economia mercantil-escravista ao poupar trabalho escravo, reduzir os custos de transporte e melhorar a qualidade do café. Reforçam, em suma, ao remover os obstáculos que entravam seu desenvolvimento, incrementando tanto a rentabilidade corrente quanto às perspectivas de lucro do investimento. Permitia-se, desta forma, que a acumulação pudesse ter curso, apoiada ainda no trabalho escravo, quanto mais se tenha em vista que, a partir de 1869, os preços internacionais começaram a subir. (81-82)

Era em suma, o **entrelaçamento** do capital mercantil nacional com o capital financeiro inglês, tornado possível e estimulado pelo Estado, começa por explicar o extraordinário surto ferroviário da segunda metade dos 60. (80-81)

No entanto, as melhorias de produtividade eram uma saída temporária. O fornecimento de escravos continuaria impedido e a necessidade de encontrar trabalhadores reapareceria implacavelmente, seja por causa expansão da empresa açucareira, seja por reposição de força de trabalho que falecia, afinal, o aumento de produtividade “estimulou a acumulação, e a acumulação repõe, a cada instante, o ‘problema da falta de braços’, que assume, a cada momento, maior gravidade.” (83). Portanto, “uma pergunta vem, imediatamente, ao espírito: não engendraria a crise condições para o surgimento do capitalismo?” Impedido de utilizar a categoria de superexploração – a qual Cardoso de Mello quer retirar de toda maneira de seu “espírito” - lança mão do seguinte argumento, na tentativa de explicar o não surgimento automático do assalariamento: “Há homens, mas o mercado de trabalho está vazio, porque os homens, em quantidade superabundante, não podem ser submetidos pelo capital” (77).

A concepção de que não havia mão de obra internamente não é original. Encontra-se já em Celso Furtado (1977) e em Caio Prado Jr (1998). No entanto, nos perguntamos, por que o mercado de trabalho está vazio se há homens? A resposta de Cardoso de Mello é simples:

Em suma, a própria agricultura escravista de exportação colocava os homens livres e pobres à margem, porque dispensáveis, mas, ao mesmo tempo, não os deixava à disposição do capital, como força de trabalho passível de se transformar em mercadoria, desde que a eles era permitido produzirem a sua própria subsistência.

(...) Agora, estabelecida a agricultura escravista de exportação e tomado em conta o vigor da acumulação, era ela, a abundância de terras, novamente, que entravava a emergência da produção capitalista. (78)

Como reagiu a economia cafeeira a este beco sem saída?

A estrada de ferro e a maquinização do beneficiamento não somente reforçam a economia mercantil-escravista cafeeira nacional. Ao mesmo tempo se opõe a ela criando condições para a emergência do trabalho assalariado. (82)

Pouco importa que a taxa de lucro das unidades em operação fosse alta e que o trabalho escravo se tivesse por mais rentável, pelos empresários, que o trabalho assalariado. Relevante, insistimos, é o fato de que, prosseguindo, a acumulação haveria de ser cada vez mais entravada. Em outras palavras, **não é preciso que o escravismo se desintegre, porque não ofereça nenhuma rentabilidade às empresas existentes; para ser colocado em xeque, basta que se obste a acumulação. (83)**

A contradição em que cai Cardoso de Mello é flagrante: hora se o problema era a “abundância de terras” que permitia a mão de obra optar por não se assalariar por que haveria de ser resolvida por condições criadas pela “estrada de ferro e a maquinização”? Segundo Cardoso de Mello os aumentos de produtividade “reforçam” a emecafena e “ao mesmo tempo se opõe a ela”, mas como? Em que momento se opõe? Como permitem que o valor da força de trabalho e as condições de superexploração sejam diminuídas? A dialética abstrata produzida pela mente de Cardoso de Mello precisa ser verificada na prática, caso contrário, é puro hegelianismo.

Os aumentos de produtividade em um ramo de produção nada tem a ver com a diminuição da exploração da força de trabalho, para verificar basta analisar as indústrias inglesas durante a primeira revolução industrial. Também nada tem a ver com uma elevação do preço pago pela jornada de trabalho – o salário – que significaria, novamente, um aumento dos custos do preço do café pressão que diminuiria a taxa de lucro, ou a diferença entre o preço de mercado e o preço de produção; tampouco significa uma diminuição do valor da força de trabalho que depende sim de aumentos de produtividade, mas nos bens salários e não do próprio ramo de produção.

Para nós o equívoco já está na forma como Cardoso de Mello coloca o problema. A formulação genérica de que o “mercado de trabalho está vazio” é já uma mistificação. O problema da burguesia cafeeira é, na verdade arrumar força de trabalho disposta a se submeter à regimes de superexploração, mas para isto o mercado de trabalho está vazio. Esta é a caracterização correta e essencial do problema.

Em a *A chamada acumulação primitiva*, Marx descreve como a utilização da força através do Estado foi fundamental para a proletarização dos servos, ou seja, como a simples promessa do pagamento do salário não garantia o fornecimento da força de trabalho por parte de seu possuidor, o trabalhador, que mesmo despossuído de todos os meios de produção preferia vegetar na vadiagem. Porém, aqui, na periferia do sistema capitalista mundial não se tratava somente da “falta de uma população superabundante que, impelida pela necessidade, procure desenvolver por vários meios a atividade industrial ou se submeter ao regime monótono das grandes fábricas” (Borja Castro apud Cardoso de Mello, p. 77) como quer crer o pensamento liberal eurocêntrico. Mas se trata, antes de tudo, de como afirma Marx:

(...) tão logo como os povos cujo regime de produção vinha se desenvolvendo nas formas primitivas de escravidão, relações de vassalagem etc., se vêem atraídos ao mercado mundial, onde impera o regime capitalista de produção e onde é imposto a tudo o interesse de dar vazão aos produtos para o

estrangeiro, os tormentos bárbaros da escravidão, da servidão da gleba etc., se vêm acrescentados pelos tormentos civilizados do trabalho excedente. Por isso, nos Estados do Sul dos Estados Unidos, o trabalho dos negros conservou certo caráter suavemente patriarcal enquanto a produção se circunscrevia substancialmente às próprias necessidades. Mas, tão logo como a exportação de algodão passou a ser um recurso vital para aqueles Estados, a exploração intensiva do negro se converteu em fator de um sistema calculado e calculador, chegando a ocorrer casos de esgotamento da vida do trabalhador em sete anos de trabalho. Agora, já não se tratava de arrancar-lhe uma certa quantidade de produtos úteis. Agora, tudo girava em torno à *produção de mais-valia pela própria mais-valia*. E outro tanto aconteceu com as relações de vassalagem, por exemplo, nos principados de Danúbio. (MARX, apud Marini p. 155)

São, portanto, as condições terríveis da superexploração da força de trabalho o principal fator de expulsão e de “esvaziamento” de força de trabalho interna. Para que tenhamos noção do que significa isso basta olhar para a dizimação sofrida pela força de trabalho escrava. A população escrava era de 2,5 milhões em 1850, ano em que é proibido o tráfico de escravos e portanto interessava a burguesia brasileira aumentar a vida útil de seu capital constante. Todavia, em apenas 37 anos essa população havia se reduzido a 723.419! (PRADO Jr. 1998, 358). As condições de trabalho nas agriculturas escravistas eram portanto insuportáveis. Somente assim podemos explicar a contradição de no mesmo momento em que a economia cafeeira necessitava de força de trabalho, que segundo os ideólogos não existia internamente ocorreu um gigantesco movimento migratório interno rumo aos seringais da Amazônia. Ora, porque havia mão de obra interna para alimentar o “ciclo da borracha” e não para trabalhar nos cafezais? A chamada “transumância amazônica” evidencia o fato de que havia sim homens dispostos a abandonar suas condições seculares de vida desde que se apresentasse um mínimo de esperança de melhoria dela.

Essa enorme transumância indica claramente que a fins do século passado já existia no Brasil um reservatório substancial de mão-de-obra, e leva a crer que, se não tivesse sido possível solucionar o problema da lavoura cafeeira com imigrantes europeus, uma solução alternativa teria surgido dentro do próprio país. (FURTADO, 1977, 131)

A novidade dos seringais da Amazônia atraiu parte desse reservatório mas logo revelou condições de trabalho extremamente opressoras. A luta e a denúncia dos seringueiros contra as falsas promessas utilizadas pelos seringalistas para atraí-los comprova que a produção na periferia de mercadorias destinadas a ser matéria-prima ou bem salário nos países centrais prescinde da superexploração da força de trabalho. Os cafeicultores de São Paulo, no entanto, já não dispunham do caráter de novidade, pois era demais sabido das péssimas

condições de trabalho nos cafezais. Mas ainda era um recurso disponível para ser usado externamente. E assim o foi, provocando em São Paulo uma luta entre imigrantes e cafeicultores muito semelhante a ocorrida entre os migrantes nordestinos e seringalistas.

A transição para o assalariamento dentro de uma economia dependente só pode ser, portanto, realizada diante de circunstâncias muito específicas exatamente pela necessidade de se manter a superexploração da força de trabalho. Esta, como vimos, é, em Marx (e também *era* em Cardoso de Mello) resultado da vinculação dos modos arcaicos de produção ao mercado mundial, e sua posição na DIT. A alteração desta posição é, portanto, condição *sine qua non* para que se torne possível a erradicação da superexploração da força de trabalho sem afetar a acumulação de capital na economia cafeeira. Todavia, como continuamos subordinados à mesma função no mercado mundial o problema consiste, repetimos, em encontrar força de trabalho livre e submetê-las à superexploração.

Ademais, é necessário precisar: é a impossibilidade de manter a superexploração da força de trabalho através da utilização de escravos que “civiliza” o capital, e não o oposto, pois como afirma Marini:

É útil ter presente que a produção capitalista supõe a apropriação direta da força de trabalho, e não apenas dos produtos do trabalho; nesse sentido, a escravidão é um modo de trabalho que se adapta mais ao capital que a servidão, não sendo acidental que as empresas coloniais diretamente conectadas com os centros capitalistas europeus – como as minas de ouro e prata do México e do Peru, ou as plantações de cana do Brasil – foram assentadas sobre o trabalho escravo. **Mas, salvo na hipótese de que a oferta de trabalho seja totalmente elástica** (o que não se verifica com a mão de obra escrava na América Latina, a partir da segunda metade do século 19), **o regime de trabalho escravo constitui um obstáculo ao rebaixamento indiscriminado da remuneração do trabalhador (...)**

Em outros termos, o regime de trabalho escravo, salvo em condições excepcionais do mercado de mão de obra, é incompatível com a superexploração do trabalho. (Marini, p. 157,158, grifo nosso)

É o que passa a acontecer com o Brasil

da segunda metade do século passado [19], quando se iniciava o auge do café, **o fato de que o tráfico de escravos tenha sido suprimido em 1850 fez a mão de obra escrava tão pouco atrativa para os proprietários de terras do Sul que estes preferiram apelar para o regime assalariado**, mediante a imigração européia, além de favorecer uma política no sentido de suprimir a escravidão. (Marini, 159, grifo nosso)

É o próprio Cardoso de Mello quem demonstra que o problema da força de trabalho só se resolverá por causa de um conjunto de circunstâncias históricas específicas: primeiro, a formação do que chama “mercado internacional do trabalho” que se trata na verdade de um gigantesco acúmulo de superpopulação relativa nos países da Europa, onde não tendo condições de reprodução da vida era praticamente obrigada a migrar. Mas só isto não bastava, pois o Brasil era um dos destinos menos atraentes. O fracasso das primeiras experiências com imigrantes através do sistema de parcerias revelava ser conveniente gerar “um fluxo abundante de homens pobres”. Pobres para que não fossem capazes nem de comprar terras, nem de abrir pequenos negócios: “Imigrantes com dinheiro são inúteis para nós” afirmou no alto de sua lucidez burguesa Antonio Prado, expressão acabada da consciência da burguesia paulista. Pobres e em abundância “porque somente assim obter-se-iam baixas taxas salários” (PRADO apud CARDOSO DE MELLO, p. 70). As baixíssimas taxas de salário e as condições de trabalho tornavam, assim, o Brasil um destino pouco atraente para as imigrações que só puderam se realizar diante das crises da Argentina e dos EUA.

Era necessário, ainda, estabelecer um sistema específico de superexploração da força de trabalho:

O sistema misto de servidão e de trabalho assalariado que se estabelece no Brasil, ao se desenvolver a economia de exportação para o mercado mundial, é uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo. (MARINI, 2005, p.160)

Este sistema misto de servidão que entrelaça salário por tempo, salário por peça durante as colheitas e, ainda, um tempo de trabalho necessário, além da jornada de trabalho, “para si mesmo”, ou seja, para seu próprio sustento é a demonstração mais acabada dos três mecanismos de exploração presentes na categoria de superexploração de Ruy Mauro Marini. O reduzido salário por tempo estimula o aumento de intensidade na colheita para que assim o trabalhador consiga aumentar a parte referente ao salário por peça, ao mesmo tempo em que torna necessário que o lavrador trabalhe mais horas fora da jornada de trabalho para sua própria subsistência. Estas são as formas concretas na economia cafeeira de uma remuneração abaixo do valor da força de trabalho, uma extensiva e intensiva jornada de trabalho.

Enfim, não é por causa de um “mercado de trabalho vazio” condicionado pela abundância de terras que a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado é “obstada”. Não é coincidência que no mesmo ano que foi publicada a Lei Eusébio de Queiroz

que colocava fim ao tráfico de escravos, também foi publicada a Lei de Terras, a partir do qual não existirá terra sem proprietário no Brasil, seja privado ou estatal, não autorizando o argumento da “abundância de terras” utilizado por Cardoso de Mello. O processo de transição entre *Economia colonial* e *Economia exportadora capitalista* através da *Economia mercantil-escravista cafeeira nacional* esconde a transição da *economia colonial* para a *economia dependente* e o estabelecimento em “de uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido e o desenvolvimento posterior da região”, à qual a burguesia brasileira e latino-americana responde com a superexploração da força de trabalho. Não o fim da transferência do excedente e a simples instalação do trabalho assalariado sob uma Economia nacional autônoma, mas a instalação definitiva do intercâmbio desigual, da transferência de mais-valia operando agora sob as leis do valor do modo de produção especificamente capitalista que se tornou mundial com o surgimento da grande indústria, possibilitada e reafirmada pela superexploração da força de trabalho. Nem formalismo cepalino, tampouco mistificação dos fatores internos, mas interação dialética de dois pólos de uma mesma totalidade.

Antes de entrarmos na análise crítica do processo de “industrialização retardatária” cabe determos um pouco neste ponto. A passagem conceitual da Economia colonial para a emecafena é acompanhada de uma substantiva alteração metodológica que é digna de nota. A problemática geral que se coloca Cardoso de Mello está a princípio correta: como é que nos transformamos neste “nosso capitalismo”? Sua virtude, ainda que não seja original, está em notar que desde o período colonial estamos submetidos e condicionados ao capitalismo, mas respondemos a isso com especificidades.

Nem a História aparece como singularidade irreduzível, nem como a realização monótona de etapas de desenvolvimento pré-fixadas, ainda que com alguns traços de rebeldia retidos pelo “semi”, “de caráter”, etc.; nem, muito menos, há ausência de História, a que nos teria condenado nossa condição subdesenvolvida e periférica, como se nosso destino estivesse traçado desde o descobrimento. Não: a História brasileira e latino-americana é a História do capitalismo (...) Mas, ao mesmo tempo, (...) é a História de um **determinado** capitalismo, do capitalismo tardio...(176)

Somos capitalistas, mas especificamente capitalistas! Para proceder a tal tarefa utiliza-se durante toda a caracterização da Economia colonial da categoria marxista mais importante: a totalidade. “O que há, portanto, é uma única totalidade, ou melhor, um único processo” (42) nos afirma Cardoso de Mello, logo no início de sua obra e é o movimento desta totalidade, da “unidade entre desenvolvimento do capitalismo e economia colonial” que “leva à Revolução

Industrial, ao nascimento do modo especificamente capitalista de produção”. A categoria de totalidade leva, inexoravelmente, nosso autor ao conceito de imperialismo para caracterizar a economia mundial no fim do século XIX. (45)

No entanto, esta categoria de totalidade é abandonada e substituída pelos famigerados “fatores internos e externos” sob a justificativa de que com a Revolução Industrial e o nascimento do modo de produção especificamente capitalista, “a acumulação, doravante, poderá ‘andar sobre seus próprios pés’, deixará de necessitar de apoios externos com o surgimento de forças produtivas capitalistas” (44). Assim, estaria marxianamente justificada que o “movimento da economia (...) está determinada em primeira instância por ‘fatores’ internos e, em última instância, por ‘fatores’ externos.” (52 e 176). Ludovico Silva já alertava para os perigos deste tipo de terminologia:

Aquí tenemos um ejemplo preciso de la alienación capitalista, de la inversión ideológica (denunciada ya por Lukács em 1923) de las cosas, que hace ver muchas “instancias” o “estructuras” relativamente “autónomas” com relación al famoso “determinante em última instancia” inventado por Engels y coreado por Althusser y compañía. (SILVA, 1979, p.131).

O fundamental é que sob a justificativa de que com o surgimento da grande indústria a acumulação não precisa de apoios externos, Cardoso de Mello abandona a categoria de totalidade, estabelece uma efetiva “divisão” na acumulação mundial abrindo caminho para todas as suas peripécias daí por diante (Estado nacional, fim da transferência de excedente, economia autônoma e fim da superexploração da força de trabalho). Na verdade, demonstra uma errada compreensão da categoria de totalidade que o leva a uma errada interpretação do surgimento da grande indústria. Quando Marx afirma que com o surgimento da grande indústria o capitalismo se ergue sobre seus próprios pés e a acumulação está doravante assegurada, está mostrando que com a grande indústria o capitalismo se liberta das amarras estabelecidas pelo capital usurário e mercantil – formas antediluvianas do capital - e que agora é o modo especificamente capitalista de produção, do capital industrial, produtor de mais-valia, que domina todas as formas antediluvianas do capital. Está no nível de abstração do “capital em geral” que se expressa na grande indústria inglesa, mas que não é ela fisicamente. Aquela interpretação, no entanto, é comum à corrente endogenista formulada por integrantes dos PCs latino-americanos no debate com a teoria marxista da dependência. O capitalismo tardio aparece, assim, como uma variante burguesa e degenerada do endogenismo.

Veremos como este erro de interpretação do conceito de forças produtivas se desdobra na busca pela mistificadora “acumulação endógena” ao analisar a periodização da industrialização retardatária.

4.2 A industrialização retardatária

Vimos, que “as raízes do capitalismo retardatário” são na verdade a forma tardia com que aparece na consciência da intelectualidade da burguesia as especificidades do capitalismo dependente ocultando a sua essência: a superexploração da força de trabalho. Primeiro, com o conceito de emecafena mistifica-se o Estado e a economia nacional. Depois, com a transição para o trabalho assalariado desaparece ideologicamente a superexploração da força de trabalho. Já seríamos, portanto, em 1888 uma nação autônoma com um Estado nacional independente e relações civilizadas de trabalho assalariadas. Falta pouco para alçarmos ao cume da civilização: falta somente a base material especificamente capitalista, as devidas “forças produtivas”. Vejamos como isso ocorreu nesta tardia tentativa ideológica.

Vimos que a tarefa ideológica da década de 1970 era produzir uma interpretação que ocupasse o espaço deixado pela derrota do desenvolvimentismo com o golpe de 1964, ou seja, que recolocasse a alternativa do desenvolvimento capitalista como saída para os problemas econômico-sociais do país. Para tal, esta interpretação teria que explicar a ocorrência simultânea de industrialização e o aprofundamento das mazelas sociais, exatamente o oposto do que havia pregado a ideologia desenvolvimentista. *O capitalismo tardio* enquanto interpretação, periodização e conceito surge exatamente para explicar como, em 1961, na economia brasileira,

A industrialização chegara ao fim e a autodeterminação do capital estava, doravante, assegurada. Pouco importava que não tivesse se mostrado capaz de realizar as promessas que, miticamente, lhe haviam atribuído. (Cardoso de Mello, p.122)

E chegara ao fim, após passar pela industrialização “retardatária em suas três fases: nascimento e consolidação da grande indústria, industrialização restringida e industrialização pesada”. Vejamos as linhas gerais apresentada por Cardoso de Mello desta periodização.

Segundo Cardoso de Mello, o problema da interpretação cepalina está em que

o núcleo da questão da industrialização esteja centrado na oposição entre o desenvolvimento econômico da Nação, ou melhor, entre a plena constituição da Nação e uma determinada divisão internacional do trabalho que a havia transformado numa economia reflexa e dependente. (...) Daí não haver nem sombra de um esquema endógeno de acumulação de capital (quando outras oposições no interior da Nação poderiam vir à tona...), visualizando-se os “impactos internos” do processo de industrialização pela ótica neoclássica das funções macroeconômica de produção (95)

E por isso partirá “do silêncio do paradigma cepalino”. Para, Cardoso de Mello é com “o nascimento das economias capitalistas exportadoras” que “o modo de produção capitalista se torna dominante na América Latina.” Antes tarde do que nunca dirá sua consciência burguesa, ainda que este tardio capitalismo coloque a economia brasileira numa posição subordinada “duplamente determinada: pelo lado da realização do capital-cafeeiro e pelo lado da acumulação do capital-industrial.” (108) e a causa desta “dependência resulta, na verdade, da não constituição de forças produtivas capitalistas, isto é, do bloqueio da industrialização” (108). Todavia, ao mesmo tempo, “o intenso desenvolvimento do capital cafeeiro gestou as condições de sua negação ao engendrar os pré-requisitos para que pudesse responder criativamente à crise de 1929”:

De um lado, constitui-se uma agricultura mercantil de alimentos e uma indústria de bens de consumo assalariado capazes de ao se expandirem, reproduzir ampliadamente a massa de força de trabalho oferecida no mercado de trabalho, que já possuía dimensões significativas; de outro, forma-se um núcleo de indústrias leves de bens de produção (pequena indústria do aço, cimento, etc.) e, também, uma agricultura mercantil de matérias-primas que, ao crescerem, ensejariam a reprodução ampliada de fração do capital constante sem apelo às importações.(109)

Criadas estas pré-condições, com a “recuperação da economia, promovida objetivamente pela política econômica do Estado” (109) estaremos entre 1933 e 1955 passando pelo período de industrialização restringida:

Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes (110)

Assim, o “problema crucial consiste em explicar por que a industrialização se manteve restringida” mesmo depois de libertar-se da “dependência que o atrelava, direta ou indiretamente, pelo lado da realização dos lucros, à economia cafeeira” (111). Cardoso de Mello apresenta duas razões complementares: o caráter tardio da industrialização que

implicava numa descontinuidade tecnológica muito mais dramática, uma vez que se requeriam agora, desde o início, gigantescas economias de escala, maciço volume do investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada, praticamente não disponível no mercado internacional, pois que controlada pelas grandes empresas oligopolistas dos países industrializados. (112)

E as oportunidades lucrativas de investimento que se apresentava ao capital-industrial caso percorresse as linhas de menor resistência:

A lucratividade do capital industrial resultava, basicamente, de dois fatores: em primeiro lugar, da natureza pouco competitiva do sistema industrial, em condições de alto grau de proteção (salvo no imediato post-guerra); ademais, do comportamento dos custos real e monetário da força de trabalho. (113)

É interessante notar como Cardoso de Mello vai reconstruindo toda a história de forma que quando coloca o problema a resposta já estará dada. Queremos dizer que colocado assim o problema da industrialização, quando o autor se perguntar: “A questão central há de residir, pois, em saber com base em que esquema de acumulação nasceria a indústria pesada de bens de produção no Brasil.” (p. 111) a resposta só poderá ser “a expansão, portanto, não poderia deixar de estar apoiada no Estado e no **novo** capital estrangeiro, que se transfere sob a forma de capital produtivo”, pois ao Estado coube a tarefa de “investir maciçamente em infraestrutura e nas indústrias de base (...)” e também “estabelecer as bases da associação com a grande empresa oligopólica estrangeira”. Esta última resolvia dois graves problemas: o da estreiteza da capacidade para importar e o de mobilização e concentração de capitais.(p, 118 e 119).

Foi, portanto, “esta profunda solidariedade, ao nível da acumulação, entre Estado, empresa internacional e empresa nacional” (121) que promoveu a “implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, **entre 1956 e 1961**” correspondendo “a uma verdadeira ‘onda de inovações’ schumpeteriana” que alterou a estrutura do sistema produtiva e promoveu uma ampliação da capacidade produtiva “muito à frente da demanda” (117).

Para nós, toda esta interpretação está debilitada pela necessária ocultação dos fatores essenciais do capitalismo dependente. Afinal é evidente que o que aparece como problema de “mobilização do capital” está enraizado na transferências de excedente para os países centrais

através do intercâmbio desigual, da remessa de lucros e do financiamento da dívida externa. Assim como só se compreende corretamente o fato de os preços internacionais caírem e não pressionar uma diminuição na oferta, bem como, o processo de “vazamento” do capital cafeeiro para o capital industrial descrito por Cardoso de Mello como resultado de uma maior acumulação financeira sobre a acumulação produtiva se entendê-los como resultado da superexploração da força de trabalho nas lavouras cafeeiras e na indústria que surgia. Também são estes dois elementos fundamentais – a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho - que explicam na essência, o prosseguimento da burguesia industrial pelas linhas de menor resistência.

Por fim, a entrada de capitais estrangeiros só se realiza atraídos pela possibilidade de obter taxas de mais-valia superiores às do centro, afinal, afirmava Marx, “Se o capital é remetido para o exterior, tal acontece não por impossibilidade absoluta de aplicá-lo no país. É que pode ser empregado no exterior com taxa mais alta de lucro.” (MARX, 2008, p. 335).

E esta associação entre o capital estrangeiro e o capital nacional estava muito longe de ser estabelecida pelo Estado, pois foi justamente determinada pelos interesses do império estadunidense que passavam a estimular os investimentos estrangeiros diretos para a América Latina enquanto voltavam seus empréstimos e financiamentos públicos para a Europa. É demais sabido os conflitos do governo Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek com o governo estadunidense diante desta estratégia. Em 1963, André Gunder Frank já havia publicado “*Ajuda ou exploração*” demonstrando o caráter nocivo desta ignominiosa associação com o capital estrangeiro. Esta análise será depois ampliada e incluída como quinto capítulo de *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. (FRANK, 1973, p.269) onde demonstra que segunda as estimativas do próprio Departamento de Comércio dos EUA, entre 1950 e 1965, o fluxo de capitais deste país para América Latina somou US\$ 3,8 bi, enquanto o movimento inverso, o fluxo monetário da América Latina para os EUA foi de US\$ 11,3 bi, resultando assim numa descapitalização líquida da América Latina de US\$ 7,5 bi! (idem, p. 294). Também Darcy Ribeiro já havia analisado muito antes de Cardoso de Mello o caráter desse capital estrangeiro chegando a seguinte conclusão:

Nesse sentido, a empresa multinacional é o equivalente ultramoderno – mas prodigiosamente superior – das velhas empresas capitalistas mercantis de navegação oceânica do tráfico negreiro e, sobretudo, de mineração e monocultura que, operando com mão-de-obra escrava, colonizaram o Novo Mundo. É o equivalente, também, das antigas empresas monopolistas implantadoras de portos, ferrovias, serviços de águas e de eletricidade à mercê dos quais cresceu o imperialismo industrial em sua fase de expansão

financeira. Sua função também é a mesma: mobilizar recursos técnicos, econômicos, políticos e ideológicos para impor novas formas de dependência. (RIBEIRO, 1983, p. 30)

Trata-se portanto de uma verdadeira recolonização através da industrialização como conceitua Darcy. Nosso interesse, no entanto, não é proceder a uma análise minuciosa da industrialização dependente, ou recolonizadora, por duas razões: esta análise não é realizada por Cardoso de Mello em *O capitalismo tardio*, mas sim por Conceição Tavares; e porque tal tarefa não caberia nos limites de pesquisa de um trabalho de conclusão do curso de graduação. No entanto, outra tarefa nos apresenta viável e extremamente oportuna: desvelar a debilidade e a mistificação dos conceitos de acumulação endógena e de forças produtivas que fundamenta a periodização proposta por Cardoso de Mello.

Não podendo recorrer à essência do fenômeno, o pensamento humano é sempre obrigado em determinado momento a cometer tautologias e raciocínios circulares incorrendo, assim, em contradições. Por isso a ciência economia burguesa por excelência é a neoclássica que permanecendo no nível mais superficial dos fenômenos tem a possibilidade de estabelecer uma infinita gama de relações causais sem nenhum compromisso com a abstração e a totalidade. Outras expressões do pensamento burguês como Keynes, Schumpeter e principalmente a Economia política clássica se diferenciam da vulgaridade neoclássica na medida em que buscam analisar todo o fenômeno mantendo seus pressupostos fixos. Ainda assim, e por isso mesmo, como os pressupostos não correspondem a essência do fenômeno em determinado momento sua interpretação se mostrará débil e contraditória.

A princípio, a interpretação de Cardoso de Mello se mostra coerente. Se a “posição subordinada da economia brasileira na economia mundial capitalista” resultava “na verdade, da não constituição de forças produtivas capitalistas, isto é, do bloqueio da industrialização” (p. 108) ao instalarem-se aqui estas forças produtivas estaria superada esta posição subordinada e a dependência. Todavia, anteriormente a isso, o próprio Cardoso de Mello afirmou que o capitalismo sem forças produtivas foi viável exatamente por que a produção era exportada, ou seja, exatamente porque a economia era subordinada:

Com o nascimento das economias capitalistas exportadoras, já o dissemos, o modo de produção capitalista se torna dominante na América Latina. Porém, o fato decisivo é que não se constituem, simultaneamente, forças produtivas capitalistas, o que somente foi possível porque a produção capitalista era exportada. (p. 96)

Ora, afinal, a ausência de forças produtivas é a causa de nossa subordinação à exportação ou a subordinação ao mercado mundial é a causa da ausência de forças produtivas? Nosso autor é obrigado a se prender neste círculo vicioso dada a mistificação em que se prendeu, afinal é óbvio que historicamente o assalariamento, e, portanto, o capitalismo, se estabeleceu graças ao caráter exportador de nossa economia, mas não é no fato concreto de exportar que se encontra a essência da nossa subordinação, mas sim no que ela esconde: as transferências de valor. Assim como não está no aparecimento do conteúdo material da indústria dentro do território nacional a base para a autodeterminação do capital. É preciso ter rigor na análise de todos os fenômenos sociais para não romper com a unidade dialética existente entre conteúdo material e forma social da mercadoria, ou seja, é preciso analisar todos os fenômenos tanto pelo valor de uso quanto pelo valor, mantendo a sua unidade. É típico do pensamento burguês não conseguir abstrair do conteúdo material do fenômeno a sua forma social e confundir a forma social ao conteúdo material. Foi este mesmo erro que levou à Cepal crer que a industrialização, com suas virtuosíssimas máquinas, teria capacidade de resolver problemas sociais que se encontram na essência da lei do valor, na sua forma social, ou seja, no próprio valor. Portanto nem a industrialização representa por si só a panacéia dos problemas sociais, tampouco representa por si só a constituição de forças produtivas do modo especificamente capitalista garantindo a acumulação endógena. Se o desenvolvimentismo da década de 1950 havia “miticamente” atribuído funções à industrialização, *O capitalismo tardio* reduziu todos esses mitos a um só: “autodeterminação do capital”.

Esta contradição de Cardoso de Mello em considerar a ausência das forças produtivas causa e conseqüência do mesmo fenômeno, aparece como uma tautologia a nível conceitual. Após definir que não havia forças produtivas, pois a produção era exportada, o autor busca estabelecer o conceito de industrialização, pois a “problemática da transição é a problemática da industrialização capitalista na América Latina”. Vejamos, então, quando é que podemos dizer que está terminada a industrialização. Ou ainda, “Mas o que entender, pergunto, por forças produtivas capitalistas?” A princípio nosso autor parece querer afastar-se do erro comum que advertimos acima:

Devemos afastar, desde logo, a idéia de que seu conceito se reduz à revolução do processo de trabalho efetivada pela maquinização dos processos produtivos. Quer dizer, grande indústria e forças produtivas capitalistas não são uma única e mesma coisa. Ao contrário, este modo de entender, a que se é levado quando se observa um tanto apressadamente o desenvolvimento capitalista dos países centrais, é inaceitável, pois não leva em conta as condições endógenas necessárias à reprodução e expansão do capitalismo.

Aliviada a consciência de Cardoso de Mello, acompanhemo-lo na sua definição de forças produtivas:

Penso que o conceito de forças produtivas capitalistas prende-se a um tipo de desenvolvimento das forças produtivas cuja natureza e ritmo estão determinados por um certo processo de acumulação de capital. Isto é, (...) que se defina a partir de uma **dinâmica da acumulação especificamente capitalista...** (97)

A pergunta que se coloca em seguida, portanto é, qual é essa dinâmica? Quando saberemos que ela existe?

Deste ponto de vista, pensamos em constituição de forças produtivas capitalistas em termos de **processo de criação das bases materiais do capitalismo** [até aqui já sabemos]. Quer dizer, em termos da **constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação do capital**, vale dizer, **de libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital**.

Antes de tudo, diante desta formulação é irresistível não concordar com a advertência de Rosa Luxemburgo:

Este juízo é correto, pois se assenta num sinal infalível: **quem pensa claramente e domina a fundo aquilo de que fala, exprime-se claramente e de maneira compreensível; quem se exprime de maneira obscura e pretenciosa, quando não se trata de puras idéias filosóficas nem de elucubrações religiosas, mostra logo que não entende muito bem o assunto em questão, ou então, que tem razões para evitar falar claramente**. Veremos mais à frente que não é por acaso servirem-se os sábios burgueses de uma linguagem obscura e confusa para falar da essência da economia política e que, pelo contrário, isso revela tanto a sua própria confusão como a recusa tendenciosa e encarniçada em clarificar realmente a questão. (LUXEMBURGO, 19-?)

Tentemos então abreviar os rodeios: “pensamos em constituição de forças produtivas capitalistas (...) em termos da **constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação do capital**” ou ainda “em termos de **processo de criação das bases materiais do capitalismo (...) capaz (...) de libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital.**”

Chegamos finalmente, após tantas voltas, a uma definição. Queríamos saber como é que a economia exportadora capitalista poderia deixar de ser subordinada, e ele nos responde, deixará de ser subordinada quando o capital não for mais subordinado. É a esse raciocínio

circular que se reduz, em síntese, todo o vocabulário de caráter especificista (“um tipo de desenvolvimento”, “um certo processo”, “especificamente”) utilizado por Cardoso de Mello que ao fim chegam a conclusão genérica de que se instalarão as forças produtivas que nos libertarão de nossa posição subordinada exatamente quando se instalarem forças produtivas capazes de libertar a acumulação! Isto tudo sob o tão rebuscado quanto reificador conceito de autodeterminação de capital.

Diante de tal formulação, qualquer interpretação se torna possível, inclusive a de que já éramos em 1961, uma economia industrializada, capaz de se autodeterminar! Mas analisemos um pouco mais criticamente esta formulação.

A noção de que as forças produtivas são a base para autodeterminação do capital acompanha sua tese desde o início embora sua definição só apareça na segunda parte. É esta concepção que permite o autor romper com a categoria de totalidade na sua análise sobre o processo colonial ao surgir a Revolução industrial como já anotamos na primeira parte deste capítulo. A passagem em que isto fica claro é:

Porém, se existe unidade entre desenvolvimento do capitalismo e economia colonial, se a economia colonial representara um estímulo fundamental ao capitalismo no “período manufatureiro”, o movimento leva à Revolução Industrial, ao nascimento do modo especificamente capitalista de produção. A acumulação, doravante, poderá “andar sobre seus próprios pés”, deixará de necessitar de apoios externos com o surgimento de forças produtivas capitalistas. (p. 44)

Assim se a Revolução Industrial representa o surgimento do modo especificamente capitalista na Europa, a “onda de inovações schumpeteriana” seria a Revolução Industrial brasileira, que constituiria as forças produtivas implantando aqui o modo especificamente capitalista de produção, pois instalaria as forças produtivas que viabilizam a autodeterminação do capital.

Esta concepção de forças produtivas, portanto, aparece como a finalidade da história construída pelo espírito de Cardoso de Mello: toda a história latino-americana, mais especificamente brasileira, é reconstruída em sua idéia para desembocar nesta grande apoteose de articulação benigna entre Estado, burguesia estrangeira e burguesia nacional. É por isso que contradições tão bem formuladas na cabeça de nosso autor aparecem sempre adaptadas, ou até deturpadas, na análise da situação concreta.

A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela

transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições, **o que então pode ser especulativamente distorcido**, ao converter-se a história posterior na finalidade da anterior, por exemplo, quando se atribui à descoberta da América a finalidade de facilitar a irrupção da Revolução Francesa, com o que a história ganha finalidades à parte e torna-se uma “pessoa ao lado de outras pessoas” (tais como: “Autoconsciência, Crítica, Único” [Capitalismo tardio], etc.) enquanto o que se designa com as palavras “destinação”, “finalidade”, “núcleo”, “idéia” da história anterior não é nada além de uma abstração da história posterior, uma abstração da influência ativa que a história anterior exercer sobre a posterior. (MARX; ENGELS, 2007, p. 40).

Para isso, “a história deve ser sempre escrita segundo um padrão situado fora dela” (idem, p. 43) e no caso da história latino-americana os padrões são sempre eurocêntricos. Por isso, como autêntica interpretação hegeliana não poderia deixar de supervalorizar o Estado, colocando-o acima das classes social concretas, e como legítima ideologia da burguesia dependente não deixaria de apresentar o capital estrangeiro como solução.

Mas toda esta interpretação estaria ancorada na análise marxista do surgimento da grande indústria. Nossa opinião é de que basta uma rápida olhada sobre *O capital* de Marx para perceber que sua análise do surgimento da grande indústria não autoriza tal concepção de forças produtivas. A análise de Marx sobre a Revolução Industrial e o surgimento da “maquinaria e a indústria moderna” torna-se necessária para ilustrar as formas históricas que tornaram possível o surgimento da “produção da mais-valia relativa”, pois:

O desenvolvimento da produtividade do trabalho na produção capitalista tem por objetivo reduzir a parte do dia de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para ampliar a outra parte durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista. Até onde, sem reduzir os preços das mercadorias, ainda se pode alcançar esse resultado, é o que veremos ao estudar os métodos particulares de produzir mais-valia relativa, o que faremos a seguir. (MARX, 2006, p. 372)

É para isso que Marx passa a analisar a *cooperação*, a *Divisão do trabalho e a manufatura*, chegando, por fim *A maquinaria e a grande indústria*. A princípio a razão apresentada por Marx para o desenvolvimento da produtividade, a saber, aumentar o trabalho excedente, contrasta com a sua própria concepção exposta também em *O capital*:

La especial productividad del trabajo en una esfera especial de la producción o en una empresa concreta dentro de ella sólo interesa a los capitalistas de esta empresa o rama de producción, cuando permita a la rama especial de que se trate conseguir una ganancia extraordinaria con respecto al capital en su conjunto o conceda esta misma posibilidad al capitalista individual con

respecto a los demás capitalistas de la misma rama de producción. (MARX apud MARINI, 1979)

Isto, no entanto, só é uma contradição quando não se entende o método marxista. No tomo 1 de *O capital* Marx está analisando “o processo de produção do capital”, portanto, a essência do modo de produção capitalista. Para isso abstrai o movimento do “capital em geral” de todas as suas particularidades, ou seja, as nações, ramos de produção e capitais individuais só existem para ilustrar historicamente as tendências gerais de um modo de produção capitalista já constituído. Assim que, se individualmente o estímulo para os capitais ampliarem a produtividade encontra-se na possibilidade de se apropriar de uma mais-valia extraordinária; globalmente, é na possibilidade de ampliar o trabalho excedente que torna a busca pelos aumentos de produtividade uma tendência do modo de produção capitalista. É só nesse nível de abstração, do capital em geral, que Marx se referirá a “auto-expansão” ou “autovalorização” do Capital, mas num sentido completamente diferente que empresta Cardoso de Mello ao termo “autodeterminação”, pois para Marx,

A revolução no modo de produção de um ramo industrial acaba se propagando a outros. É o que se verifica principalmente nos ramos industriais que constituem fases de um processo global, embora estejam isolados entre si pela divisão social do trabalho, de modo que cada um produz uma mercadoria independente. (...) A revolução no modo de produção da indústria e da agricultura tornou sobretudo necessária uma revolução nas condições gerais do processo social de produção, isto é, nos meios de comunicação e de transporte. (...) Mas as massas gigantescas de ferro que tinham então de ser forjadas, soldadas, cortadas, brocadas e moldadas exigiam máquinas ciclópicas, cuja produção não se poderia conseguir através do método da manufatura.

A indústria moderna teve então de apoderar-se de seu instrumento característico de produção, a própria máquina, e de produzir máquinas com máquinas. Só assim criou ela sua base técnica adequada e ergueu-se sob seus próprios pés. (MARX, 2006, p. 440-441)

Neste sentido é que

O instrumento de trabalho, ao tomar a forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador. A auto-expansão do capital através da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência destrói. (idem, 491)

Portanto, a auto-expansão do capital possibilitada pelo surgimento de forças produtivas especificamente capitalista só tem sentido na análise do capital em geral, onde a máquina, ou melhor a própria acumulação, se torna a definidora dos rumos do capital,

libertando-o da vontade humana e escravizando-a; mas, principalmente, subordinando as formas antediluvianas do capital (capital comercial e capital usurário) ao capital industrial (produtor de mais-valia). E este processo é um processo mundial, ou seja, Marx está situado no âmbito do capital em geral. O fato de que se expressa principalmente na Inglaterra não significa que seja um processo nacional. Afinal de contas, “A grande indústria estabeleceu o mercado mundial que o descobrimento da América preparara”. Portanto, a concepção de industrialização como transição ao modo especificamente capitalista de produção só pode ser analisado desde este nível de abstração, pois ao estabelecer-se a grande indústria, ou o modo especificamente capitalista de produção, todas as formações econômico-sociais serão afetadas e terão que desigual e combinadamente reproduzir esse modo de produção. Nem mesmo nos países centrais encontra-se uma “autodeterminação do capital”. A partir da constituição da grande indústria e do surgimento do modo de produção capitalista existirão economias dominantes e dominadas, países centrais e dependentes, articulados para reproduzir em escala global a autodeterminação do capital.

O erro de considerar a análise de Marx como uma análise do processo histórico concreto de um determinado país e buscar encontrá-lo nas análises dos outros países é comum às interpretações endogenistas que, como vimos, surgiram no seio da esquerda comunista brasileira tentando recolocar a velha estratégia democrático-burguesa. No Brasil, não por acidente, esta concepção foi muito bem apropriada por parte da intelectualidade ligada à burguesia brasileira, não obstante, também seja encontrada em autores ligados ao PCB.

Ademais, é necessário mencionar de passagem que o termo “autodeterminação do capital” não é encontrado em *O capital*. Até onde nossas investigações puderam chegar só encontramos o termo auto-expansão ou autovalorização nas duas principais traduções brasileiras. Aquele conceito (autodeterminação) -recorrente na literatura brasileira- está sempre referido a concepção exposta por Cardoso de Mello, mostrando assim a enorme influência que esta tese teve e tem sobre a formação dos economistas no país. Na verdade, o único momento em que encontramos o termo “autodeterminação do capital” na obra de Marx é nos seus rascunhos de preparação de *O capital*, ao qual chegamos através de um trabalho de Mário Possas, enquanto este ainda era colega de Cardoso de Mello no IFCH da Unicamp. Esta passagem é importante, pois nela Marx utiliza o termo exatamente no sentido que expusemos acima:

Conceitualmente, a *concorrência* não é senão a *natureza interna do capital*, seu caráter essencial, que se manifesta e se realiza como a interação de muitos

capitais entre si, como tendência exterior de uma necessidade interior. O capital existe e só pode existir como pluralidade de capitais, e por isso seu movimento de autodeterminação aparece como sua interação. (MARX, 1857, apud, POSSAS, 1984, p. 68)

Ou seja, a autodeterminação, auto-expansão ou autovalorização do capital só se manifesta na interação dos diversos capitais isolados, só se manifesta na totalidade do movimento e não em cada país ou em cada capital particular. Acreditamos assim que desde Marx não se está autorizado a observar as formações nacionais como realidades justapostas onde se reproduziria, mais cedo ou mais tardiamente, o mesmo processo verificado na Inglaterra do século XVIII, ou seja o desenvolvimento de um departamento de bens de produção que viabilizaria a autodeterminação do capital entendida como endogeneização da reprodução ampliada do capital.

Esta mesma concepção endogenista permanecerá nas análises de Conceição Tavares e Francisco de Oliveira sobre o padrão de acumulação de capital no Brasil, e na utilização que estes autores fazem dos esquemas de reprodução de Marx. Parece-nos correto, portanto, estender a Cardoso de Mello a apreciação final de Marini sobre aquelas duas interpretações:

El vicio básico de las polémicas que suscitaron reside en la violación de esa norma y en el hecho de que confundieron lo que es una abstracción teórica con la representación histórico-formal del sistema capitalista. (MARINI, 1979)

Seja como for, esta ideologia ganha força exatamente por colocar como necessário para a construção da economia capitalista no Brasil a internalização das forças produtivas, recoloca a alternativa capitalista no horizonte de superação do subdesenvolvimento. Recoloca um papel para a burguesia, mas desta vez assumindo a sua necessária vinculação à burguesia internacional.

5 CONCLUSÕES

A história e a tese de *O capitalismo tardio* são inseparáveis. Não tivéssemos exposto as linhas gerais do movimento intelectual e ideológico desde os antecedentes do golpe militar de 1964 até a aparição desta tese muitas de nossas críticas poderiam parecer um exercício especulativo. É impressionante observar nas conversas com os colegas graduandos da própria UFSC ou de outras Universidades, inclusive e principalmente da Unicamp, o profundo desconhecimento deste processo. A Escola de Campinas aparece de fato, ainda hoje, como uma escola crítica, como a interpretação crítica da realidade brasileira. Ou seja, quando muito, diante do fato de que muitas faculdades de economia apenas fazem reproduzir as interpretações dos compêndios indicados para o exame da ANPEC, é a interpretação da Escola de Campinas que é oferecida ao estudante inquieto intelectualmente com a situação social de nosso país e de nosso continente. Contribuir com o atual movimento de recuperação da Teoria Marxista da Dependência, recuperação que está indissolivelmente ligado ao atual momento da luta de classes no Brasil é um dos objetivos prementes que esperamos ter alcançado, pois, concorde-se ou não com as críticas acima apresentadas, é por si só um absurdo que não seja oferecido aos estudantes de economia a possibilidade de conhecer interpretações fundamentais para o conhecimento da realidade brasileira. O argumento utilizado comumente por esta “esquerda democrática” para atacar e boicotar as interpretações de Marini, dos Santos, Gunder Frank e Bamberger apenas revela através dos seus representantes ideológicos até onde vai o caráter democrático da burguesia brasileira.

Vimos como esta burguesia necessitava em meados da década de 1970 de uma interpretação que voltasse a legitimá-la democraticamente, pois assustada com a investida estatizante do II PND e deslegitimada diante do aprofundamento dos problemas sociais mesmo depois de 3 décadas de industrialização, era fundamental que assumisse agora o papel de crítica do governo militar que ela mesmo havia instituído. A crítica ao II PND principalmente quando este já se confundia com crise mundial do capitalismo que se configurava no final da década apareceu como sua saída. Para isso pôde contar com uma plêiade de intelectuais –“de esquerda e críticos”- que ela permitiu existir dentro do país mesmo durante os momentos mais violentos do regime. A configuração CEBRAP/USP- Unicamp são os aparelhos de criação desta ideologia de esquerda. Seus intelectuais ingênua ou conscientemente trabalhavam para ela ao fazer a crítica do agora “padrão de acumulação” sem tocar nas questões essenciais da dependência e do subdesenvolvimento. Sobre esta base

comum todos vão colocar uma saída capitalista para o problema de acumulação do país e suas divergências muito discretas, comprovar-se-ão somente na prática. Uns mais aliados à burguesia industrial nacional como a Unicamp, outros mais abertos ao capital estrangeiro e financeiro como Fernando Henrique Cardoso, alguns mais estatizantes como Antonio Barros de Castro, enfim, o importante é que todos se ajoelham diante da Santíssima Trindade do capital nacional, capital estrangeiro e Estado para apresentar uma solução capitalista à nação. Diante deste fato, passagens em que buscam se filiar ao lado do povo brasileiro como a de Gonzaga Belluzzo parecem pouco convincentes:

Neste momento, no Brasil, infelizmente as classes dirigentes e algumas frações oposicionistas revelam uma assustadora aversão pelo exercício de olhar para dentro e enfrentar as questões de uma perspectiva nacional. Estão afastadas do povo e do país porque encharcados de um cosmopolitismo provinciano. (TAVARES, 1993, p.14)

Pois, esta mesma passagem é o final de um prefácio de Belluzzo ao livro de Conceição Tavares, onde um pouco antes da autora agradecer ao financiamento da sua pesquisa pela Fundação Ford, ele sintetizou a proposta da “mestra”:

As vitórias mais espetaculares nas batalhas de competitividade internacional e na busca de dinamismo industrial foram obtidas pelos países em que se consolidou o chamado capitalismo organizado. Maria da Conceição Tavares define capitalismo organizado como aquele em que as relações orgânicas entre Burocracia de Estado, bancos públicos e privados e grande empresa estão constituídos de modo a permitir que as pressões dos agentes econômicos sobre o Estado conduzam a consensos estratégicos nas políticas industriais e na coordenação da política econômica geral. (TAVARES, 1993)

Interessante notar como a intelectualidade é sempre seduzida pela idéia de um Estado bonapartista, talvez porque seja uma das únicas maneiras de influenciar o poder, ainda de que maneira limitada, mediando uma luta intensa entre as frações da classe dominante e aparecendo como acima destas. Mas o importante reside em que é esta base programática comum que possibilitou a “esquerda democrática” do MDB exercer o comando da economia no governo de José Sarney um dos filhos mais diletos do regime autoritário.

Frustrados na sua tentativa de estabelecer um capitalismo organizado a Escola de Campinas se recolherá após o Plano Cruzado e terá de se contentar em realizar a crítica aos sucessos estabilizantes de seu ex-aliado no combate à Teoria Marxista da Dependência, Fernando Henrique Cardoso. Durante este processo os intelectuais da Unicamp isolados internamente no MDB, principalmente após a morte de Ulisses Guimarães, foram se

aproximando do PT, na exata medida em que este partido ia perdendo seus traços de radicalismo. Assim, quando o PT chega ao poder já terá incorporado uma série de intelectuais que colocarão seu programa muito mais próximo à social-democracia. Evidente, portanto, que a sucessão do PSDB pelo PT – alguns dirão do CEBRAP pela Unicamp - na presidência da república não causaria nenhuma mudança estrutural no país, ainda que as frações mais reacionárias da nossa classe dominante tenham se assustado com esta possibilidade. Neste sentido o conceito de “petucanatópaulistocêntrico” de Gilberto Felisberto Vasconcellos é preciso:

“O PT executa a prática subalterna operário-sindical das empresas multinacionais: o verso do capital é PSDB e o anverso do trabalho assalariado é o PT.

A maioria da população marginalizada e oprimida está sendo seduzida e cativada pelas igrejas pentecostais. O que essa massa subproletária almeja, ainda que superexplorada é conseguir emprego fixo, mas isso o PT não tem política pra conseguir. Quando afirmo que irmanados PT e PSDB são o verso e o reverso do domínio das grandes empresas multinacionais, isso não quer dizer essas não tenha preferência... (VASCONCELLOS, 2005, p.56)

Desde o surgimento da tese *O capitalismo tardio* já surgiram vários trabalhos de crítica a ela. O próprio debate dos padrões de acumulação durante o II PND foi marcado por um forte conflito entre os ex-cepalinos como demonstra o artigo de Pablo Bielschowsky (2011). Mas a grande maioria destas críticas e das divergências giram em torno do período de industrialização pesada: teríamos de fato endogeneizado a reprodução do capital tornando interna a sua autodeterminação? Até onde sabemos somente os trabalhos de Barros de Castro e principalmente de Rui Mauro Marini discordaram desta interpretação criticando-a desde seus pressupostos, ou seja, criticando os próprios esquemas kaleckianos de “reprodução do capital” utilizados. No entanto, e nisto reside a originalidade de nossa tentativa, desconhecemos que exista uma análise crítica à toda periodização elaborada por Cardoso de Mello e Conceição Tavares. Por isso, buscamos comprovar que esta tese é desde o conceito de *Economia Mercantil-Escravista Cafeeira Nacional* a legítima expressão ideológica da fração industrial de nossas classes dominantes, e que sendo assim, teria necessariamente que ocultar e mistificar fatos essenciais do capitalismo dependente. Alguns deles já revelados desde as primeiras interpretações da Cepal, como a “Deterioração dos Termos de Troca” extremamente marginalizada, quando não ausente, desta interpretação; mas principalmente a superexploração da força de trabalho e as transferências de valor categorias essenciais do capitalismo dependente, já sistematizadas pela Teoria Marxista da Dependência. Acreditamos ter revelado neste nosso trabalho como para proceder à ocultação destes fenômenos a

abordagem tardia acaba cometendo tautologias, mistificações e ocultações no conceito de autodeterminação do capital e de forças produtivas, na análise da independência, da criação do Estado nacional, no conceito de economia nacional e na transição para o trabalho assalariado; que por sua vez revelam uma série de contradições internas do próprio trabalho evidentes para qualquer leitor mais atento, independente de qual corrente teórica se situe.

É exatamente por isso que, entre todas as críticas já realizadas a mais próxima de uma crítica radical a esta tese foi realizada por Plínio de Arruda Sampaio Jr. A virtude de seu trabalho reside em demonstrar que não é necessário estar filiado à TMD para perceber a debilidade desta interpretação. Ao contrário, Sampaio Jr. demonstra que basta partir dos próprios pensadores reivindicados pela sociologia paulista, principalmente pela Unicamp, a saber, Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes para notar que esta “*démarche* metodológica eliminou do horizonte de reflexão processos de mudança estrutural que transcendessem os marcos do *status quo*, e, assim, inviabilizou o conhecimento das virtualidades inscritas no movimento histórico” (SAMPAIO Jr., 1999, p. 55), pois, “Ao reduzir a problemática da industrialização capitalista retardatária à constituição do departamento de bens de produção, a perspectiva do capitalismo tardio esvaziou a *questão nacional*” e a “importância da *Revolução Democrática*”, sacralizou “o tripé *capital nacional, capital estrangeiro e Estado*” aceitando a “impotência da burguesia dependente” e petrificando assim a correlação de forças. O que Sampaio Jr. não explicita é que são exatamente estas características, por representarem interesses concretos da classe dominante que permitirão a “perspectiva do capitalismo tardio” ocupar um espaço importante no espectro brasileiro. E assim, chegamos objetivo mais amplo de nosso trabalho.

Justificamos a escolha de nosso objeto de pesquisa ao afirmar que a *Escola de Campinas* exerce forte influência - para alguns até a hegemonia - no segundo governo Lula e no governo de Dilma Rousseff. Esta influência só pode ser exercida na medida em que concretamente defende o interesse de grande parte da nossa classe dominante, ou seja, é o movimento da luta de classes que a recolocou novamente como pensamento influente nas decisões de Estado. E isto em essência se deve ao fato de “ao reificar o caráter social do processo de industrialização pesada, a perspectiva do capitalismo tardio acabou ocultando os mecanismos de perpetuação do capitalismo dependente e as possibilidades de sua superação” (idem, p. 55).

Em primeiro lugar, esta interpretação não somente retirou do capital estrangeiro todos os efeitos nocivos, mas colocou-o como fator imprescindível ao nosso desenvolvimento, pois somente com sua ajuda seria possível implantar “num só golpe” a indústria pesada, e não

haveria nenhum problema nisto, pois “já não é a Nação que se ajusta às exigências do capital internacional, mas exatamente o contrário” (idem, p. 49), ou nas palavras de Conceição Tavares:

As filiais estrangeiras não tomam decisões sem levar em conta as condições sociais e de produção nos países em se localizam. Avaliam as estruturas de acumulação de capital, de proteção econômica e de poder dentro de cada espaço nacional e adaptam-se, de diversas maneiras, à situação prevalecente. Ao mesmo tempo, e por sua própria dinâmica operacional, modificam desde dentro essas condições, mas apenas à medida que seus objetivos, simples e aparentemente ‘racionais’ de expansão, estejam coordenados ou, pelo menos, não sejam antagônicos aos interesses das outras frações de capital local, a quem compete organizar o pacto de dominação que sustenta o Estado nacional. (TAVARES, apud SAMPAIO, 1999, p. 48).

Em um artigo na revista do MDB em 1977, Cardoso de Mello também afirma:

Por outro lado, a grande empresa internacional, diante da crise mundial, [mas só neste caso excepcional-VHT] mantém um comportamento cauteloso: não está disposta a se envolver em projetos por demais ambiciosos, nem a investir sem que lhe sejam oferecidas vantagens de monta. Não está comprometida com os nossos destinos, como potência capitalista, mas sabe muito bem que o avanço do capitalismo no Brasil não será logrado sem sua larga participação. Nestas condições, é utopia crer que será possível dinamizar o capitalismo, ferindo os interesses fundamentais da grande empresa internacional. (CARDOSO DE MELLO, 1977, p. 16)

Baseado neste tipo de interpretação que o primeiro presidente operário deste país em aliança com a burguesia industrial nacional personificada na própria pessoa do vice-presidente José Alencar, pode afirmar sem nenhum pudor:

A crise agora reforçou a descoberta desse papel. O governo tem de um lado ser o regulador, fiscalizador e tem do outro lado de ser o indutor, o provocador do investimento. Aquele que discute com os empresário: ‘Vai fazer o investimento, vai? Por que que não faz com tal empresa?’ **Aquele que como eu não tem vergonha de andar o mundo pedindo para os empresários vim fazer investimento aqui dentro**, provocando as nossas empresas a virarem multinacionais, provocando as nossas empresas a fazer investimento lá fora. Aquele presidente que não tem vergonha de ligar pra um presidente da república e pedir para as empresas brasileiras participarem da licitação...sabe, esse é o papel do governo. Ser o indutor do desenvolvimento. Eu lembro que quando o Bush veio aqui ele não queria tirar foto na frente do carro da GM, Chevrolet ou da Ford, ‘Ai, isso é merchandising’, eu falei, ‘Pois eu tiro é das três, não tenha dúvida que eu tiro, se eu pudesse eu abraçava cada carro’ porque eu queria fazer propaganda do etanol. Então, o Estado tem que prestar esse papel. (ESTADO DE SÃO PAULO, 2010, grifos meus)

Em segundo lugar, a redução dos mitos atribuídos à industrialização a um só - a autodeterminação do capital – tornou possível considerar a superpopulação excedente marginalizada “como mero resíduo da sociedade colonial” ou ainda, como nada tendo a ver com o padrão de acumulação da industrialização retardatária. Nas palavras, novamente, de Conceição Tavares e de Cardoso de Mello, respectivamente:

Em síntese, para entender o quadro completo da chamada ‘heterogeneidade estrutural de nossas sociedades, vemo-nos obrigados a separar analiticamente os problemas da dinâmica da industrialização tardia daqueles que surgem da formação histórica de nossas sociedades nacionais. (TAVARES, apud SAMPAIO Jr., p.50)

É o deslocamento da fronteira agrícola que vai permitir que o padrão de concentração fundiária (da grande propriedade) se mantenha altíssimo mas, ao mesmo tempo, que se abra um espaço enorme para o amortecimento dos conflitos do campo com a expansão da pequena e média propriedades. Sobra um saldo: um pedaço de miséria do campo que se reproduz –está aí até hoje - e outro pedaço que é a migração para as cidades. (...) Essa questão indica também que não se tem um conflito agudo, organizado pela terra. Há mortes-vai lá um camarada dá um tiro. Mas você não tem movimentos coletivos de luta pela terra no Brasil, tem dois ou três – Otávio Ianni é que gosta de escrever sobre isso. (CARDOSO DE MELLO, 1990, p. 2)

Afinal, vimos com Cardoso de Mello que a superexploração desaparece ao instituir-se o trabalho assalariado e este tem que ser realizado com mão de obra imigrante exatamente porque o excedente populacional existente era insubordinável ao capital. Assim, para resolvermos o problema desta superpopulação relativa é necessário estimular a sua incorporação ao mercado de trabalho fortalecido pelo crescimento do padrão de acumulação. As atuais políticas sociais compensatórias aliadas à frequência escolar, juntamente, com a expansão dos ensinos médios profissionalizantes está baseado na crença de que “bem formada” esta população será absolvida pelo mercado de trabalho em expansão. Não se apresenta assim, nem uma relação entre a dinâmica interna de reprodução do capitalismo tardio e a geração de pobreza, ao contrário, a expansão e o aprofundamento do capitalismo tardio torna-se a solução das grandes massas marginalizadas.

Em terceiro lugar, reforma agrária e agronegócio deixaram de ser antagônicos para ser complementares, afinal, como afirma Cardoso de Mello “A fronteira agrícola acomodou tudo” (idem, p. 3). O incentivo ao agronegócio modernizado, que utiliza alta tecnologia e exporta para o mercado mundial seria fundamental para que possamos retirar proveito de nosso potencial agrário nas contas externas. Ao mesmo tempo, se estabelece uma reforma agrária que estanque o êxodo rural, e que permita desafogar os preços dos alimentos internos.

Por fim, uma vez autodeterminada a acumulação do capital, agora só limitado pelas suas próprias contradições, a perspectiva do capitalismo tardio pôde superestimar o grau de autonomia relativa das economias capitalistas dependentes. “Assim, a concorrência intercapitalista ancorada no espaço econômico nacional foi transformada em uma espécie de *deus ex-machina* do desenvolvimento econômico.” (SAMPAIO Jr.) Caberia, ao Estado promover e estimular as grandes corporações, de preferência nacional mas também em associação com o capital estrangeiro quando necessário, através principalmente da mobilização de capital monetário de seus bancos públicos, tornando-as competitivas internacionalmente. Em 1983, ao escrever a Introdução para a compilação realizada pelo fórum empresarial da Gazeta Mercantil, Cardoso de Mello e Gonzaga Belluzzo, preconizavam:

A sobrevivência e o fortalecimento da empresa nacional devem ser imaginados contra o pano de fundo das profundas transformações tecnológicas e produtivas que estão em curso nas economias líderes. Esta nova “Revolução Industrial” é incompatível com as formas de organização empresarial prevalentes, tanto do ponto de vista das escalas técnicas quanto sob a ótica do poder financeiro e da agilidade para colher as oportunidades de investimento. Para tanto, o sistema bancário não poderá continuar à margem do risco empresarial – encastelado no desconto de duplicatas e no lucro fácil do crédito ao consumidor e do jogo com os papéis do governo. A grande empresa industrial e comercial brasileira não dará o salto à maturidade se permanecer encapsulada na rotina do já foi conquistado. A política econômica deve promover a conglomeração do capital privado nacional. Nesta perspectiva, os bancos estatais de fomento – além de suas funções básicas de financiamento do setor público – poderão assumir um papel importante na viabilização deste processo. (GAZETA MERCANTIL, 1983, p.22)

Não obstante já termos realizado a internalização do departamento de bens de produção a busca pelas condições técnicas e financeiras de reprodução do capital continuam *ad eternum*, afinal,

Levamos cem anos, de 1830 a 1930, para imitar a inovação fundamental da Primeira Revolução Industrial, o setor têxtil. E noventa anos, de 1890 a 1980, para copiar os avanços da Segunda Revolução Industrial. Quando tudo dava a impressão de estarmos prestes a entrar no Primeiro Mundo, eclodiu a Terceira Revolução Industrial. (CARDOSO DE MELLO, 1992, p. 59)

Assim o exemplo chinês é reivindicado sempre que necessário, desde que devidamente ocultada seu processo revolucionário anterior: “Os chineses usam e abusam das políticas industriais, de normas destinadas a favorecer a formação de grandes conglomerados

nacionais, freqüentemente em associação com empresas estrangeiras, na busca da apropriação tecnológica” (BELLUZZO, 2006), pois, “nesse jogo só entra quem tem cacife tecnológico, poder financeiro e amparo político dos Estados nacionais” (BELLUZZO; TAVARES, 2002, p. 172).

Basta uma rápida olhada nas políticas de investimento e financiamento conduzidas pelo Professor unicampista Luciano Coutinho no comando do BNDES, na relação do Estado com as grandes empreiteiras brasileira nos programas habitacionais, na produção naval, na expansão energética principalmente hidrelétrica mas também petroleira, e nas privatizações das rodovias federais para verificar como esta interpretação está guiando o governo petista. Àqueles que ainda permanecerem duvidosos reproduzimos mais uma vez o ex-presidente:

Então se a empresa privada fizer, é tudo que nós queremos. Porque quanto mais competitividade tiver entre elas mais a gente vai reduzir o custo. A banda larga é a mesma coisa. Ou você acha que nós temos interesse ...voltando a Eletrobrás: Eu quero criar uma mega empresa de energia no país. É importante vocês saberem: eu quero uma empresa, sabe, que seja multinacional, que tenha capacidade de tomar empréstimos lá fora, que tenha capacidade de fazer obras lá fora, e que tenha capacidade de fazer aqui dentro. Porque se a gente não tiver uma empresa que tenha cacife de dizer: ‘Se vocês não forem eu vou’, a gente também fica refém, sabe, das manipulações de poucas empresas que querem disputar o mercado. Então nós queremos a Eletrobrás forte, sabe, pra construir parceria com outras empresas. Não queremos ser dono de nada mas se tiver uma determinada obra que não queiram fazer ou estejam superfaturando no preço, nós entramos. E aí vamos mostrar que é possível baixar o preço. A banda larga é a mesma discussão.(...) O governo só vai conseguir fazer uma proposta pra sociedade se ele tiver um instrumento. E o que que seria uma nova Telebrás? Eu não quero uma nova Telebrás, sabe, com três, quatro mil funcionários, não. Eu quero uma empresa enxuta que ela possa propor os projetos pro governo, o governo discute esses projetos, e o governo partilha com as pequenas empresas, com as microempresas, com as grandes empresas...até agora não houve. (...) O Estado tem que ter capacidade e força pra barganhar.

Veja na crise agora o que é que aconteceu, vocês que são sérios sabem do seguinte: se na crise nós não tivéssemos tomados as medidas que nós tomamos, e tivéssemos ficado esperando que, sabe, que o mercado fosse resolver nós estaríamos prejudicados. Ou seja, então, nós tínhamos a sorte de já ter o PAC funcionando, portanto já havia um forte investimento público. Depois tivemos a sorte de fazer a desoneração mais rápido do que qualquer crítico imaginava que nós pudéssemos fazer. Depois tivemos a idéia de fazer com que 100 bilhões de reais do compulsório voltasse pro mercado. E voltou pro mercado mas os bancos privados que o receberam não investiram na economia como a gente queria que investisse porque o crédito demorou muito pra voltar dos bancos privados nós então começamos a pressionar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o BNDES que colocasse o crédito na rua. Sabe, era preciso não permitir...vamos pegar o exemplo concreto que vocês acompanharam: o Votorantin. Era um banco que tinha, me parece, também quase que 90 bilhões de carteira de carros usados. Ou seja, ‘ah o Banco do

Brasil precisa criar financiamento de carro usado, ‘não tem expertise...’ ‘então vamos comprar 50% do Votorantin pra não precisar ficar fazendo expertise, vamos comprar a expertise que ele já tem’. ‘Ah o Itaú e o Unibanco ficaram muito fortes, o BB tá fragilizado em SP’, sabe, ‘o Serra quer vender a Nossa Caixa’ vamos comprar! E tem gente que dizia, ‘o presidente é louco vai dar dinheiro pro Serra no ano eleitoral!’. Sabe, eu não tô pensando na eleição, não tô pensando no Serra, tô pensando é no BB. Fortalecer o BB nesse momento de crise que é quem tem dinheiro pra ajudar a alavancar. Então esse é o papel do Estado. Esse é o papel do Estado. (ESTADO DE SÃO PAULO, 2010)

Concluimos este trabalho, portanto, com esta sistematização breve de evidências da relação existente entre a ideologia unicampista do capitalismo tardio e o governo petista. O mais grave é tentar estabelecer este paradigma como um horizonte do próprio povo brasileiro. Sabemos que toda ideologia, por mais equivocada que seja, quando guia as ações de uma classe social se transforma em força material. Que esta seja a força material das classes dominantes, daqueles evidentemente beneficiados por ela, nada há de excepcional. Porém, seu caráter mais perverso se apresenta quando um partido com relações orgânicas com o povo brasileiro passa a utilizar este tipo de interpretação como guia. E não estamos aqui nos referindo exclusivamente ao PT, pois não são poucas as organizações de esquerda com uma estratégia capitalista, de desenvolver as forças produtivas, atualmente. Estas organizações de esquerda (PT, PC do B, MR-8) que tem efetivamente um compromisso com a situação de opressão em que se encontra a maior parte de nossa população deveriam realizar uma radical autocrítica de sua estratégia, para não repetirmos como farsa, as tragédias do passado. Urge retomar o fio do que de mais avançado teoricamente se produziu na América Latina e abandonar o enfoque ideológico de *O capitalismo tardio*. Afinal,

Los intelectuales revolucionarios deben tener plena conciencia de su enorme responsabilidad respecto a la orientación de las luchas del pueblo. Pues las equivocaciones en el análisis conducen a fracasos, y éstos son pagados muy caro por el pueblo mismo. (BAMBIRRA, 1983, p. 100-101)

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vânia. **Teoria da dependência: uma anticrítica**. México: Era, 1983.

BAMBIRRA, Vânia. Memorial. 1991.

BELLUZZO, Luis Gonzaga. Prefácio. In. JABBOUR, Elias. **China: infra-estruturas e crescimento econômico**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

BELLUZZO, L. G.; TAVARES, M. C. **Desenvolvimento do Brasil – relembrando um velho tema**. In. BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. (Orgs.). **Políticas para a retomada do crescimento**. Brasília: IPEA, 2002

BIDERMAN, C.; COZAC, L. F.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo, Ed. 34. 1996.

BIELSCHOWSKY, Pablo. Crescimento, distribuição de renda e progresso técnico: a controvérsia sobre os padrões de acumulação. In: MALTA, Maria Mello. (Coord.) **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA/UFRJ, 2011.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CANO, Wilson. Instituto de Economia da Unicamp: Notas sobre sua Origem e Linhas Gerais de sua Evolução. In: SZMRECSÁNYI, T.; COELHO, Francisco da Silva. (Orgs.). **Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 199-209

CARDOSO DE MELLO, J. M.; NOVAIS, Fernando. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O significado da “Revolução de 1964”**. Campinas: mimeo, 1990.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O Estado brasileiro e os limites da “estatização”**. In. Ensaio de opinião, Rio de Janeiro: Inúbia. 1977.

CARDOSO, F. H.; SERRA, J. As desventuras da dialética da dependência.

CAROS AMIGOS. São Paulo: Casa Amarela, 2010, n. 154, p. 45.

GAZETA MERCANTIL. **FMI X Brasil: a armadilha da recessão**. 1983

FRANK, Andre Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1973.

FRANK, Andre Gunder. **Lumpen-burguesi: lumpen-desenvolvimento**. Porto: Portucalense, 1971.

FIORI, José L.. **À mestra, com carinho**. Valor Econômico. 24 de março de 2010. A13.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 2007

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A crise do poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1960.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEAL, Leovegildo Pereira. **Política operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira**. Niterói: UFF, 1992. Dissertação

(Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

LULA DA SILVA, Luis Inácio. **Ouçã a entrevista do presidente Lula em blocos**. São Paulo: 2010. Entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,ouca-a-entrevista-com-o-presidente-lula-em-blocos,513605,0.htm>>

LUXEMBURGO, Rosa. **Introducao a economia politica**. Sao Paulo: M. Fontes, [19-]

MANTEGA, Guido; REGO, Jose Marcio. **Conversas com economistas brasileiros II**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. Cerro del água: Siglo veintiuno, 1974.

MARINI, Ruy Mauro. **Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital**. 1979. Disponível em <www.marini-escritos.unam.mx>

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina integração e dependência**. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. **Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 198-?

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. **O capital**. Livro 3. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NOGUEIRA DA COSTA, Fernando. **Reforma – Entrevista com Prof Fernando Nogueira da Costa**. Campinas: 2010. Entrevista concedida ao Centro Acadêmico de Economia.

Disponível em <<http://ieunicamp.wordpress.com/2010/06/07/reforma-%E2%80%93-entrevista-com-prof-fernando-nogueira-da-costa/>>

OURIQUES, Nildo D.. **La teoria marxista de la dependencia: una historia crítica.** México, DF: UNAM, 1995

PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da universidade.** São Paulo: Cortez, 1986.

PINTO, Álvaro Vieira. **A sociologia dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

PRADO, Fernando Corrêa. **História de um não debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil.** Uberlândia, 2011. Disponível em http://www.sep.org.br/artigo/6_congresso/2347_e0aa1637295d985eed289226d8221e55.pdf

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In.: BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina.** Petrópolis: Vozes, 1983.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado.** Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, Ludovico. **De uno a lo outro.** Caracas: Monte Avila Editores. 1975.

SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. Nova ed São Paulo: Hucitec, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, Jose Luis. . **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. São Paulo (SP): Paz e Terra, 1993.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **A jangada do sul**. São Paulo: Casa Amarela, 2005.